



COLONOS DO VINHO

José Vicente
Tavares dos Santos

Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Vicente Tavares dos Santos é Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Ex-professor da Escola de Administração de Empresas Getúlio Vargas de São Paulo, atualmente é professor-visitante do Curso de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Numa beira de serra da região colonial do Rio Grande do Sul, pequenos lavradores descendentes de imigrantes italianos, chegados ao Brasil há cem anos e que ainda falam correntemente o dialeto vênето, vivem o momento difícil da crise do seu modo de vida. A sua existência, ritmada por um tempo ancestral, cíclico e cósmico, vai sendo modificada e subjugada pelo capital das grandes empresas produtoras de vinho. O seu mundo de trabalho e de festa — cada vez mais trabalho e menos festa — é uma combinação de elementos visíveis e invisíveis, falsos e verdadeiros, mas necessários, que emergem diretamente das contradições do capital.



HUCITEC

COLONOS DO VINHO

José Vicente Tavares dos Santos

José Vicente Tavares dos Santos

COLONOS DO VINHO

Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital



HUCITEC

COLONOS DO VINHO

José Vicente Tavares dos Santos

Na segunda metade da década de sessenta, as Ciências Sociais no Brasil passaram a interessar-se mais detidamente pelas formas tradicionais de produção e de vida que eram encontradas em muitas regiões rurais do país e que algumas correntes teóricas tendiam a definir como empecilhos ao desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira. Uma nova orientação propunha que se indagasse se de fato não era o próprio capital o responsável pela preservação de formas tradicionais e não capitalistas de trabalho, como expressão das suas próprias contradições, do caráter desigual do seu desenvolvimento.

Por esse meio, começou a ficar claro que os pesquisadores que adotavam a primeira orientação, fortemente economicista, partiam de uma premissa *evolucionista* e encaravam a coexistência de *capitalismo e tradicionalismo* como contingência de um momento de transição em que o capital reinaria absoluto, constituindo classes sociais puras e engendrando contradições e conflitos característicos e clássicos.

Foi possível, então, desenvolver pesquisas que aprofundassem o conhecimento dos mecanismos responsáveis pela produção de formas tradicionais de trabalho, de vida e de consciência como expressões das próprias particularidades de inserção de determinadas atividades econômicas no processo do capital. Hoje a criança tem muitos pais. Alguns deles procuram descobrir a novidade repisando os velhos e viciados esquemas de interpretação, "teorizando", produzindo ensaios de gabinete. Entretanto, a renovação da perspectiva depende fundamentalmente da retomada do método, da vinculação necessária entre metodologia, teoria e pesquisa, da investigação teórica e empírica ao mesmo tempo. Mais ainda, depende de uma modalidade de trabalho que causa grande embaraço ao estudioso de gabinete: depende de um sólido, paciente, demorado e cuidadoso trabalho de campo.

Particularmente no que se refere à pesquisa no meio rural, depende de uma vocação de pesquisador, de uma grande capacidade de envolvimento no complicado mundo do homem rural, depende mesmo, numa certa medida, de uma verdadeira ressocialização. Isso quer dizer que a prática do trabalho científico, para ser eficaz nas ciências humanas, depende de um compromisso humano, subjetivo, com as pessoas e situações que são estudadas. Fora disso, a alternativa é cair na coisificação positivista, no cinismo da neutralidade ética, no reacionário conforto da isenção.

José Vicente Tavares dos Santos, com este seu primeiro livro, *Colonos do Vinho*, situa-se nessa orientação profícua; aprofunda várias das dimensões dessa problemática, acrescenta um conhecimento precioso sobre alguns aspectos mal conhecidos da realidade brasileira. Foi humilde e comprometido na sua opção: escolheu um tema academicamente menor, sem pompa, sem dimensão adequada para a megalomania acadêmica de muitos pesquisadores. Conseguiu com isso acrescentar informações e interpretações que certamente serão duradouras no conhecimento da nossa sociedade, das suas contradições, suas tensões, seus descompassos, suas crises. Mergulhou decididamente no pequeno e difícil mundo dos pequenos produtores de vinho das serras da região colonial italiana do Rio Grande do Sul para decifrá-lo e, com ele, alguns processos básicos da sociedade brasileira.

Coleção Ciências Sociais

Série "Realidade Social"

direção de José de Souza Martins

COLONOS DO VINHO

JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS

COLONOS DO VINHO

Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1978

© Direitos autorais, 1978, de José Vicente Tavares dos Santos. Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Hucitec Ltda., Alameda Jaú, 404, 01420 São Paulo, Brasil. Telefone: (011) 287-1825. Capa de Luís Díaz. Serviços gráficos da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A., Rua Conde de Sarzedas, 38, São Paulo, SP.

*À Ophélia, mãe
À Maria Lúcia, mulher*

*A Iboty, Irany, Leo, Irondi, Rosauero,
Egon, Wladimir e Gabriela,*

dedico este trabalho

PREFÁCIO

Há cem anos atrás, quando o regime de trabalho escravo entrou em colapso, quando a possibilidade de crescimento da riqueza à custa da sujeição pessoal e do cativo do negro se tornou inviável, devido à própria impossibilidade da reprodução do escravo na escala necessária e do escravismo como forma de exploração e dominação — a grande propriedade entrou igualmente em crise. O cativo e o latifúndio estavam intimamente vinculados entre si, sustentando solidariamente o modo de ser da sociedade brasileira de então. Por isso mesmo, a reformulação do regime de trabalho veio acompanhada da reformulação do regime de propriedade.

A progressiva substituição do cativo pelo trabalho livre, na segunda metade do século XIX, foi implementada com medidas igualmente oficiais para abrir caminho à agricultura familiar baseada na pequena propriedade, num sólido vínculo jurídico com a posse da terra, segurança que não tinham os homens livres agregados das grandes fazendas na vigência da escravidão. Em vários pontos do país abriu-se espaço para imigrantes estrangeiros pobres vindos da Itália, da Alemanha, da Suíça, de Portugal, da Espanha para se estabelecerem aqui em núcleos de colonização devotados à pequena lavoura. O Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Paraná, São Paulo, o Espírito Santo, foram as províncias escolhidas, dentre outras onde o fato se repetiu em escala ínfima, para abrigar projetos oficiais e particulares de colonização com imigrantes estrangeiros. Também brasileiros, muitas vezes do

Nordeste, sobretudo do Ceará da seca de 1877, foram removidos para alguns desses núcleos.

A ocupação do espaço geográfico, nos interstícios dos latifúndios cafeeiros, como ocorreu em São Paulo, ou à margem das coxilhas e canhadas das extensas estâncias gaúchas, na serra, como aconteceu no Rio Grande do Sul, não foi um processo pacífico e tranquilo de expansão demográfica e de penetração em novas regiões. De fato, a imigração e a colonização incidiam diretamente no âmago da estrutura da sociedade brasileira, ferindo as suas relações de propriedade e as suas relações de dominação. O processo tinha um forte caráter político e de classe. A ampliação do espaço geográfico e social ocupado pelo pobre não nascia das lutas e reivindicações do pobre, mesmo porque o imigrante era fundamentalmente estrangeiro, vinha de outras sociedades, suas reivindicações e pressões não afetavam a nossa. Por isso mesmo, é que o estabelecimento das correntes migratórias para o Brasil dos fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX, ainda que expressando a abertura de uma fenda na estrutura das relações sociais, se fez pelo patrocínio e gerência dos próprios fazendeiros. O espaço novo para o pobre nascia do interesse velho do rico, era aberto pela própria classe dominante, intencionalmente. Para essa o referencial da ação era a preservação da então chamada grande lavoura e a preservação dos mecanismos, então vigentes, de reprodução ampliada do capital. O capital ditava as regras, nem mais nem menos.

O que os fazendeiros precisavam mesmo era de trabalhadores que atendessem as necessidades crescentes de mão-de-obra, estranguladas pela baixa reprodução demográfica do escravo e pela crise do comércio negreiro derivada da cessação do tráfico. A política de colonização, baseada na pequena lavoura, numa espécie de neo-campesinato implantado pelo próprio capital e pela grande lavoura, constituía uma concessão

necessária dos grandes fazendeiros às presumíveis aspirações dos emigrantes potenciais dos países que tinham, então, um excesso relativo de mão-de-obra rural. Digo presumíveis porque a vontade do migrante, já se sabe hoje, não tinha o peso que um certo liberalismo burguês, implícito nas formulações teóricas de algumas correntes das ciências sociais, enfatiza.

Como o estabelecimento das correntes migratórias dependia de acertos diplomáticos entre os países interessados, a vontade do migrante tinha que ser traduzida conforme as vontades das classes dominantes do seu país e do país de destino. Na verdade, o migrante transformou-se na cara mercadoria de um grande negócio que envolvia bancos poderosos, companhias de navegação, ferrovias, agenciadores e traficantes de todo o tipo, grandes empresas de comércio humano. É nesse sentido que governos estrangeiros, como o suíço e o italiano, empenharam-se muitas vezes em que os seus nacionais estabelecidos no Brasil não fossem explorados até o limite máximo. Para o conjunto do sistema de interesses centrado na migração era de grande importância que o imigrante pudesse reter uma parte do excedente econômico que gerasse, seja para alimentar o comércio de importação do seu país de origem, preferindo os seus produtos, seja para alimentar os canais bancários de remessa de fundos para os parentes que tivessem permanecido na mãe-pátria.

No Brasil, era a grande lavoura de café que precisava de mão-de-obra nessa época.

O trabalhador livre deveria substituir o trabalhador escravo, sem que tal substituição expressasse modificações significativas no processo de trabalho devido a algum desenvolvimento das forças produtivas. A crise da escravatura não nascia no próprio bojo do processo de trabalho e, portanto, do processo de exploração. A crise nascia fora, no circuito do comércio negreiro, no corte drástico do acesso às fontes de fornecimento da mão-de-obra na África, devido principalmente à inter-

ferência britânica. Essa situação não abria grandes perspectivas ao estabelecimento de um fluxo migratório duradouro e constante para o Brasil. No mesmo momento, condições de trabalho muito mais razoáveis estavam sendo abertas para os migrantes na Argentina, nos Estados Unidos, na Austrália. O Brasil era um mau negócio para os interesses envolvidos no recrutamento, transferência e localização de migrantes.

Por esse motivo, a política de imigração assumiu, em nosso país, já nessa época, uma feição dúplici: era apresentada com insistência, tanto para os imigrantes quanto para os governos de seus países, como um programa de colonização, de criação de uma camada social de pequenos proprietários, quando, porém, a ênfase qualitativa e quantitativa no recrutamento e localização dos imigrantes estava, na verdade, na formação de um contingente de mão-de-obra para as grandes fazendas. Quando essa duplicidade era questionada, sobretudo em face de condições de vida difíceis para os trabalhadores das fazendas, argumentava-se que o sacrifício dos primeiros anos no país de adoção seriam compensados pelo acesso à pequena propriedade depois de alguns anos de privação voluntária e de trabalho obstinado. Praticamente, todos os núcleos coloniais desse período, estabelecidos no Sul e no Sudeste, foram-no sob essa inspiração, como garantia exterior de que na estrutura na sociedade brasileira abria-se lugar para uma camada de pequenos proprietários prósperos, conservadoramente comprometidos com o princípio da propriedade privada e do trabalho familiar autônomo.

A política de colonização nasceu e desenvolveu-se, frequentemente de forma precária, em meio a muitas crises, *subordinada* aos objetivos da política de imigração e de substituição do trabalho escravo. Provavelmente, por esse motivo, os núcleos coloniais nunca concorreram com a grande propriedade, nunca disputaram terreno com as grandes fazendas e estâncias.

Foram confinados a terrenos desfavoráveis quanto à localização, como ocorreu no Sul, ou quanto à qualidade, como ocorreu no Sudeste. Em suma, a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura. A pequena lavoura emergiu geográfica ou institucionalmente sitiada pela grande propriedade.

Os núcleos de colonização, na primeira etapa da política de imigração estrangeira, foram preferencialmente localizados em regiões distantes das grandes fazendas e dos grandes redutos de mão-de-obra escrava. Tudo indica que essa foi a fórmula encontrada para garantir a aparência necessária de que a questão da colonização e da pequena propriedade estava divorciada da questão do trabalho escravo. Há indícios de que, ao serem recrutados na Europa, muitos imigrantes acreditavam que seriam conduzidos às terras do Sul, já conhecidas e divulgadas pelos patrícios que os precederam. Os contratos de recrutamento de colonos já abriam a possibilidade de escamoteações, definindo que aos agentes de imigração seria permitido localizar o imigrante em regiões distintas das que fossem convenionadas entre as partes. Houve casos de imigrantes trazidos a São Paulo que formularam queixas às autoridades porque supunham que haviam imigrado para se estabelecerem no Sul, onde já tinham parentes. Portanto, os redutos de pequenos proprietários imigrantes localizados aparentemente fora da área de influência dos núcleos mais dinâmicos da agricultura de exportação de artigos coloniais, como os do Sul, estavam profundamente vinculados ao conjunto do processo de substituição do trabalho escravo e de estabelecimento de correntes migratórias contínuas para a grande lavoura. Embora o vínculo não fosse imediata-

mente material, era imediatamente institucional e político.

As barreiras levantadas à pequena propriedade nessa época, por essas razões, o fato de que a pequena propriedade colonial nasce determinada pelo processo de reprodução da grande propriedade cuja produção era voltada para o mercado externo, só começariam a se tornar *vistveis*, inclusive para o próprio colono, algumas décadas depois, para se desvendar inteiramente nos nossos dias, já mergulhada numa crise profunda, marcada pelas dificuldades de reprodução das condições sociais e das relações sociais nela baseadas.

O autor de *Colonos do Vinho*, José Vicente Tavares dos Santos, com este seu estudo sociológico surpreende os colonos, descendentes dos imigrantes italianos, espalhados pelas serras da região colonial do Rio Grande do Sul, vivendo essa crise, os impasses da sua condição social, os empecilhos históricos à sua reprodução, como uma camada substantivamente singular de pequenos produtores baseados no trabalho familiar.

Durante um século, os imigrantes e seus descendentes cultivaram um modo de vida baseado na pequena produção e no trabalho da família, na solidariedade vicinal, na produção direta dos meios de vida, nos serões e festas do seu tempo cíclico e cósmico, na pulsação da vida ritmada pelo ciclo da natureza, na visão *campanilista* da existência. A agonia desse modo de vida foi protelada, em grande parte, porque uma instituição providencial, à margem da lei e dos códigos do país, o *minorato*, expulsa sistematicamente da casa paterna o filho mais velho quando se casa o mais novo, até que nela permaneça o ultimogênito, a quem cabe a terra paterna e a sustentação moral e material dos pais. Segundo essas regras, a reprodução do camponato não depende exclusiva e necessariamente da fragmentação da pequena propriedade, mas da existên-

cia de terras que possam ser incorporadas à produção camponesa. As regras preferenciais de herança protegeram a crise final da pequena propriedade, mas não a impediram. Ao longo do último meio século, a produção dos colonos foi progressivamente subjugada pelos comerciantes e industriais de vinho, apoiada por medidas governamentais.

Hoje, o trabalho do colono está submetido indiretamente ao capital. Embora preserve a sua autonomia formal e aparentemente trabalhe para si mesmo, na verdade foi subjugado pelo capital financeiro dos bancos que lhe fazem empréstimos, de que não pode abrir mão se quiser manter o nível e a qualidade da sua produção; foi submetido pelo capital dos intermediários e foi submetido, final e decisivamente, pelo capital das indústrias vinícolas, que o dominam através do seu produto comercial — a uva.

Num certo momento, o velho pai de família ainda podia recompensar o herdeiro preterido com um dote que o habilitava a tornar-se pequeno produtor e recomençar por si a reprodução do regime de pequena propriedade, suas condições históricas e sociais. À medida, porém, em que o colono se torna cada vez mais submetido ao capital industrial da indústria do vinho, defrontando-se com ele como objeto dele; à medida em que cada vez mais é claramente trabalhador para um capital que não lhe pertence, ainda que mantendo a propriedade real da terra e dos seus meios agrícolas de produção, os seus rendimentos monetários não correspondem ao lucro médio a que teria direito pela propriedade dos meios que utiliza. Cada vez mais correspondem ao preço do seu trabalho e de sua família, medido e mediado pelo lucro do capital industrial, que não lhe pertence. Nessas condições, o colono tem cada vez mais dificuldade para entregar um dote ao filho, limitando-se quando pode a dar-lhe uma profissão, isto é, prepará-lo para o destino inevitável da pro-

letarização. Embora o colono não esteja ainda sofrendo uma expropriação direta, está de fato sendo expropriado das condições de reprodução ampliada da sua condição social de pequeno produtor autônomo. O capital que indiretamente subjuga o seu trabalho através da mercadoria, fecha-lhe o caminho do futuro. Se antes, décadas atrás, o imigrante e colono estava sitiado institucionalmente pela grande lavoura, hoje está sitiado pelo grande capital. Seus filhos e netos retomam o caminho da estrada. Matula nas costas, como seus antepassados de um século atrás, vão saindo aos grupos do Rio Grande, de Santa Catarina, do Paraná, no rumo da Amazônia Ocidental, para recomeçar num espaço novo as velhas tradições da produção familiar, para restaurar lá longe na terra virgem o modo de vida que fora contaminado e subjugado pelo capital nas terras já cansadas do Sul. Muitas vezes o próprio capital abre a porteira de acesso à estrada do norte, comprando os pequenos lotes e vendendo na mata distante lotes mais extensos, para mais um século de trabalho familiar autônomo.

José Vicente Tavares dos Santos foi viver durante uns tempos com famílias de colonos alcançadas por esse processo. Compartilhou com eles o pequeno mundo, utópico, porque substantivamente negado pelo capital, onde brasileiros de quarta e quinta geração ainda falam uma língua ancestral, de sonho, um vêneto estropiado ou um português carregado de sotaque vêneto, ou cantam canções perdidas no tempo, já desaparecidas da terra de seus antepassados. Foi viver com eles um tempo pretérito, cadenciado pelo dia e pela noite, pelo sol e pela chuva, pelo verão e pelo inverno, pelo plantio e pela colheita, pelo trabalho e pela festa. Indagando, observando, registrando, conseguiu reconstituir as relações todas que constituem a trama da existência do colono, o imediato e o substantivo, o visível e o invisível, o falso e o verdadeiro, a recíproca

necessidade de ambos, o sonho e a vigília, a utopia e a acumulação.

Com este trabalho, o autor se situa na tendência teórica que se abriu entre nós, nas ciências sociais, na segunda metade da década de sessenta. Nesse momento, começa-se a questionar a alegada incompatibilidade do capital com processos de produção equivocadamente definidos, então, como pré-capitalistas. Começa-se a ver que a reprodução ampliada do capital é um processo que na sua complexidade abrange a preservação e, mais recentemente se viu, a criação de relações não-capitalistas de produção, especialmente na agropecuária. O tradicionalismo de algumas categorias da sociedade brasileira não seria, por isso, remanescente e anacronismo de uma outra época, incompatível com a racionalidade do capital. Muito ao contrário. Sem ele, provavelmente, a reprodução capitalista entraria em crise. É mediação e expressão de contradições específicas do processo do capital.

Esse procedimento, que já estava claramente definido no começo dos anos setenta, teve como consequência o questionamento da crítica aos chamados estudos de comunidade. Tais estudos haviam sido alcançados por uma recusa radical de vários pesquisadores porque tinham uma premissa subjacente, a comunidade, que estava em contradição com o fato de que a sociedade a que muitas vezes se aplicavam era a sociedade de classe, diferenciada internamente por processos não-comunitários. O método de investigação seria nesse caso inadequado ao objeto da investigação. Entretanto, essa crítica estava baseada numa concepção linear do processo do capital e não no caráter desigual do seu desenvolvimento. Conseqüentemente, os críticos, tanto quanto os autores que usavam o estudo de comunidade, imputavam à comunidade uma existência substantiva, o que lhe dava feições tribais, improváveis na sociedade capitalista.

Entretanto, o que importava não era descartar a *for-*

ma comunitária da vida que aparecia em determinadas situações de pesquisa. Importava, isto sim, desvendar as condições históricas da sua produção, a razão da sua persistência ou reprodução, a sua efetiva natureza. Somente através da descoberta das efetivas relações, *visíveis e invisíveis*, tecidas pelo próprio capital, que se expressavam nela é que se pode, então, descobrir a comunidade como *utopia*, como visão de mundo, como modalidade de consciência falsa e necessária ao mesmo tempo, como ponto de partida da pesquisa sociológica, mas não como ponto de chegada, que era o procedimento tradicional dos críticos e dos criticados.

Colonos do Vinho situa-se nessa orientação de renovação teórica, aprofundando-a. Desmistifica, por isso, a pequena propriedade constituída segundo as necessidades e conveniências do grande proprietário ou do capitalista; mostra os seus limites, mostra os impasses e dilemas do pequeno agricultor, suas fantasias e suas angústias. Desvenda o destino que se abre diante dele, a sua proletarização formal ou a sua real proletarização, ou ainda, os mecanismos que recriam a utopia camponesa do trabalho independente na reemigração, na busca de uma nova terra. Ao mesmo tempo, os elementos subjacentes a esse processo, que o determinam e nele criam ou particularizam suas contradições, o capital e o capitalismo, aparecem analisados e iluminados a partir da situação de uma categoria social que lhes é secundária, mas nem por isso menos constitutiva.

José de Souza Martins

Introdução	1
O problema sociológico	1
O trabalho de campo	3
Capítulo I — A gênese histórica do camponês	13
O processo de colonização	13
O camponês, um personagem não especificamente capitalista	20
Capítulo II — Os elementos da produção camponesa	25
A força de trabalho familiar	27
As práticas de ajuda mútua	34
O trabalho acessório do camponês	37
A força de trabalho assalariada	39
A socialização do camponês	44
A propriedade da terra	47
A propriedade dos meios de produção	54
A jornada de trabalho	60
A reprodução simples da produção camponesa	63
Capítulo III — A subordinação do trabalho camponês ao capital	69
Produção simples de mercadorias	69
Traçado histórico da indústria vinícola	72
Configuração atual da indústria vinícola	83
Os vínculos camponês-indústria	95
Os preços do produto do camponês	104
As crises do vinho	111
O setor cooperativo	114
A subordinação formal do trabalho camponês ao Capital	126
Capítulo IV — O projeto camponês	135
A propriedade privada da terra	136
A autonomia do trabalho	140
A concepção cíclica da existência	145
A alternativa das migrações	148
A construção da utopia comunitária	157
O esboço da consciência política	164
CONCLUSÃO	171
Bibliografia	177
Fontes bibliográficas sobre a Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul	177
Bibliografia teórica	179

ÍNDICE DOS QUADROS

1. Contabilidade das unidades produtivas camponesas — São Pedro — 1974	26
2. Tamanho e composição da força de trabalho familiar por unidade produtiva camponesa — São Pedro — 1974	28
3. Relação Consumidor-Trabalhador por unidade produtiva camponesa — São Pedro — 1974	30
4. Força de trabalho assalariada permanente e temporária por unidade produtiva camponesa — São Pedro — 1974	42
5. Estrutura fundiária, por tipo de exploração — Micro-Região vinicultora de Caxias do Sul — 1967 e 1972	55/56
6. Calendário das tarefas agrícolas — São Pedro — 1974	62
7. Rendimento líquido, orçamento familiar e poupança por unidade produtiva camponesa — São Pedro — 1974	65
8. Demonstrativo das entidades vinícolas no Rio Grande do Sul e Micro-Região 4 (Vinicultora de Caxias do Sul), por forma jurídica, com as respectivas quantidades comercializadas (Período 1969/1973)	85/86
9. Participação das entidades vinícolas na absorção da matéria-prima — 1972	86
10. Demonstrativo das entidades vinícolas no Rio Grande do Sul, por forma jurídica, com respectivas quantidades produzidas (Período 1969/1973)	87
11. Distribuição do vinho comercializado pelo Rio Grande do Sul e Micro-Região 4, segundo o tamanho da empresa (Período 1969/1973)	89/90
12. Penetração das empresas multinacionais no setor vinícola — Até 1975	91
13. Patrimônio líquido, lucro líquido e rentabilidade das principais indústrias vinícolas — RGS — 1967/1975	93
14. Composição do custo industrial do vinho — 1971	94
15. Produção de uvas — RGS — por grau glucométrico (1970/1973)	102
16. Preços da uva fixados pela Secretaria da Indústria e Comércio do RGS, para as safras de 1963 a 1975 (preços nominais)	106
17. Preços da uva deflacionados segundo índice geral de preços — disponibilidade interna (índice 2 — Rev. Conj. Econ.) — Período 1963/1975 (a preços de 1975)	109
18. Índice de evolução dos preços deflacionados da uva — Período 1963/1975 (base: 1963 = 100)	110
19. Uvas vinificadas pelas cooperativas — RGS — 1972	119

INTRODUÇÃO

O problema sociológico

Proponho-me a reconstruir, neste trabalho, os processos sociais que configuram a existência do camponês na sociedade capitalista. Tomarei como ponto de partida teórico o conceito de processo de trabalho, a fim de chegar, ao término da exposição, ao conceito de processo de trabalho camponês. Emprego o conceito de processo de trabalho no sentido de uma utilização social dos elementos simples da atividade produtiva (força de trabalho, objeto e meios de trabalho)(1). Em consequência, a tarefa da investigação será revelar como o processo de trabalho camponês configura-se por uma específica combinação social e técnica dos elementos do processo de trabalho.

Ao mesmo tempo, considerarei o camponês como personificação do processo de trabalho camponês. Nessa afirmação, estou supondo que os homens personificam os processos sociais ao realizarem historicamente o movimento inscrito na própria dinâmica daqueles processos. No modo de produção capitalista, os homens assumem a vontade da mercadoria como se fosse a vontade deles mesmos, na medida em que a alienação dos homens nas coisas tem sua origem no próprio cerne deste modo de produção, na forma de mercadoria que assumem os produtos do trabalho humano. Existe,

(1) Sobre este conceito, cf. MARX, Karl. *El Capital - Crítica de la Economía Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1972, Tomo I, Seção III, cap. V, pp. 130/49.

então, uma subjetivação da realidade objetiva: ao mesmo tempo em que os homens realizam os processos sociais, a sua vontade é a vontade alienada da mercadoria. A personificação dos processos sociais configura o processo de trabalho como um processo conformado por um projeto humano cujo conteúdo está determinado pelo movimento da mercadoria capitalista. Nessa perspectiva, tentarei reconstruir a existência do camponês como personificação de um específico processo de trabalho na sociedade capitalista.

A tarefa será complexa na medida em que se descarta, desde logo, a caracterização do camponês como uma classe social. O conceito rigoroso de classe social pressupõe uma apropriação do trabalho excedente, gerado por uma classe de produtores diretos, por outra classe de não-produtores, no próprio interior do processo de trabalho. No modo de produção capitalista, constituem-se uma classe de trabalhadores expropriados de seus meios de vida e produção e uma classe de proprietários do capital que vão se apropriar de mais-valia gerada pelos trabalhadores no processo produtivo. No caso do camponês, a apropriação do trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho mas é realizada pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho camponês. Contudo, ainda que o capital domine e determine este processo e dele extraia continuamente o trabalho excedente, nem por isso o desestrutura. Ou seja, tentarei reconstruir a especificidade do processo de trabalho camponês reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista.

Conduzindo a análise nessa perspectiva, proponho-me a assinalar as relações entre o camponês e a burguesia industrial, relações nucleadas na apropriação do trabalho excedente daquele por esta. Na reconstrução dessas relações contraditórias, e tomando como referência privilegiada o ponto de vista do camponês, parece-me

possível vir a considerar o camponês — personificação de um específico processo de trabalho — como componente das classes subalternas da sociedade capitalista, unidas pela vivência comum da dominação pelo capital(2).

Foi orientado pelos objetivos acima delineados que realizei esta investigação sobre a existência do camponês no modo de produção capitalista. No decorrer da exposição, procurarei sempre acompanhar ao mesmo tempo o movimento da realidade investigada e o movimento das significações teóricas que a explicam, de modo que somente no final estará explicitado o conceito de processo de trabalho camponês e caracterizado o camponês como personificação deste processo.

O trabalho de campo

O método de investigação utilizado foi o estudo de caso, dadas as possibilidades de reconstrução sociológica da realidade que ele oferece, possibilitando considerar uma unidade social como totalidade, pois apreende a multiplicidade de suas dimensões numa perspectiva histórico-genérica(3).

Como referência empírica da investigação, foi escolhido um núcleo colonial camponês — um bairro rural

(2) A inclusão do camponês nas classes subalternas da sociedade capitalista está indicada em MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, passim; Idem, *Las Luchas de Clases en Francia (1848 a 1850)*. Madrid, Ciencia Nueva (s. d.) passim; e foi desenvolvida por GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. 2ª ed. Madrid, Siglo Veintiuno, 1974, esp. pp. 184/99.

(3) Cf. YOUNG, Pauline V. "The use of case data in social research". In: *Scientific Social Surveys and Research*. 3 ed. Englewood Cliffs, Prentice Hall, (1961), cap. X, pp. 229/249;

GOODE, W.J. & HATT, P.K. *Métodos em Pesquisa Social*. 4 ed. São Paulo, Nacional, 1972, cap. 19, esp. pp. 420/33;

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia numa era de Revolução Social*. São Paulo, Nacional, 1963, cap. 10, esp. pp. 341/9;

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. "O Estudo de Caso na Sociologia" Disciplina do Curso de Ciências Sociais, F.F. L.C.H. da U.S.P., 1973;

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, esp. pp. 29/40.

— localizado na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul, também chamada a Velha Colônia Italiana (abrange os atuais municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos e Veranópolis). Esta região constituiu-se pelo processo de colonização com imigrantes que se deu na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. O procedimento usado na época para demarcar as terras foi a divisão da área em grandes espaços chamados “léguas”, subdivididas estas em unidades chamadas “fração” ou “travessão”. O travessão originou-se da demarcação de uma linha geográfica em cujos lados se delimitaram os lotes de terras a serem ocupados pelos imigrantes. Com o passar do tempo, o “travessão” ou “fração” constituiu-se como suporte de um núcleo social a partir das relações sociais que as pessoas nele residentes passaram a desenvolver.

Inicialmente, realizei uma pesquisa exploratória, percorrendo a Região de Colonização Italiana em julho de 1972 e em fevereiro de 1973, com o objetivo de fazer um levantamento preliminar de informações concernentes à Região como um todo, especialmente sobre a formação histórica e características sócio-econômicas atuais. Nesse sentido, fiz entrevistas informais com técnicos agrícolas, estudiosos dos assuntos regionais e pessoas ligadas à vitivinicultura (atividade agroindustrial mais importante da Região). Além disso, consultei algumas fontes primárias e fiz um levantamento bibliográfico sobre a Região.

O caso escolhido para estudo foi um núcleo colonial camponês localizado no município de Bento Gonçalves. Esse município foi selecionado por apresentar um alto índice de fragmentação da propriedade fundiária (INCRA, 1967 e 1972) e um elevado percentual de utilização da força de trabalho familiar (IBGE, 1960). O núcleo escolhido para a realização da pesquisa foi a

“fração” São Pedro, composta de vinte e duas famílias, área de colonização vendida em lotes a imigrantes italianos em fins do século passado. A população residente em São Pedro é um grupo com situação social homogênea, pois todos são proprietários privados da terra e todos utilizam força de trabalho familiar.

Escolhi esse núcleo, após um período de observação em toda a zona rural do município, por considerá-lo satisfatório para realizar o estudo de caso que me propunha a fazer. Também influíram na escolha as condições propícias ao trabalho de investigação que o núcleo apresentava: contato fácil, acolhida cordial pela população, oportunidade de ficar hospedado na casa de uma família do próprio lugar e existência de alguma documentação.

A “fração” São Pedro pode ser definida como um bairro rural, visto que nela podemos identificar os elementos que o caracterizam(4): há uma base territorial constituída por casas esparsas mas com um centro de referência social, “a sociedade da capela”; a população tem uma situação social semelhante; as pessoas estabelecem relações de vizinhança, muitas vezes justapostas a relações de parentesco; as pessoas se auto-identificam como membros do bairro, havendo um sentimento de localidade; ocorrem práticas de ajuda mútua no processo de trabalho; e, finalmente, participam em comum de atividades lúcidas, na “sociedade da capela”, e de atividades religiosas, “a festa do Padroeiro”.

Para a coleta de dados, utilizei basicamente a técnica da entrevista; secundariamente, fiz uma observação assistemática do bairro rural e um levantamento de informações complementares. Isso foi realizado no período

(4) Cf. CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 2 ed. São Paulo. Duas Cidades, 1971, cap. 3 e 4. O autor vincula o bairro ao “mínimo de sociabilidade” da sociedade caipira. Faço uso da noção em outro contexto, explorando as potencialidades conceituais do “bairro rural” para definir agrupamentos humanos que apresentam as mesmas características definidas pelo Autor, ainda que localizados em outras regiões rurais brasileiras. Procedimento semelhante é encontrado em QUEIROZ, M.I. Pereira de. *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo, Duas Cidades, 1973, esp. pp. 53 e 122/3.

de setembro a novembro de 1974 e no período de junho a julho de 1975.

As entrevistas foram feitas com camponeses residentes no bairro rural, sempre procurando aliar ao depoimento do homem o relato da mulher e, às vezes, o dos filhos, todos na mesma entrevista. No início de cada uma, construía-se, através de um ficha adequada, o perfil ocupacional e migracional do informante, com o qual se obtinha uma informação genérica sobre a vida do indivíduo que servia de balizamento para a entrevista. Ao fazer as entrevistas, observa-se um duplo procedimento: por um lado, elas seguiam um roteiro compreendendo questões relevantes para a problemática da investigação; por outro, procuravam preservar a espontaneidade do informante, a fim de obter uma livre narrativa. Em ambos os momentos, minha intenção foi a de que a entrevista abrangesse o relato cronológico das situações sociais vividas pelo informante, coletando histórias de vida. Realizei quatro pré-testes gravados, com duração média de trinta minutos, com camponeses residentes em outros bairros rurais. Na “fração” São Pedro de Alcântara, realizei vinte e duas entrevistas gravadas, com duração média de quarenta e cinco minutos e, numa segunda etapa, e com as mesmas pessoas, outras catorze entrevistas gravadas, com duração média de trinta minutos. Sobre essas trinta e seis entrevistas é que depois se realizou o trabalho de interpretação. O clima dos contatos foi sempre cordial, com boa receptividade por parte dos informantes. Para facilitar a acolhida, somente comecei as entrevistas após uma semana de contato com a população do bairro, o que possibilitou que todos ficassem a par do que seria feito, chegando-se a criar no grupo a expectativa de “ser entrevistado”.

Cumprir fazer uma observação quanto à língua corrente no bairro rural. A população de São Pedro é constituída de descendentes de imigrantes do Norte da

Itália, que utilizam o dialeto vênето e a língua portuguesa como códigos de expressão lingüística paralelos. A sobrevivência do dialeto explica-se pelo isolamento em que viveram os grupos imigrantes, pela herança cultural de seus descendentes e pela própria estrutura do dialeto vênето, pois “(...) tratava-se de duas línguas românicas em contato (...) com estruturas semelhantes. Isso se refere, antes de tudo, à sua estrutura fonêmica, pois certos fenômenos fonéticos ocorrem tanto nos dialetos do norte da Itália como no português. Daí decorre o fato de existir, nos dialetos do norte da Itália, um grande contingente de palavras de mesmo sentido, iguais na pronúncia a palavras de uso corrente na língua portuguesa falada no Rio Grande do Sul”(5).

Por outro lado, e principalmente desde 1938, com a “nacionalização” do ensino e a posterior proibição, com a Segunda Guerra Mundial, do uso público da língua italiana, cristalizou-se o bilingüismo, adotando a população uma ou outra língua, dependendo da situação de contato social: “Agora as duas línguas figuram independentes uma da outra, fazendo a população uso de dois códigos separados com fins de comunicação que se pode realizar ora numa, ora na outra língua: é o stratum sócio-lingüístico ao qual o falante pertence que determina os fatores da escolha: os membros do grupo e a situação que caracteriza certas circunstâncias: no momento da comunicação mais formal, menos formal, íntima. O bilingüismo marca uma distinção social. E o grupo em situação de contato serve-se do dialeto quando o domínio particular está aberto ou apropriado para seu uso. Nos outros casos é o português a língua de comunicação(6). O bilingüismo e o fenômeno da confluência estrutural das duas línguas suavizam na prática a principal limitação da pesquisa: ter sido feita

(5) BUNSE, Heinrich A.W.. *O Vitivinicultor e a Vitivinicultura na Antiga Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul - estudo socioetnolingüístico*. Porto Alegre, s.c.p., 1974, p. 39 (manuscrito 108 pp.).

(6) BUNSE, *op. cit.*, p. 45.

somente utilizando-se o português como código de comunicação, pois eu desconhecia o dialeto vênето. Surpreendido com o vigor do seu uso — que a pesquisa exploratória não tinha permitido avaliar — procurei familiarizar-me o mais possível com ele, seja pelo estudo da obra de Bunse, seja pelo continuado esforço de entendê-lo, em todo o tempo que fiquei residindo no bairro rural.

No decorrer de minha estada, comecei a entender o dialeto, conseguindo acompanhar as conversas dos camponeses entre si e chegando a desenvolver diálogos em que eles falavam em vênето e eu respondia em português. Assim, pude controlar as informações que me forneciam nas entrevistas. Acresce que eu tinha aprendido o falar regional da língua portuguesa, e dirigia-me a todas as pessoas utilizando os termos, expressões e a pronúncia — (ao menos aproximada) — usados pela população rural da Região, principalmente nas situações de entrevista. Desta forma, a existência do dialeto vênето não se constituiu num fator que pudesse distorcer a análise.

Paralelamente às entrevistas, foi realizada uma observação assistemática da vida camponesa. Inicialmente visitei todo o município de Bento Gonçalves, acompanhando técnicos de extensão rural; assim, pude conversar livremente com camponeses de diversas localidades, quando desenvolvi formas de contato com o grupo e aprendi o falar regional. Depois, no bairro de São Pedro, fiquei residindo na casa de uma família por mais de um mês, pagando uma quantia diária, e simbólica. Consegui a estada por interferência do subprefeito da vila próxima e, diretamente, por via da professora do bairro rural. Para aquela família, tratava-se de um fato excepcional hospedar um estranho e, para que assim o fizesse, muito contribuíram as experiências de seu chefe, um homem bastante urbanizado, que já conhecia São Paulo e Minas Gerais. A acolhida foi

gentil e demonstraram grande interesse pelo trabalho, expressando satisfação em falar de suas vidas para que “as pessoas da cidade ficassem sabendo como é a vida aqui na colônia”.

Conviver com a família camponesa foi uma experiência interessante e profícua: pude acompanhar o desenrolar de seu cotidiano, observar sua jornada de trabalho, a reunião nas refeições, as conversas miúdas que revelavam seu mundo. Além disso, entrei em contato com toda a população do bairro, em visitas à noite (os “filós”), na “sociedade da capela” nos fins de semana, nas visitas constantes a suas casas e na observação de seu trabalho. Consegui então reunir uma série de informações, anotadas em um diário de pesquisa, que deram um significado maior aos dados provenientes das entrevistas e das outras fontes, e assim incorporadas à interpretação.

Por fim, fiz um levantamento complementar de material primário e secundário. Por um lado, entrevistei oito pessoas que tinham relação com a vida dos camponeses de São Pedro: professora do bairro, dirigentes de cooperativas vinícolas, técnicos em extensão rural, dirigente do sindicato rural etc. Por outro lado, coletei documentação em vários arquivos, na Região e em Porto Alegre, e completei o levantamento de dados estatísticos e de material bibliográfico sobre a Região.

Em síntese, a fonte básica de informações foi o conjunto de entrevistas realizadas com a população de São Pedro. No processo de interpretação do material colhido, o conteúdo das entrevistas foi o eixo referencial para a incorporação das informações contidas nas fontes primárias e secundárias consultadas. Tentou-se realizar uma análise do conteúdo das entrevistas com a perspectiva teórica de abordagem ideológica do discurso do camponês(7). Por esse motivo, utilizei o recurso

(7) Utilizo o conceito de ideologia no sentido de uma falsa consciência socialmente necessária e necessariamente falsa. Cf. LUKÁCS, Georg. “La Conscience de Classe”

de transcrever continuamente trechos dos relatos dos habitantes de São Pedro.

Desejo expressar meus agradecimentos a várias pessoas que colaboraram comigo na elaboração deste trabalho. A João Guilherme Corrêa de Souza e a Maria Susana Arrosa Soares, de Porto Alegre, pelo estímulo inicial na pesquisa sociológica. A Enio Silveira, amigo de antigas discussões, crítico sagaz de seu tempo. A Elide Rugai Bastos, Rubem Murilo Leão Rego, Walquiria Domingues Leão Rego, Maria Rita Garcia Loureiro e Sérgio Augusto Domingues que discutiram comigo ao longo dos anos, partilhando do esforço de aprendizes de sociólogo. A Leonilde S. Medeiros, que, além de sincera amiga, foi a leitora sutil dos textos originais, contribuindo passo a passo para o seu desenvolvimento. A José de Souza Martins, meu orientador na realização desta tese, cujas concepções acerca da questão agrária foram fundamentais na minha formação, sou grato pela orientação rigorosa em todos os momentos da pesquisa, bem como pela crítica inflexível dos meus textos, desde os primeiros esboços, o que permitiu o pleno amadurecimento deste trabalho.

Quero registrar a inestimável ajuda na pesquisa de campo que recebi dos técnicos da Associação Municipal de Assistência Agropecuária de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Também Regina Célia Della Modesta, Isaac Magrisso e Gilberto Bampi foram valiosos na segura orientação e interesse que me dispensaram na fase da coleta de dados. Henrique Roberto R. Piniheiro da Silva e Jorge de S. B. Pupo auxiliarem eficazmente na montagem dos quadros estatísticos. João

In: *Histoire et Conscience de Classe*. Paris, Minuit, 1960, pp. 67/108; cf. também ADORNO, Th. W. & HORKHEIMER, M (orgs.), *Temas Básicos de Sociologia*. São Paulo, Cultrix/ EDUSP, 1973, cap. XII, pp. 184/205, e COHN, Gabriel, *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo, Pioneira, 1973, cap. 6, pp. 129/59.

Adolfo Hansen, revisando cuidadosamente a linguagem, tornou clara esta dissertação.

Desejo, ainda, manifestar meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela bolsa de estudos que me concedeu no período de elaboração desta tese. A Obra Ecumênica de Estudos (República Federal da Alemanha) sou grato pela subvenção que possibilitou a realização da pesquisa. Finalmente, sou reconhecido à Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, São Paulo, pela colaboração prestada.

Este estudo foi originalmente apresentado como dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em novembro de 1977. A Banca Examinadora foi composta pelos Professores Doutores José de Souza Martins, José Cesar Aprilanti Gnaccarini e Oriowaldo Queda, aos quais agradeço as observações críticas, por mim incorporadas na revisão dos originais para a publicação.

Meus amigos, em particular Antonio Claudio Nunez, estimularam a feitura deste trabalho, solidários nas angústias de nossa época mas também na férrea esperança nas transformações históricas.

Maria Lúcia, companheira de todos os momentos, fez-me sentir, com amor, que a vida é um processo conflituoso que adquire sentido pela paixão.

Por fim, sou imensamente agradecido aos colonos de São Pedro, Rio Grande do Sul, cuja disponibilidade para a convivência e vontade de manifestar sua voz anônima constituíram a possibilidade e o compromisso deste trabalho. Minha intenção é que ele contribua para o reconhecimento social da opressão que os colonos de São Pedro, e todos seus semelhantes, vivenciam.

São Paulo, agosto de 1977
José Vicente Tavares dos Santos

CAPÍTULO I

A GÊNESE HISTÓRICA DO CAMPONÊS

O processo de colonização

Os camponeses de São Pedro são descendentes de imigrantes italianos que ocuparam a região fisiográfica da Encosta Superior do Nordeste no Rio Grande do Sul, área que veio a constituir a Região de Colonização Italiana. Torna-se importante retrazar, ainda que sumariamente, o contexto histórico em que se deu esse processo de colonização, a fim de perceber como as transformações históricas da sociedade brasileira, no século XIX, vieram a formar uma produção camponesa naquela região.

A política de implantação de núcleos coloniais com base na pequena propriedade vinha-se desenvolvendo no Brasil desde o começo do século, como atuação preponderante da Coroa Imperial. Os grandes proprietários de terras e escravos freqüentemente se opunham a essas iniciativas, e, no mínimo, delimitavam geograficamente as zonas de colonização, salvaguardando seus interesses. Foram constantes as tensões entre as políticas de imigração e as de colonização(1). Ainda assim,

(1) Cf. COSTA, Emília Viotti da. "O escravo na grande lavoura". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3 ed. Rev. São Paulo, Difel, 1976, Tomo II, V. 3, Livro II, cap. I, pp. 135/188;

BEIGUELMAN; Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*.

as políticas de colonização e povoamento acarretaram uma diversificação da atividade econômica e do perfil social do país no século passado(2).

Na Província do Rio Grande do Sul, o contexto regional estabelecia condições para o desenvolvimento da política de colonização. “A conjuntura econômica favorecia no Rio Grande do Sul a opção pela colonização e a tendência a substituir a escravatura e a monocultura ganadeira pelo ‘braço livre’, a pequena propriedade e a agricultura, se não para substituir inteiramente a criação do gado, que era a base da economia da Província, ao menos para complementar uma economia com a outra (...)” (3).

A opção pela colonização estrangeira correspondia, regionalmente, a um pensamento inovador no seio das classes dominantes, opondo-se ao pensamento conservador dos proprietários de escravos e charqueadas do sul do Estado. “A atitude pró-imigração, portanto, era engendrada por um conjunto de motivos que, se incluíam a escassez de escravos disponíveis, não se restringiam a essa questão, abrangendo tanto a vontade consciente de progresso, quanto, o que nela já está implícito, a crítica das condições sociais e econômicas da produção escravocrata. (...) Não se desejava, portanto, resolver apenas o problema de escassez de mão-de-obra; ansiava-se pela renovação das práticas de trabalho; esperava-se a libertação do espírito criador no trabalho, milagre que só o imigrante, isto é, o braço estrangeiro, livre, proprietário, e não peado pelas velhas formas de

São Paulo, Pioneira, 1968;

Idem. *Pequenos Estudos de Ciência Política*. 2 ed. São Paulo, Pioneira, 1973;

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

(2) Cf. OBERACKER JR., Carlos H. “A Colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, ed., *op.cit.*, cap. III, pp. 220/244.

(3) AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos; os anos pioneiros da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, cap. II, p. 78. Esta é a mais completa obra sobre a história da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

produção, ou por qualquer liame contratual limitativo poderia realizar” (4).

Ora, o pensamento dessa fração das classes dominantes estipulava que a colonização deveria ser feita por braços livres e brancos, cristalizando também na Província a ideologia do “branqueamento” do país, um dos motivos que impediram a reavaliação do homem negro após a escravidão(5). A colonização deveria ser feita por homens livres, proprietários e brancos.

Nesse contexto histórico foi realizada a colonização alemã no Rio Grande do Sul, a partir de 1824(6). Porém, na segunda metade do século, face ao declínio da imigração alemã, essa colonização estanca na encosta da serra do nordeste do Estado.

Em 1875, tem início a colonização italiana, configurando um núcleo de povoamento que vinha completar a ocupação das terras situadas entre a região meridional e a região sudeste do País. “Na verdade, a colonização estrangeira do Rio Grande corresponderia a um processo de divisão regional do trabalho social, determinando a ocupação definitiva e completa de seu território e a especialização econômica de uma vasta área praticamente despovoada e inexplorada até o primeiro quartel do século passado” (7).

Todavia, a localização dos imigrantes europeus seria indicada em função da grande propriedade rural existente na Província. Tanto a área ocupada pela coloniza-

(4) CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, cap. V, pp. 214/5.

(5) CARDOSO, *op.cit.* pp. 222/3;

AZEVEDO, *op. cit.* pp.31/3; Sobre a ideologia do “branqueamento” do País no século passado, Cf. FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965, V. I, cap. I, esp. pp. 1/24.

(6) Cf. ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969(2 tomos).

(7) AZEVEDO, *op. cit.* p. 33;

Cf. também PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 19 ed. São Paulo, Brasiliense, 1976, cap. 19, pp. 183/191;

IANNI, Octávio. “Aspectos Políticos e Sociais da Imigração Italiana”. Conferência pronunciada em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, em 02/07/1975.

ção alemã como posteriormente aquela ocupada pela colonização italiana foram áreas desprezadas geográfica e economicamente pela grande propriedade, radicada na zona sul da Província(8). Se, por um lado, a colonização era expressão de interesses de uma fração das classes dominantes, principalmente ligada ao comércio e à Coroa Imperial, por outro os interesses da fração hegemônica das classes dominantes delimitavam as áreas a serem colonizadas.

Além disso, a colonização italiana vai ocorrer numa época em que é mais acirrada a disputa entre a política de colonização e a de imigração, defendida esta pela burguesia cafeeira paulista, que está em plena expansão e quer substituir o braço escravo pelo dos imigrantes livres. Foram os interesses da burguesia cafeeira paulista que determinaram as oscilações da política de colonização no último quartel do século. Nesse sentido, foi feita a definição da política de implantação de núcleos coloniais na Província de São Paulo; “É necessário reter que os núcleos coloniais instalados no subúrbio de São paulo, em 1877 (...) tiveram duas funções em tempos diferentes e como resultado das ambivalências governamentais em torno do problema da imigração. A primeira, apoiada no abastecimento do mercado de gêneros, de atrair imigrantes para a província no quadro de uma política demográfica de aumento da oferta de mão-de-obra para a economia em geral. A segunda de expressar o coroamento da ideologia trabalhista da grande lavoura, como foi finalmente elaborada, na condição de marca de sua validade”(9).

Indiretamente, também a colonização italiana no Rio Grande do Sul serviu como instrumento da política de

(8) Cf. CARNEIRO, José Fernando. “O Império e a Colonização no Sul do Brasil”. In: — *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre, Fac. de Filosofia, U.F.R. G.S., IV série, 1960. pp. 61/96, esp. pp. 68/9;

FRANCO, Sérgio Costa. “A Política de Colonização do Rio Grande do Sul”. In: — *Rev. Brasiliense*. São Paulo, n.º 25, set/out 1959, pp. 74/89, esp. p. 81.

(9) MARTINS, *op. cit.* cap. I, p. 73.

implantação do trabalho livre, pois “(...) a ameaça que pesava sobre a mão-de-obra servil pela amplidão que tomava o movimento abolicionista conduziu o governo a um relance da colonização ‘exemplar’ como ‘pólos de atração’ de imigração”(10). A organização de uma colônia de homens livres e proprietários acenava com um futuro próspero aos imigrantes que vinham para ser trabalhadores; na realidade, uma situação que eles dificilmente alcançariam. Esse significado da colonização italiana no Sul é ainda mais plausível se lembrarmos que ela precedeu a grande imigração italiana em São Paulo. Nesse sentido, a colonização serviu como instrumento de propaganda no aliciamento de imigrantes para a lavoura cafeeira paulista, como o indicam os frequentes conflitos oriundos da insatisfação de imigrantes que se viam transportados para São Paulo quando, na realidade, desejavam dirigir-se para os núcleos coloniais das províncias sulinas. Contribuiu para essa situação o livre trânsito que teve na Itália, a partir de 1885, a ação da “Sociedade Central de Imigração”, cuja principal finalidade era fixar imigrantes em pequenas propriedades(11). Inscreve-se, assim, a colonização italiana no Rio Grande do Sul no quadro das tensões oriundas do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas áreas da lavoura de exportação, no final do século passado.

Outro aspecto importante precisa ser ressaltado. A colonização italiana foi feita já sob a marca da Lei de Terras de 1850 que institucionalizou, a nível jurídico-político, a propriedade privada da terra. Ao regular que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”(12), ela crista-

(10) MANFROI, Olivio. *A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul; implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre, Crafosul/Instituto Estadual do Livro, 1975, cap. III, p. 58.

(11) Cf. HUTTER, Lucy Maffei, *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, Instituto Estudos Brasileiros -USP, 1972, esp. cap. II, IV e V.

(12) Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, art. 1º Apud LOPES, Wellington dos M.

lizou a terra como equivalente de mercadoria, obrigando desde logo o imigrante a despendar uma soma de dinheiro na sua aquisição. Com esse espírito, foi promulgada a lei provincial de 1854, que regeu a política de colonização na Província até o final do século passado: “A Lei Provincial n.º 304, de 30/11/1854, (...), autorizando a compra de terras pelo governo para a constituição de colônias, teve acentuado alcance prático. Os princípios básicos que se estabeleciam eram os seguintes. a) divisão em lotes de 48 hectares, com reserva das áreas necessárias às servidões públicas; b) venda dos lotes à vista ou a prazo de cinco anos, mediante garantia hipotecária até o completo pagamento; juro de 1% ao mês, no caso de ser excedido o prazo de pagamento; c) auxílio aos imigrantes espontâneos reembolsável dentro do mesmo prazo de cinco anos; d) proibição aos colonos de explorarem as terras por meio de escravos seus, ou alheios, ‘ou de’ possuí-los nas terras das colônias, sob qualquer pretexto que seja” (13).

Essa lei estabelece as normas que regeram a colonização italiana no Rio Grande do Sul, definindo uma política de criação de pequenas propriedades rurais, sem o uso do trabalho escravo. Contudo, a área dos lotes não seguiu a lei, uma vez que os colonos italianos compraram lotes que variavam de 10 a 70 ha., a maior parte entre 10 e 30 ha. (14). Por outro lado, a obrigação do pagamento da propriedade da terra, e o reembolso do auxílio inicial de sementes, ferramentas etc. formaram a “dívida colonial” do imigrante, cingindo-o desde sua instalação ao mundo da mercadoria.

A colonização italiana no Sul teve explicitada sua significação para a economia do País ao se inserir no setor de mercado interno da economia brasileira. A partir

& ROSA; Gercino V. da. *Direito Agrário: leis, decretos e regulamentos*. Rio de Janeiro, Ed. Brasília (s.d.) pp. 21/5.

(13) FRANCO, *op. cit.* p. 80.

(14) Cf. AZEVEDO, *op. cit.* p. 265.

de 1890, a cidade de Porto Alegre entra em um próspero surto de industrialização, apoiada em um íntimo vínculo com o mercado da zona colonial, cuja demanda de bens manufaturados atendia, e de cuja produção de gêneros agrícolas dependia para satisfazer as necessidades alimentares de sua crescente população urbana. Ao mesmo tempo, também por essa época, havia-se “(...) desenvolvido um ponderável mercado interno para produtos agrícolas no Brasil. Este mercado deve ter sido constituído pela próspera economia cafeeira no Rio e em São Paulo. É preciso considerar que, a partir de 1888, a cafeicultura é tocada inteiramente por trabalhadores livres. (...). É verdade que ao lado da cafeicultura sempre se praticou agricultura de subsistência. Plantava-se milho, feijão, arroz, mandioca entre os pés de café e nas áreas não-aproveitadas pelo produto-rei. Mas é preciso considerar que esta agricultura de subsistência, possivelmente, sequer chegasse a satisfazer as necessidades da população ocupada na cafeicultura e certamente não proporcionava excedentes capazes de alimentar agro-indústrias, como a da banha, por exemplo, nem para abastecer as populações urbanas. Estas, por outro lado, cresciam acentuadamente, mesmo antes do surto industrial, que nos anos 90 toma apenas o primeiro impulso. (...) Desse modo se explica a constituição do mercado interno (na qual café e indústria devem ter sido fatores igualmente ponderáveis, inicialmente mais o primeiro que a segunda) e o estabelecimento de uma divisão de trabalho entre a área cafeeira e outras periféricas ao grande Setor de Mercado Externo da economia econômica” (15).

Começa a formar-se nesse período uma divisão inter-regional do trabalho agrícola, na qual as colônias de produção camponesa entram como supridoras de gêne-

(15) SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1968, cap. 4 (“Porto Alegre”), p. 170.

ros alimentícios para os núcleos urbanos e de matérias-primas para as indústrias. No caso do Rio Grande do Sul, “(...) a região das colônias se beneficiou da expansão do mercado interno, seja diretamente, colocando alguns produtos de qualidade, como o vinho e a banha de porco, seja indiretamente através da expansão urbana do Estado, possibilitada pelo aumento de produtividade do setor pecuário” (16).

Em síntese, a formação de uma zona de produção camponesa na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul resultou de uma política de povoamento que visava a ocupar os espaços deixados vazios pela grande propriedade, interligando a região Sul com a região Sudeste. Esta colonização foi resultado do pensamento inovador no seio das classes dominantes, expressando a ideologia da colonização com homens livres, proprietários e brancos. A colonização italiana, encetada a partir de 1875, deu-se sob o signo da propriedade da terra, imergindo desde o início o imigrante italiano camponês no mundo da mercadoria, para depois vinculá-lo ao mercado interno da sociedade brasileira, abastecendo os núcleos urbanos. Finalmente, a colonização no Brasil meridional inseriu-se nas tensões do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, na medida em que aparecia como exemplo da possibilidade de o imigrante tornar-se pequeno proprietário, atraindo-o assim para ser trabalhador na grande propriedade rural.

O camponês, um personagem não-especificamente capitalista

O esboço histórico anterior indicou como se formou uma região de produtores camponeses no Sul do Brasil,

(16) FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 8 ed. São Paulo, Nacional, 1968, cap. XXV, p. 153; cf. também CASTRO, Antonio Barros de. “A Herança Regional do Desenvolvimento Brasileiro”. In: *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*. São Paulo, Forense, 1971, V. II, cap. 4, pp. 11/100.

mediante o processo de colonização realizado em meados do século XIX. Ao mesmo tempo, delinearam-se os antecedentes históricos que permitem compreender a existência atual dos camponeses do bairro rural de São Pedro.

Todavia, se o movimento de reprodução do capitalismo no Brasil gerou, naquela região e naquele momento histórico, uma produção camponesa, deve-se salientar também que esta configura-se em um processo de trabalho não especificamente capitalista. A demonstração histórica precisa ser completada agora pela demonstração teórica de que o camponês é personificação de um processo de trabalho não especificamente capitalista.

A relação social capitalista pressupõe a separação entre o trabalhador e as condições objetivas da produção (objeto e meios de trabalho), processo que pode ser sintetizado na realização das seguintes condições: “1) Uma dissolução da relação com a terra — ou solo — como uma condição natural de produção que o homem trata como sua própria existência inorgânica, como o laboratório de suas forças e o domínio de sua vontade. Todas as formas em que esta propriedade é encontrada presumem uma entidade comunal cujos membros, qualquer que sejam as distinções formais entre eles, são proprietários em função de serem seus membros. (...). 2) Dissolução das relações em que o homem mostra-se como o proprietário do instrumento. Como a forma acima de propriedade da terra pressupõe uma comunidade real, assim também a propriedade do instrumento de trabalho pelo trabalhador presume uma forma particular de desenvolvimento da manufatura — expressamente, a forma de trabalho artesanal. (...) 3) Implícito em ambos está o fato de o homem possuir meios de consumo anteriores à produção, necessários a sua manutenção como produtor — i. é, durante a produção, antes de acabá-la. Como um proprietário de terras, aparece diretamente provido do necessário fun-

do de consumo. (...). 4) Por outro lado, há a dissolução das relações em que os trabalhadores mesmos, as unidades vivas da força de trabalho, ainda são parte das condições objetivas de produção e objetos de apropriação, nesta qualidade — sendo, portanto, escravos ou servos” (17).

Confrontando o processo de trabalho camponês com essas condições de constituição da relação social de produção capitalista, pode-se verificar em que medida tais condições se efetivam para o camponês. Em primeiro lugar, o camponês inserido no modo de produção capitalista não se relaciona com a terra “como uma condição natural de produção”, mas sua relação é determinada pelo fato de a terra ser equivalente de mercadoria cuja apropriação se faz mediada pelo valor de troca. Em consequência, também não se defronta com uma “entidade comunal” enquanto formação real, mas apenas enquanto representação utópica. Em segundo lugar, o camponês detém a propriedade sobre os meios de produção, não ocorrendo a “dissolução das relações em que o homem mostra-se como o proprietário do instrumento”. Assim, podem-se reconhecer na produção camponesa os elementos de uma “forma de trabalho artesanal”. Em terceiro lugar, o camponês possui os meios de vida “necessários a sua manutenção como produtor”. Na unidade produtiva camponesa, combinam-se a produção de meios de vida, “o fundo de consumo”, e a produção de mercadorias. Em quarto lugar, o camponês não se inclui como “parte direta das condições objetivas de produção” mas se antepõe a elas, enquanto proprietário das condições de seu trabalho.

Todavia, se o camponês não tem mais uma relação “natural” com o principal meio de trabalho e não está incluído entre as condições objetivas da produção, nem

(17) MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, pp. 92/3. Na “Introdução”, Eric HOBBSBAWM sugere que não se deve fazer uma leitura evolucionista e unilinear deste texto (cf. pp. 13/64).

por isso é um trabalhador expropriado; ao contrário, detém tanto a propriedade privada da terra quanto a dos instrumentos de seu trabalho e a posse dos meios de vida necessários à sua manutenção. Logo, no seu processo de trabalho não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista.

Em conclusão, parece-me legítimo afirmar que o processo de trabalho camponês é um processo de trabalho não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista: o camponês do Brasil meridional é um personagem não especificamente capitalista que se constitui na história pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente.

CAPÍTULO II

OS ELEMENTOS DA PRODUÇÃO CAMPONESA

A população do bairro rural de São Pedro é constituída de camponeses, proprietários da terra e dos outros meios de produção, que utilizam força de trabalho familiar. Combinam a produção para subsistência com a mercantil, especializada na viticultura.

A situação econômica dessa população pode ser avaliada pela contabilidade das unidades produtivas camponesas, apresentada no quadro 1. A contabilidade foi elaborada segundo critérios adequados à produção camponesa, conforme os propõem Chayanov e Perceval(1): “rendimento global da unidade produtiva”, “reposição dos meios de produção” e “rendimento líquido da unidade produtiva”. Ao mesmo tempo, esses critérios coincidem com as categorias pelas quais os habitantes de São Pedro definem seus rendimentos e despesas — respectivamente, o “dinheiro da uva”, “as despesas” e o “dinheiro que sobra”.

(1) A proposta desses autores foi parcialmente modificada por mim para atender às peculiaridades da investigação. Cf. CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974: “As únicas realidades econômicas gerais no sistema de exploração familiar são: 1) a receita bruta da exploração 2) somas extraídas desta receita para investir na renovação do capital; 3) o orçamento pessoal da família; 4) as poupanças não investidas na própria exploração”. (p. 270); e PERCEVAL, Louis. *Avec les paysans pour une agriculture non capitaliste*. Paris, 1969: “A renda bruta da exploração’ parece uma noção útil a este respeito: ela corresponde à produção final da exploração menos os consumos intermediários e as despesas de exploração (...) Ela deve permitir assim tanto assegurar ao agricultor e à sua família uma renda correspondente a seu trabalho, quanto garantir a ‘formação bruta do capital fixo’ na sua parte de autofinanciamento” (p. 170).

QUADRO 1

CONTABILIDADE DAS UNIDADES PRODUTIVAS CAMPONESAS
SÃO PEDRO — 1974

UPC n.º	Área ha	Rendimento global Cr\$	Reposição meios de produção — Cr\$	Rendimento líquido Cr\$
1	10	10.000,00	1.500,00	8.500,00
2	15	36.000,00	9.000,00	27.000,00
3	22	40.000,00	10.000,00	30.000,00
4	12	26.000,00	9.000,00	17.000,00
5	7	15.000,00	7.500,00	7.500,00
6	19	*	*	20.000,00
7	6	25.000,00	10.000,00	15.000,00
8	7,5	22.000,00	4.000,00	18.000,00
9	5,5	7.000,00	*	*
10	7	29.000,00	4.000,00	25.000,00
11	10	20.000,00	4.000,00	16.000,00
12	12	23.000,00	8.000,00	15.000,00
13	5,5	9.500,00	2.000,00	7.500,00
14	25	30.000,00	10.000,00	20.000,00
15	15	49.000,00	11.000,00	38.000,00
16	25	30.000,00	10.000,00	20.000,00
17	15	8.500,00	3.500,00	5.000,00
18	9	9.000,00	6.000,00	3.000,00
19	6	19.000,00	4.000,00	15.000,00
20	15	42.000,00	14.000,00	28.000,00
21	20	45.000,00	15.000,00	30.000,00
22	14	25.000,00	9.000,00	16.000,00

* Não há informação.

Fonte: Trabalho de campo.

Os dados apresentados referem-se apenas à produção mercantil, à cultura da uva, não tendo sido incluídos dados referentes à produção para subsistência. Inicialmente, observa-se que a área mediana das propriedades é de 12 ha. A disparidade verificada entre o tamanho da propriedade e o rendimento global explica-se pela variação da área dos parreirais e pelos diversos tipos de parreiras plantadas, as quais resultam em variedades de uvas com preços diferentes. O rendimento global médio das unidades produtivas foi de Cr\$ 24.762,00, enquanto que o montante gasto na reposição dos meios

de produção atingiu, em média, Cr\$ 7.575,00. Por fim, o rendimento líquido médio das unidades produtivas camponesas foi, naquele ano, de Cr\$ 18.167,00.

Para se obter um perfil mais completo da situação econômica desses camponeses, faltaria decompor, como sugerem os autores citados, o item “rendimento líquido” em dois outros: “orçamento da família” e “poupança”. Para fazê-lo, contudo, é necessário antes analisar os diversos elementos que constituem a unidade produtiva camponesa.

A força de trabalho familiar

Deve-se iniciar pela observação do processo de trabalho: quem o move é a força de trabalho familiar. O tamanho e a composição das famílias do núcleo colonial camponês de São Pedro podem ser observados no quadro (2).

O critério básico para reduzir os membros da família à unidade força de trabalho, critério elaborado a partir da observação direta, foi considerar os filhos maiores de catorze anos, de ambos os sexos, equivalentes a uma unidade de força de trabalho. Enquanto que os filhos, de ambos os sexos, de nove a catorze anos, seriam equivalentes a meia unidade de força de trabalho. Deve-se ressaltar que, em relação aos filhos com mais de catorze anos, o dado está superestimado, visto que muitos estudam na vila próxima no período da tarde, trabalhando portanto apenas meia jornada. Todavia, como frequentemente deixam de ir à escola quando sua participação no trabalho é necessária — (principalmente no período outubro/novembro) —, e como trabalham jornadas inteiras em julho, dezembro, janeiro e fevereiro e, ainda mais, como sua ausência é compensada por

(2) A montagem do quadro bem como a análise inspiram-se em CHAYANOV *op cit.*, cap. 1, pp. 47/68.

QUADRO 2
TAMANHO E COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FAMILIAR
POR UNIDADE PRODUTIVA CAMPOESA — SÃO PEDRO — 1974
Medida: Unidade de Força de Trabalho

UPC n.º	Casal	Filhas				Filhos				Irmãos			Ascendentes			descendentes			Total Unidades Força Trabalho
		até 9 anos	de 9 a 14 anos e mais	até 9 anos	de 9 a 14 anos e mais	de 9 a 14 anos	de 14 anos e mais	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
																		H	
01	2		1															3	
02	2		1				2											5	
03	2						3											5	
04	2		2				1											5	
05	2		1			1				1			1(b)					4	
06	2		3				1								1(c)			7	
07	2		3			1				1								6,5	
08	2		1			1				1								6	
09	2		1			1				1								3,5	
10	2		3			1				2								7	
11	2		2			1				1								4	
12	2		2			2												4,5	
13	2					2												2	
14	2					2(a)	4(a)											7	
15	2		1			1				2			1(b)					3,5	
16	1		1			1				2			1(b)					4	
17	2		1			1				1								3	
18	2		2			1												3	
19	2		1			1				1								6,5	
20	2		2			1				2								5,5	
21	1		1			1				1			1					5	
22	2		1			1				2								3,5	
Total			3			21				3,5			3					102,5	
UFT	42		3			21				3,5			4					2	

(a) Estimativa face à informação precária.

(b) Não trabalham

(c) Menor de 9 anos

Fonte: Trabalho de Campo.

uma intensificação do trabalho dos outros membros da família, o dado permanece válido como estimativa da participação dos filhos na força de trabalho familiar.

Observa-se, pela leitura do quadro 2, que a população de São Pedro caracteriza-se pela família conjugal, formada pelo casal e filhos(3). A presença de ascendentes é pequena (somente quatro casos em vinte e duas unidades produtivas camponesas), assim como a de descendentes, entendendo-se este termo por cônjuges e filhos de filhos casados que moram na casa paterna (apenas dois casos). Também a presença de irmãos é pequena (unicamente três casos). Em segundo lugar, atendendo a dados que não aparecem explicitamente no quadro 2, a idade do chefe da família oscila em torno de quarenta e cinco anos, enquanto que a dos filhos que trabalham oscila por volta de 20(4). Por um lado, a presença de filhos nesta faixa etária se explica pelo fato de ser de vinte e cinco anos a idade de casamento dos homens, comum em São Pedro. Por outro, mostra também que os homens que ficaram em São Pedro são os irmãos mais novos e que tendencialmente casaram por último, enquanto que os outros irmãos migraram. Senão, haveria chefes de família mais velhos e filhos mais velhos. Em terceiro lugar, parece que o ciclo de existência da família (5) está na fase em que começa a incorporação direta dos filhos nas atividades produtivas. Isso provoca problemas de população excedente no núcleo colonial camponês, como veremos adiante.

A partir do quadro anterior, pode-se montar o

(3) A conclusão semelhante, para a "economia de subsistência" no País como um todo, chega DURHAN, Eunice R. *A Caminho da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973, cap. 2 e 3, pp. 45/80.

(4) Para um total de 66 filhos de ambos os sexos. Considerando todos os filhos, a idade oscila em torno de 15 anos. Considerando apenas os filhos com mais de 9 anos, que trabalham meia jornada (51), a idade oscila em torno de 19 anos. E se considerarmos apenas os filhos com mais de 14 anos (38), que trabalham jornada inteira, a idade oscila em torno de 21 anos.

(5) Cf. CHAYANOV, *op. cit.*, cap. 1, pp. 47/68; também cf. ARCHETTI, Eduardo P. & STOLEN, Kristi Anne. *Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975, cap. 1, pp. 21/108.

quadro 3, onde se comparam os trabalhadores e os consumidores de cada unidade produtiva camponesa(6).

O critério para reduzir os membros da família à unidade de consumidor foi classificar as crianças até nove anos como meia idade de consumidor, enquanto que as pessoas de idade superior a esta foram consideradas uma unidade de consumidor. Os adultos que não trabalham foram também considerados uma unidade de consumidor. Assim, para estabelecer a unidade de con-

QUADRO 3

RELAÇÃO CONSUMIDOR-TRABALHADOR POR
UNIDADE PRODUTIVA CAMPONESA — SÃO PEDRO — 1974

N.º UPC	Unidades de força de trabalho	Unidades de consumidores	Relação consumi- dor/trabalhador
1	3	3	1,0
2	5	5	1,0
3	5	5	1,0
4	5	5	1,0
5	4	7	1,75
6	7	7,5	1,07
7	6,5	7,5	1,15
8	6	7,5	1,25
9	3,5	4	1,14
10	7	7	1,0
11	4	4	1,0
12	4,5	5	1,11
13	2	3	1,5
14	7	8	1,14
15	3,5	6	1,71
16	4	5	1,25
17	3	5	1,67
18	2	3	1,5
19	6,5	7,5	1,15
20	5,5	7,5	1,36
21	5	5	1,0
22	3,5	4,5	1,29
Total	102,5	122	1,19

Fonte: Trabalho de campo.

(6) A montagem do quadro bem como a análise inspiram-se em CHAYANOV, *op. cit.*, cap. 1, pp. 47/68.

sumidor, segui o mesmo critério já utilizado para determinar a unidade de força de trabalho.

Se a unidade produtiva camponesa é ao mesmo tempo uma unidade de produção e uma unidade de consumo, o quadro acima expressa a proporção entre as pessoas que trabalham e as que vivem do rendimento da unidade produtiva camponesa. A leitura do quadro revela como esta relação se aproxima da unidade (em oito casos, a relação é 1,0; em onze casos, a relação está entre 1,0 e 1,5; e em apenas três, a relação está entre 1,5 e 2,0), concluindo-se que todos os membros da família tendem a inserir-se no processo de trabalho, constituindo-se 59% da força de trabalho familiar por filhos maiores de nove anos (sendo 11% entre nove e catorze anos).

A partir dessa constatação, deve-se detalhar a participação de cada membro da família no trabalho. Os homens têm a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, da direção do processo de trabalho e do contato com a cidade, aonde vão fazer “negócios”. O chefe de família é a maior autoridade da unidade produtiva camponesa:

“Sou eu que divido, o que eu mando ele vai fazê; agora se vô ficar fora uns oito, deiz dias, então ele sabe o que tem que fazê; ou senon, quando ele vai pra casa de noite, diz: “Pai, o que eu vô fazê amanhã?”. “Bom, vai lá cortá aquele pedaço, vai”. Ele ainda tá novo, non tem experiência pra fazê”.

O fato de a família camponesa ser um trabalhador coletivo(7), contudo, implica que, muitas vezes, a decisão sobre o trabalho seja grupal:

(7) Empregamos este conceito no sentido sugerido por MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, Livro I, Parte IV, Cap. XI e Parte I, Cap. I: “Constitui um exemplo próximo a indústria patriarcal rural de uma família camponesa, que produz, para as próprias necessidades, trigo, gado, fio, tela de linho, peças de roupa etc. Essas coisas diversas são, para a família, produtos diversos do seu trabalho, mas não se confrontam entre si como mercadorias. As diferentes espécies de trabalho que dão origem a esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc. são, na sua forma concreta, funções sociais, por serem funções da família que tem, como a produção de mercadorias, sua

“Ah, todos juntos, vê como é de noite, assim, amanhã vamo fazê esse serviço, depois vamo fazê o outro, tudo em conjunto. Todos decidem, às vezes eu digo: ‘Precisa fazê aquele serviço’; talvez a mulher disse: ‘É melhor que fazemo esse, vamo deixá aquele pra depois’. E assim vamo, a gente se entende bastante”.

Se a mulher participa das decisões, isso significa também que ela participa tanto das tarefas domésticas como das tarefas produtivas. Sua jornada de trabalho caracteriza-se pela junção dessas atividades:

“Ah, eu tenho que fazê tudo em casa primeiro; fazê limpeza, botá a comida, depois que eu termino enton vô ajudá o marido na roça; quando é onze hora, enton tenho que sai da roça, vim pra casa acendê o fogo, vim pra casa esquentá a comida, depois enton lavá a louça, fazê todo o serviço aqui. Depois vê na roça de novo, capinhá e nas horas que tá no sulfato enton puxá a manguera e botá sulfato; de noite, enton, tenho que voltá, acendê o fogo, botá a comida de novo e lavá as crianças; non tem descanso”.

Embora se prefira que as mulheres não executem tarefas pesadas, como lavrar a terra ou colocar postes, quando os braços masculinos não são suficientes abandona-se esse padrão de divisão sexual do trabalho e a mulher trabalha:

“Como um homem mesmo, igual. Essa semana aqui, eu lavrei, eu capinhei, e o que mais lá? Cortemo trigo e vamo botá sulfato amanhã, se non chovê”.

Também as crianças participam do trabalho, tanto

própria e espontânea divisão do trabalho. Diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho, variáveis com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo que deve durar o trabalho de cada um de seus membros. As forças individuais de trabalho operam, naturalmente, como órgãos da força comum de trabalho da família e, por isso, o dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pelo tempo de sua duração, manifesta-se, aqui, simplesmente, em trabalhos socialmente determinados”. (p. 86/7). Obs.: Sempre farei as transcrições desta obra de Marx seguindo a edição brasileira.

nas atividades de subsistência como na produção mercantil:

“Agora o guri é pequeno. tá com treze ano, ma ajuda bem, puxa manguera, ajuda capinhá um poco, né. Non dexo trabalhá o dia inteiro, porque tá com treze ano. Má, qué dizê, antes de meio dia ele vai pra escola, né. Essas pequena tamém ajudá; cuida dos animais tamém. As vaca, essas vaca de leite, né. Elas pega uma cada uma, leva pra roça, lá tem comida”.

A participação das crianças coincide com a época em que elas começam a ir à escola, no próprio núcleo colonial. Assim, quase sempre trabalham no período após as aulas. Contudo, nas épocas do ano agrícola que coincidem com o período escolar e nas quais se faz necessária a atividade de todos os membros da família, as crianças deixam de ir à escola para trabalharem junto com eles:

“Quando põe sulfato, aí eles puxa a manguera bem direitinho, o dia inteiro; que nem quarta-feira, ele non foi à aula pra puxá a manguera, puxô a manguera o dia intero. As veiz a menina, ela vem meio-dia só, porque ela é franzina e pra ela puxá a manguera, non dá o dia intero”(8).

Os homens e mulheres velhos realizam tarefas leves, geralmente ligadas às atividades de subsistência, contribuindo assim, e na medida de suas forças, para o trabalho familiar.

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente con-

(8) Conforme informação da professora da escola do bairro rural, as crianças faltam mais às aulas (uma a duas vezes por semana) nos meses de outubro e novembro, justamente quando as tarefas agrícolas — pulverizar defensivos nas parreiras — exigem toda a força de trabalho familiar, incluindo a infantil, em jornadas inteiras.

versão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família(9). Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo.

A análise precedente tentou mostrar que a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção — o trabalho acessório e o trabalho assalariado — na unidade produtiva camponesa. Antes disso, porém, a família camponesa terá sua capacidade de trabalho complementada pela ajuda mútua entre os vizinhos do bairro rural.

As práticas de ajuda mútua

No bairro de São Pedro, a força de trabalho necessária para mover a lavoura é complementada pelos braços dos camponeses vizinhos. As práticas de ajuda mútua aparecem seja sob a forma de mutirão, seja sob a de troca de dias (10).

O mutirão — chamado localmente de “puxiron” — ocorre em casos de doença ou sinistro, quando todos os habitantes do bairro auxiliam a família a executar as tarefas de que não pode dar conta, seja porque um dos seus membros está incapacitado, seja pela impossibili-

(9) “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos”. In: MARX, *op. cit.*, Livro I, Parte IV, cap. XI, p. 374.

(10) Para uma descrição da ajuda mútua no meio rural brasileiro, cf. CALDEIRA, Clóvis. *Mutirão - Formas de Ajuda Mútua no meio Rural*. São Paulo, Nacional, 1956, passim; também MARCONDES, J. V. Freitas. “Mutirão or Mutual-Aid”. In: *Rural Sociology*. V. 13, n.º 4, 1948, pp. 374/84.

dade de reparar adequadamente os danos causados por acidentes da natureza:

“Enton a gente se ajuda um com o outro né, porque hoje posso precisá eu, amanhã pode precisá ele. Enton nois se ajudemo. Por exemplo, se amanhã cai um pareral o se fica doente, non pode trabalhá, enton ajuda. Qué dizê, tudo de graça, né. A gente vai lá ajudá, se precisa eles tamém vem, me ajudá”.

A ajuda mútua aparece aqui como um processo grupal, concorrendo as pessoas espontaneamente para prestar o auxílio necessário. Depois de findo o trabalho, geralmente dias mais tarde, é costume aqueles que foram auxiliados oferecerem uma festa para recompensar os outros e agradecer-lhes, solidificando-se assim a solidariedade do grupo. A retribuição à ajuda é uma obrigação coletiva: sempre que ocorrer tal situação, a família que recebeu ajuda deverá, juntamente com todos os outros, auxiliar a outra família em necessidade. Essa modalidade de ajuda mútua foi inclusive formalizada pela instituição religiosa presente na Região:

“Parágrafo 45 — Em caso de grave infortúnio, todos ajudarão a família do sócio na plantação, limpeza na roça, reconstrução de casa destruída e no fornecimento do que for mais indispensável à família sinistrada ou impossibilitada de trabalhar”(11).

Também se faz mutirão com a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicita a ajuda dos vizinhos, que vêm em grupo realizar a tarefa. Deste modo, famílias inteiras se auxiliam mutuamente, por exemplo, na colheita da uva, quando várias famílias vão colher primeiro no parreiral de uma, depois no de outra, e assim sucessivamente, repetindo diariamente o ciclo. A retribuição também é colocada em termos coletivos, configurando-se o costume de

(11) *Estatutos das Capelas Filiais na Diocese de Caxias*. Caxias do Sul, 11 de abril de 1946 (cópia existente na capela do bairro rural).

todos acorrerem ao chamamento para o mutirão. Após o trabalho, nesse caso no mesmo dia, quem organizou o mutirão promove uma festa para agradecer aos participantes e renovar os laços de solidariedade grupal.

Outro processo de ajuda mútua vigente em São Pedro é a troca de dias de serviço, ocorrendo em situações em que uma família camponesa tem necessidade de força de trabalho suplementar. Tais situações constituem, de modo geral, momentos críticos do processo de trabalho agrícola, nos quais se devem executar rapidamente certas tarefas, quando então a brevidade do prazo se compensa pelo emprego de maior número de braços:

“Ah, um dia eu preciso, eu sozinho non dá, o vizinho vem me ajudá. Depois, otro dia eu vô dá o tempo pra ele, ajudá pra ele”.

Quando não é capaz de dar conta do serviço somente com sua família, o camponês pede auxílio ao vizinho, havendo expectativa de que retribua com um tempo de trabalho equivalente. Essa retribuição é feita de modo particularizado, diretamente do camponês que recebeu ajuda àquele que a forneceu, seguindo um critério comum, o tempo de trabalho medido em jornadas, pois a:

“Troca é ele me um dia, depois eu vô dá o dia de novo pra ele”.

Todas as práticas de ajuda mútua descritas cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente. Desta forma, as práticas de ajuda mútua são fundamentais para reproduzir o processo de trabalho na unidade produtiva camponesa, ocorrendo de forma regular no bairro rural e acompanhando o ciclo agrícola da uva e das outras plantações existentes.

3. O trabalho acessório do camponês

Quase todos os homens de São Pedro tiveram, e em alguns casos ainda têm, um trabalho acessório(12). Quando isso ocorre, dá-se a transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado, recebendo por jornada de trabalho. Em São Pedro, os homens vão trabalhar na própria agricultura, nos parreirais de outros camponeses, ou na colheita de outros produtos nas áreas próximas, quase todas de produção camponesa. Nesse caso, o camponês passa a ser um assalariado temporário de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas. Mas os homens de São Pedro vão trabalhar também na construção de casas na zona rural, geralmente por empreitada, indo-se empregar alguns, ainda, nas cantinas da Região, nas épocas da colheita, quando é intenso o recebimento da uva e começa a fabricação do vinho. Nessas épocas, as cantinas precisam de aumentar o contingente de operários não-qualificados e buscam-nos entre os camponeses da Região, sendo esse um dos momentos em que o camponês funciona como reservatório de força de trabalho para a indústria.

Por volta dos quinze anos, os camponeses assumem as tarefas próprias dos adultos, e é a partir dessa idade que passam também a desempenhar um trabalho acessório. Esse trabalho os acompanha até aproximadamente trinta, trinta e cinco anos, ou seja, durante quase quize anos do seu período de vida de maior vigor e destreza para o trabalho. Anualmente, dedicam-se à atividade acessória pelo tempo de quarenta a sessenta dias, quase sempre nas épocas em que as tarefas agrícolas são menos intensas, isto é, no mês de janeiro, quando a parreira fica em pousio à espera da colheita, e após a safra, nos meses de março, abril e maio, quando a par-

(12) Para uma análise do trabalho acessório do camponês na Europa, cf. KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968, cap. VIII, pp. 183/211.

reira não necessita de maiores cuidados.

O período em que se dedicam às atividades acessórias coincide com a presença de maior número de pessoas na família camponesa:

“Porque ficá em casa, fazê o que? Tudo mais grande, enton eles se vira em casa e eu vô pegá mais um dinheirinho. Ganhá mais um dinheirinho pra se virá, melhor, senon... Até agora, as parera produzem poco, enton em casa eles se vira e eu vô ganhá mais um dinheirinho, se virá melhór. Ah, é sempre aqui em redor, sempre na colônia. Enton, o que se ganha na colônia assim, a despesa é livre, non se paga despesa. Se cobra um tanto por dia, é livre”.

Observa-se que o trabalho acessório do camponês ocorre quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar “fora”. Em contrapartida, quando a família se contrai, por migrarem os irmãos ou filhos, o camponês não pode mais dar conta das atividades acessórias:

“Ah, eu vendi a trilhadeira porque aqui em casa o que tem é eu, o pai e tem mais um irmão ali; mas ele era criança e non dava mais pra saí fora trilhá com a trilhadeira. Porque se eu saía fora, ia relaxá os pareral. Então achei melhor cuidá dos pareral e dexá a trilhadeira parada”.

A transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado é fonte de uma renda monetária que suplementa o rendimento obtido com a venda da uva. Como indicarei adiante, esse rendimento freqüentemente é negativo, insuficiente até mesmo para repor o valor da força de trabalho familiar. Assim sendo, precisam de recorrer ao trabalho acessório para compensar os rendimentos negativos, o que explica a constância desse trabalho em suas biografias. Somente são limitados pelo ciclo de existência da família que em algumas épocas os libera e noutras os impede de desem-

penhar alguma atividade acessória.

Assim se explica porque aceitam a perspectiva de serem “jornaleiros”, isto é, trabalhadores diaristas ou trabalhadores por tarefa (empreita), enquanto negam a sorte de serem “peon”, ou seja, trabalhadores permanentes:

“Ah, jornalero as veiz, prá ajudá algum home lá, no que precisa um dia eu vô ajudá; ma non sô obrigado de trabalhar, se quero vô”.

Não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário, característica particularmente valiosa para os filhos que desde há algum tempo migram para as cidades.

Em síntese, o trabalho acessório do camponês cuja família tem flexibilidade para liberar um de seus membros — trabalho esse realizado em São Pedro mesmo ou em outros processos produtivos próximos, rurais e urbanos — significa uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa caso não ocorresse o trabalho acessório.

A força de trabalho assalariada

No núcleo colonial camponês, verifica-se a contratação de força de trabalho assalariada. Se o campesinato foi definido anteriormente como um processo de trabalho marcado pela força de trabalho familiar, o fenômeno do assalariamento precisa de ser explicado, a fim de se saber se nega ou não as características próprias do campesinato, quais as razões de sua ocorrência e que

tendência assinala para o processo de trabalho camponês.

Em primeiro lugar, o quadro 4 revela que, no ano de 1974, em nenhuma unidade produtiva camponesa havia trabalhadores permanentes. Todavia, em anos anteriores houve a presença deste tipo de trabalhador em São Pedro, pois em seis unidades se registrou a presença de pelo menos um deles. Esses trabalhadores eram contratados por um prazo fixo, mensal ou anual, recebendo uma quantia determinada pelo período, sendo chamados “peon”. O motivo de sua contratação residia no ciclo de existência da família camponesa:

“Eu pegava porque meu irmon era ainda pequeno, non dava prá por ele muito no serviço. Ia prejudicá a saúde dele. Enton daí, eu pegava um peon quando tava apertado de serviço, pegava o peon um mês ou dois, ou treis ou talvez seis meses. Adiantava o serviço. Porque sozinho, eu e o pai non dava conta de todo serviço aqui que era pra fazê”.

Parece que a presença do “peon” nunca foi grande em São Pedro, e os poucos que havia tornaram-se desnecessários pela introdução dos insumos industrializados. Principalmente os herbicidas e fertilizantes reduziram algumas tarefas — como lavrar e capinar o parreiral, ou cortar e transportar a capoeira para colocar embaixo da parreira — o que fez com que a força de trabalho familiar viesse a ser suficiente para as atividades agrícolas.

Ocorre, porém, que a família camponesa não basta para os momentos críticos do ciclo agrícola, em que as tarefas exigem rapidez e muitos braços, como na colheita da uva. Então, contratam-se trabalhadores temporários, como aconteceu em treze unidades produtivas camponesas em São Pedro na safra de 1974, conforme atesta o quadro 4. Cada uma delas emprega aproximadamente dois trabalhadores temporários, os chamados “jornaleros”, por um período de vinte a

trinta dias anuais que, naquele ano, coincidiu, em todos os casos, com a época da colheita da uva. O pagamento dos “jornaleros” é feito por jornada de trabalho, mais alimentação e habitação gratuita. Nos dias em que não se colhe uva, seja por causa de chuva ou atraso no recebimento do produto pela indústria, não são pagos salários, mantendo-se a alimentação e habitação. O emprego dos “jornaleros” decorre do ciclo de existência da família camponesa, dando-se quando as pessoas em idade de trabalhar não são suficientes para desempenhar as tarefas com a rapidez necessária:

“Porque non tava mais os filho. Tinha a mulher e os filho pequeno, non dava conta mais, enton tem que se virá, pegá jornalero pra ajudá a pegá uva, pra non perdê a uva”.

Ou, então, percebe-se a necessidade de vir a empregar trabalhadores diaristas devido à iminente redução da família:

“Non, até esse ano non. Só se esse ano, eu acho, porque uma filha casô e a otra vai casá antes da safra da uva, enton nois temo que pegá alguém esse ano”.

Inversamente, alguns camponeses contratavam trabalhadores assalariados e não o fazem mais porque aumentou o número de pessoas em idade de trabalhar na família — o suficiente para dar conta das tarefas no tempo necessário:

“Sim, diversos ano eu pegô. O ano passado non. Trabaiei sozinho. Tinha as filhas em casa e o genro também. Os dois que me ajudaram. Eu, a mulher, o filho, colhemo memo”.

Os depoimentos expressam claramente que é a variável “tamanho da família” que provoca a necessidade de contratação dos trabalhadores diaristas.

Por outro lado, quem são os “jornaleros”? São camponeses, desenvolvendo uma atividade acessória para complementar o rendimento monetário familiar, que se deslocam para São Pedro seja porque os outros

QUADRO 4

FORÇA DE TRABALHO ASSALARIADA PERMANENTE E
TEMPORÁRIA POR UNIDADE PRODUTIVA CAMPONESA
SÃO PEDRO — 1974

N.º UPC	Trabalhadores permanentes	Trabalhadores temporários
1	-	1
2	-	-
3	-	3
4	-	1
5	-	2
6	-	2
7	-	-
8	-	2
9	-	-
10	-	-
11	-	4
12	-	1
13	-	-
14	-	5
15	-	2
16	-	-
17	-	-
18	-	-
19	-	-
20	-	3
21	-	2
22	-	2
Total	0	30

Fonte: Trabalho de Campo.

membros da família se encarregam dos afazeres agrícolas, seja porque estes não são tão intensos no momento:

“É dono de tera, porque naquela época non tem serviço na roça, porque o milho ton limpo, o feijon non ton pronto prá colhê, ton de folga. Porque é gente acostuada a trabalhá. Vai chamá gente que non son dono de tera, que non trabalha na tera, non é acostumado de trabalhá no pesado”.

Além desses “dono de tera”, existem os trabalhadores rurais assalariados, os “trabalhadores ambulantes”.

tes”. Dos trinta trabalhadores temporários empregados na colheita da uva em São Pedro, no ano de 1974, não mais do que dois foram caracterizados como “ambulantes”. Mesmo se supusermos que os trabalhadores permanentes também eram “ambulantes”, naquele ano eles não mais existiam no bairro. Isso ajuda a comprovar que a maioria dos “jornaleros” são camponeses em atividade acessória.

A partir da constatação empírica da existência de força de trabalho assalariada na unidade produtiva camponesa, surge a questão fundamental: em que medida a existência desses trabalhadores assalariados provoca a emergência de uma relação social de produção capitalista no interior do processo de trabalho camponês?

Para além da aparência da forma de assalariamento, é preciso considerar a realidade substancial da relação, mediante a análise da condição social das personagens envolvidas. Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar:

“Porque, né, descontando as despesas, pagando empregado e sustentá a família, non dá. A gente, né, non

ganha dinheiro prá pagá tudo isso aí. Aquilo que a gente ganha, assim mesmo quando que é no fim do ano, non sobra nada, prá sustentá a família e tudo. Sobra pouco e se ainda pagá empregado, ainda por cima, daí piorô. Os empregado son caro tamém, é brabo”.

Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite.

Pode-se concluir que, tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização do trabalho assalariado, bem como seu desaparecimento, no processo de trabalho camponês.

Contudo, mesmo que o assalariamento efetivado em função do ciclo de existência da família não elimine, nos momentos já assinalados, a existência objetiva do trabalhador assalariado no bairro rural, esta presença tem sua singularidade. O camponês não desenvolve uma relação de oposição ao trabalhador na medida em que este outro, na realidade, é ele mesmo. Em outras palavras, se o trabalhador é um camponês em atividade acessória, como indiquei, não se podem diferenciar aqui posições sociais entre personagens que são efetivamente unos, personificações de um mesmo processo de trabalho camponês.

A socialização do camponês

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementa-se através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo familiar e um núcleo

produtivo, nela vão confundir-se também a socialização primária, por meio da qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho(13).

Em conseqüência, observa-se a norma, no bairro rural de São Pedro, de ensinar as crianças a trabalhar desde pequenas:

“Eles tem enxadinha cada um deles e von na roça, non son obrigado a trabalhá, mas só pra acostumá, fazê o serviço, ver o pai como faz, eles aprende”.

A constância do trabalho e de sua aprendizagem leva a uma mescla de trabalho e brinquedo infantil:

“Agora que ton pequenino eles entra na roça, dou uma enxadinha pequeninha só pra distraí eles. Vai devagarzinho, as vez don uma capinada o duas e eles von. Porque senon ele qué a minha. Dô uma enxadinha velha, começa a fazê buraco, don uma, duas, três capinada e von noutro lugar”.

Desta maneira, o trabalho passa a fazer parte do mundo infantil, levando as crianças a internalizarem a sua importância como meio de ganhar a vida (14). Por outra, as crianças vivenciam, através do aprendizado e de sua participação efetiva na força de trabalho familiar, a reificação e a exploração do camponês na sociedade capitalista(15).

A iniciação da criança como personagem da divisão social do trabalho ocorre na própria unidade de produção camponesa. Aproximadamente aos quinze anos, os

(13) Para estes conceitos, cf. BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. 2 ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1972, Parte III, Cap. I, esp. pp. 164/84.

(14) Cf. a referência sobre o jovem no meio rural em FORACCHI, Marialice M. “A Valorização do Trabalho na Ascensão Social dos Imigrantes”. In: *Rev. do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, V. XIV, 1963, pp. 311/319; e MARTINS, José de Souza. “A Valorização da escola e do trabalho no meio rural”. In: *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975, cap. VII, pp. 83/102.

(15) Cf. a análise da alienação vivida pela criança, em SARTRE, Jean-Paul. *Questão do Método*. 2 ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, esp. p. 54.

jovens passam a desempenhar tarefas de adultos. Por exemplo, os jovens do sexo masculino (eventualmente também do sexo feminino) começam a trabalhar no arado puxado a bois, considerando-se esta a tarefa mais árdua em São Pedro:

“Quando era novo gostava de estudá, mas o pai, ele queria que nois ia trabalhá. Antes de i na aula de manhã, nois tinha que capinhá, a aula começava oito horas, tinha que terminá antes, pastá as vacas. Depois, quando tinha doze, treze anos, o arado pegava todo dia”.

Também nessa mesma idade, os jovens passam a desempenhar o trabalho acessório. Significativamente, é a partir dessa época, quando assumem as tarefas dos adultos, que os jovens são aceitos como parceiros de jogos e conversas pelos homens mais velhos nas reuniões da “sociedade da capela”.

Observa-se, assim, que, para os camponeses de São Pedro, o processo de socialização se completa nessa época da vida, pois de crianças passam diretamente à condição de adultos. Para eles, não existe adolescência, se por este termo identificarmos o momento da vida em que os indivíduos adquirem o conhecimento dos papéis atribuídos pela divisão social do trabalho: esse conhecimento, os camponeses já o adquiriram desde a infância.

No instante em que o jovem se torna força de trabalho adulta, desencadeia-se o conflito no interior da família, dividida entre as opções de deixá-lo ficar trabalhando na propriedade ou mandá-lo para a cidade, para estudar:

“Agora tá com treze ano, tá no quinto, pode entrá pro ginásio; non sei, porque estô precisando em casa tamém; e ele teria um bom estudo, ele tá adiantado; ma tô sozinho, parera é bastante. Non sei o ano que vem se eu vô continuá com o estudo dele, seria bom estudá ele, melhor que mandá ele capinhá; ma tem poca força em casa, as parera son muita e eu era só, non sei”

O jovem precisa permanecer porque é parte integrante da força de trabalho familiar e seu trabalho, principalmente o do jovem do sexo masculino, servirá para sustentar os pais quando ficarem velhos. Ficando na propriedade, o jovem garante a reprodução social do processo de trabalho camponês. Por outro lado, o processo de migração atinge sempre mais o campesinato, como veremos adiante. A valorização do estudo funciona como uma forma de preparar o jovem para o desempenho de tarefas urbanas, possibilitando uma “profissão” na cidade. Nesse plano, à “escola”, curso primário feito no estabelecimento situado no próprio núcleo colonial camponês, antepõe-se o “estudo”, cursos após o primário, feitos na vila próxima ou na sede do município:

“Pra mim, estudá, quando uma pessoa tem estudo ela tem tudo. Tanto é trabalhar no escritório que na colônia, onde que a gente tem estudo non falta mais nada”.

Na realidade, o “estudo” é a preparação do jovem para o trabalho assalariado na cidade, seja na indústria, seja nos serviços. Esse processo já começa na própria casa do camponês, com uma série de práticas nesse sentido, como no caso de um camponês que solicitou à professora da escola rural que ensinasse datilografia a seu filho; ou no de várias famílias que se empenhavam em que os filhos aprendessem profissões não-agrícolas, como as de mecânico, motorista, pedreiro etc... No conjunto, essas práticas configuram um processo de ressocialização que prepara o filho do camponês para a vida de trabalhador urbano, expropriado, que deve contar apenas com a qualificação de sua força de trabalho.

A propriedade da terra

Os camponeses de São Pedro são todos proprietários da terra. Tendo em vista o nível de desenvolvimento

das forças produtivas que se encontra na produção camponesa, a terra ainda é o meio de produção fundamental para o camponês. Além disso, as condições históricas que geraram os núcleos coloniais camponeses marcaram-nos com a propriedade capitalista da terra. No modo de produção capitalista, a terra é equivalente de mercadoria, e assim determinada é que ela se antepõe ao camponês, obrigando-o a comprá-la para converter-se em seu proprietário privado.

A maior parte dos homens de São Pedro recebeu a propriedade privada da terra por herança; outros compraram eles mesmos o terreno ou fizeram compras de terras com o fim de aumentar a área recebida na herança. Em qualquer dos casos, o camponês precisou de investir uma soma de dinheiro para pagar o preço da terra, isto é, a renda territorial capitalizada (uma vez que a terra não tem valor pois não é trabalho humano materializado)(16). Contudo, a necessidade de dispendir dinheiro na compra de terras diminui a massa do mesmo, que poderia ser investida na produção agrícola, reduzindo o volume de matérias-primas intermediárias e de instrumentos de trabalho empregados no cultivo.

Os camponeses de São Pedro estimavam o preço médio do hectare (abrangendo todas as diferenças: terra nua, com cultura permanente, com edificações etc.) entre Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 25.000,00, em junho de 1975(17). Tomando-se como base o tamanho médio das propriedades no bairro rural, seria necessária a inversão de uma quantia entre Cr\$ 240.000,00 e Cr\$... 300.000,00 para adquirir uma propriedade de 12ha. Se

(16) Cf. MARX, Karl. *El Capital - Crítica de la Economía Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1972, Tomo III, Seção VI, Cap. XXXVII, p. 581.

(17) Essa estimativa é bastante diferente de: "O Valor de Cr\$ 1.383,41 atribuído a 1 hectare no presente trabalho, baseia-se em pesquisa promovida pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas, no Estado do Rio Grande do Sul, para o 1º semestre de 1973". In: COLÉGIO de Viticultura e Etnologia de Bento Gonçalves, *Estudo relativo à fixação do preço de custo da uva para vinificação no Estado do Rio Grande do Sul — Safra de 1975*. Bento Gonçalves, M.E.C., janeiro de 1975, p. 7. Caso fosse esse o valor real das terras, haveria movimentos de compra e venda, o que não observei em São Pedro.

o rendimento líquido das unidades produtivas foi de Cr\$ 18.167,00, em média, no ano de 1974, resulta óbvia a disparidade entre o potencial poder de compra e o preço das propriedades, razão pela qual não se encontrou nenhuma transação territorial em São Pedro. Como resultado, observa-se que a atual geração de camponeses depara-se com a real impossibilidade de adquirir mais terras para ampliar suas propriedades, o que vem a constituir-se num dos fatores de estagnação de sua situação social, pois a terra ainda é o meio fundamental de produção da unidade camponesa. Por outro lado, a disparidade entre o baixo rendimento econômico da terra e o alto preço em que é cotada explica-se pela maior procura por terras em relação à oferta. O empenho dos camponeses na preservação de sua autonomia, baseada na propriedade privada da terra, aumenta a demanda de terras, configurando um conflito entre a reprodução do processo de trabalho camponês e os critérios capitalistas de rentabilidade econômica.

Na medida em que a propriedade privada da terra constitui um dos elementos da produção camponesa, resulta daí a possibilidade de haver a geração de uma renda da terra(18). Desde logo, existe a formação de uma renda absoluta da terra, visto que é a propriedade territorial mesma que engendra a renda da terra. O monopólio privado do solo faz que o excedente do valor do produto agrícola sobre o preço de produção social médio — excedente de valor oriundo da maior utilização relativa de força de trabalho no processo produtivo agrícola em comparação com os outros setores produtivos da sociedade — converta-se em renda da terra. Nesse sentido, a valorização econômica da propriedade da terra vai-se expressar na formação do preço da terra, que nada mais é senão a renda territorial capitalizada.

(18) A discussão sobre a renda da terra e sobre os conceitos de renda absoluta e renda diferencial é feita por MARX, *op. cit.*, ed. mexicana, Tomo III, Seção VI, Cap. XXXVII a XLVII, pp. 573/753.

Tal processo realiza-se concretamente para os camponeses de São Pedro, desde sua gênese histórica até a atualidade, na medida em que se defrontam com a necessidade de pagar o preço da terra, isto é, a renda territorial capitalizada, para se converterem em proprietários privados de seus terrenos.

Ocorre ainda, na produção camponesa, a possibilidade de geração da renda diferencial da terra, nas suas duas variantes. Primeiro, a renda diferencial provém de resultados desiguais de iguais inversões produtivas, devido a duas causas: a fertilidade diversa dos solos e a situação das terras em relação aos mercados. Tomando como referência os camponeses de São Pedro, observa-se que a fertilidade dos terrenos (utilizando-se esse conceito em sentido amplo) tem influência na produção: a composição dos solos (com menor grau de acidez) e sua topografia (os parreirais com face norte têm maior insolação) vão afetar a qualidade e a quantidade da uva produzida. A outra causa da renda diferencial, a proximidade dos mercados, também afeta os camponeses de São Pedro pois implica maior rapidez de colocação, nas cantinas, da uva colhida (com reflexos na graduação glucométrica da uva) e pagamento de menores fretes para o transporte da uva (pois os caminhões cobram por quilometragem). Segundo, a renda diferencial provém das inversões sucessivas de recursos no processo produtivo. Ainda aqui nasce uma diversidade, pois os camponeses de São Pedro utilizam insumos industrializados em quantidade e periodicidade diferentes, conforme as oscilações de seus rendimentos.

Em síntese, ficou assinalado que no processo de trabalho camponês forma-se uma renda da terra: seja a renda absoluta, oriunda da própria propriedade territorial privada e expressa no preço da terra; seja a renda diferencial, provinda da fertilidade diversa dos terrenos e/ou da situação em relação aos mercados, ou então provinda da inversão sucessiva de recursos produtivos.

Todavia, se há geração de uma renda da terra no processo de trabalho camponês, isso não significa que ela seja apropriada pelo mesmo. Ele é um produtor simples de mercadorias e, sendo a composição de valor do seu produto marcada por uma predominância de trabalho vivo, sua posição em um mercado capitalista, onde tem vigência um preço de produção social médio, será subordinada. Em outras palavras, o valor do produto camponês somente será realizado parcialmente para o próprio camponês, retornando a ele em forma de dinheiro apenas parcialmente; isso porque os preços de mercado não cobrem o valor do seu produto.

Conseqüentemente, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês, incorporada ao sobretabalho dos camponeses, tende a ser apropriada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração que adiante indicarei.

Resta reconstruir o processo de reprodução da propriedade privada da terra, ou seja, o processo pelo qual os camponeses legam aos filhos a sua parcela. A divisão hereditária, em São Pedro, segue um padrão diverso para homens e mulheres. Para as filhas, não é legada uma parte da terra: quando casam, recebem um dote em dinheiro e objetos — “o enxoval” — que não tem nenhuma relação proporcional com o valor da parte que, legalmente, lhes corresponderia; também recebem uma soma de dinheiro quando migram para a cidade, ainda solteiras. Em ambos os casos, devem assinar um documento pelo qual abdicam de sua parte da herança:

“Ah, ela ganhô seu dote, ma nois non demo a parte mesmo pra ela que ela merecia.”

Mesmo quando morre o pai e a filha solteira continua na casa da família, ela não recebe nenhuma parte da propriedade, permanecendo como membro da família, junto aos outros irmãos.

No caso dos homens, o processo de sucessão da pro-

priedade começa ainda em vida do pai, através do mecanismo de saída dos filhos da casa paterna. Suponhamos que se case um filho — ele fica com a mulher na casa paterna até casar o outro irmão; então, sai da casa do pai e vai morar em outra, construída no próprio terreno. Logo de início, divide a plantação de subsistência, cultivando uma “roça” para si mesmo. Fica alguns anos trabalhando junto com o pai e outros irmãos no mesmo parreiral. Depois, divide a terra, faz a “partilha” ou recebe uma parte do pai, quando este ainda vive(19).

O costume em São Pedro é os irmãos mais velhos, que tendencialmente casam mais cedo, irem saindo da casa paterna, através do mecanismo mencionado, de modo que sempre fica com a propriedade original do pai, ou ao menos com a parte dela onde está localizada a casa, o filho mais novo, aquele que se supõe casou por último. É a norma do minorato: “Ao minorato cabe destaque por ser um elemento cultural estranho aos costumes e às praxes jurídicas em vigor no Brasil; (...). Como ultimogenitura, é o minorato um análogo do morgadio, enquanto privilégio sucessório dos varões com a diferença que, ao invés de consagrar a primogenitura ou maiorato, favorece o filho mais jovem ou um dos mais jovens”(20).

Na medida em que a terra é equivalente de mercadoria, a exigência de pagar o preço do solo também ocorre quando o camponês recebe a terra por herança. A cada divisão hereditária, o camponês precisa comprar os direitos de partilha dos irmãos que migraram:

“Cada dois, três ano, conforme um que saía, eu comprava a parte.”

(19) Segundo análise dos inventários do município de Bento Gonçalves, no ano de 1951, coube a cada herdeiro uma média de 1,9 ha, cf. FREITAS, Décio. “Minifúndio na Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul”. In: *Rev. Província de São Pedro*. Porto Alegre, nº 19, 1954, pp. 133/41.

(20) AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos; os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975, p. 272.

Essa obrigação renova a necessidade de dispender dinheiro para pagar a propriedade da terra, ao mesmo tempo que diminui a soma de recursos que poderiam ser utilizados no processo produtivo.

Todavia, começam a aparecer fenômenos que alteram a prática do minorato no núcleo camponês. Por um lado, o parcelamento das propriedades chegou a um grau extremo. Os primeiros imigrantes, embora tenham ocupado áreas de tamanhos bastante variados, compraram lotes de 40 e até 70ha. Assim, “(...) os primeiros colonos a fazerem compras na Colônia Caxias, entre 1875 e 1885, nas léguas I a VI, puderam obter lotes pequenos ou grandes e frações destes. A explicação para essas aquisições poderá ser a da tradição, mas também o fato de preferirem, por motivos econômicos, as unidades já demarcadas em tamanhos menores. Certo é que a maior parte das compras (69,89%) foi de unidades medindo entre 12 e 30 ha, com preferência pelas de 20 a 30ha (37,99), (...)”(21). Na atualidade, na micro-região Vinicultora de Caxias do Sul, segundo dados do Incra, de 1967 a 1972 houve um crescimento do número de “minifúndios” em seis dos nove municípios que a compõem, enquanto que nos outros três, embora tenha havido pequena redução, houve em contrapartida redução da área ocupada pelos “minifúndios” (quadro 5)(22). Assim, vai-se tornando cada vez mais difícil subdividir as parcelas mantendo um mínimo de condições produtivas, o que significa manter uma área onde

(21) Idem, *Ibidem*, p. 265

(22) A definição de “minifúndio” utilizada pelo INCRA é a do decreto regulador do Estatuto da Terra: minifúndio é o imóvel rural que “tiver área agricultável inferior à do módulo fixado para a respectiva região e tipo de exploração”. Corresponde, pois, a uma área inferior à da “propriedade familiar”, o imóvel rural que “direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico, com área fixada para cada região e tipo de exploração, e, eventualmente, trabalhando com a ajuda de terceiros”. (Art. 6, Seção II, Cap. I do Dec. Fed. n.º 55.891, de 31/3/1965, apud CONTAG. *Questões Agrárias Estatuto da Terra e Decretos Reguladores*. Brasília, 1973). Essa definição de “minifúndio” é uma definição geoeconômica, enquanto que utilizo o conceito sociológico de processo de trabalho camponês que procura dar conta da totalidade da existência social dos camponeses.

haja possibilidades da cultura de subsistência ao lado da cultura comercial (lembro que a área média das propriedades em São Paulo é de 12ha). Por outro lado, o camponês não tem um rendimento suficiente para adquirir outras terras, ainda mais se levando em conta o elevado preço delas em regiões de produção camponesa, resultado da pouca oferta e da grande procura relativa de terrenos. No conjunto, temos a crescente impossibilidade de reproduzir-se a sucessão da propriedade para os filhos mais jovens:

“Tenho que ajudá tamém ele, tenho que dá sua herança pra ele. Pra comprá terra, non vô comprá terra. Ah, aqui a terra, sabe, a terra é pra toda família. Son poca terra. Comprá um terreno é uma barbaridade de dinheiro. Nois botemo dinheiro na Caixa Econômica. Agora eu vô dá um tanto por ano pra ele. Trabaia aqui e eu vô dá um tanto por ano.”

O sistema de herança começa a ser alterado: aos filhos mais jovens é negado o direito à partilha, substituído por uma soma de dinheiro proporcional ao rendimento de cada safra. Assim procedendo, o que se faz é negar a esses jovens a possibilidade de continuarem sendo camponeses, pois retiram-lhes a futura propriedade da terra. Com o dinheiro que passam a receber, pouco poderão fazer, senão melhorar sua sorte de produtores expropriados nos meios urbanos. Com isso, revela-se o caráter ressocializador dessa alteração do minorato, preparando os filhos dos camponeses para serem força de trabalho urbano.

A propriedade dos meios de produção

Os camponeses que estamos estudando são proprietários não só da terra como também dos outros meios de produção. A maior parte desses meios têm a forma mercadoria. São mercadorias as matérias-primas inter-

QUADRO 5
ESTRUTURA FUNDIÁRIA — POR TIPO DE EXPLORAÇÃO
M/R VINICULTORA DE CAXIAS DO SUL — 1967 E 1972

	Minifúndio						Empresa rural									
	1967			1972			1967			1972						
	freq.	%	área	%	freq.	%	área	%	freq.	%	área	%				
Antônio Prado	1.491	75,3	24.260	53,3	1.873	87,6	31.902	69,3	85	4,3	3.732	8,2	74	3,5	3.640	7,9
Bento Gonçalves	2.842	89,1	34.345	75,6	3.098	90,6	35.934	78,2	60	1,9	2.029	4,5	115	3,4	3.307	7,2
Carlos Barbosa	1.678	92,2	19.166	81,3	1.690	96,6	20.246	89,9	24	1,3	805	3,4	17	1,0	623	2,8
Caxias do Sul	5.372	83,1	71.807	47,0	5.307	86,8	77.437	53,4	93	1,4	3.747	2,5	108	1,8	3.697	2,6
Farrroupilha	1.939	87,7	27.955	73,3	2.110	86,7	26.367	69,3	81	3,7	3.116	8,2	100	4,1	3.143	8,3
Flores da Cunha	1.558	80,4	21.909	62,1	1.484	78,1	20.150	59,1	132	6,8	4.553	12,9	146	7,7	4.581	13,4
Garibaldi	2.742	93,1	28.650	82,3	2.448	91,6	26.977	79,8	38	1,3	1.075	3,1	35	1,3	863	2,6
Veranópolis	3.027	83,2	41.261	62,6	2.992	86,3	46.362	70,4	115	3,2	4.898	7,4	185	5,3	7.659	11,6
São Marcos	719	79,5	10.270	44,3	967	87,5	13.617	56,7	29	3,2	1.304	5,6	41	3,7	1.794	7,5
Total	21.368		279.623		21.969		298.992		657		25.259		821		29.307	

	Latifúndio por exploração						Total dos estabelecimentos									
	1967			1972			1967			1972						
	freq.	%	área	%	área	%	freq.	%	área	%	freq.	%	área	%		
Antônio Prado	403	20,4	17.521	38,5	191	8,9	10.474	22,8	1.979	100	45.513	100	2.138	100	46.016	100
Bento Gonçalves	289	9,1	9.083	20,0	206	6,0	6.690	14,6	3.191	100	145.457	100	3.419	100	45.931	100
Carlos Barbosa	117	6,4	3.614	15,3	43	2,5	1.642	7,3	1.819	100	23.585	100	1.750	100	22.511	100
Caxias do Sul	1.001	15,5	77.231	50,5	699	11,4	63.836	44,0	6.466	100	152.785	100	6.114	100	144.970	100
Farrroupilha	191	8,6	7.061	18,5	223	9,2	8.515	22,4	2.211	100	38.132	100	2.433	100	38.025	100
Flores da Cunha	249	12,8	8.814	25,0	271	14,3	9.360	27,5	1.939	100	35.276	100	1.901	100	34.091	100
Garibaldi	165	5,6	5.092	14,6	190	7,1	5.984	17,7	2.945	100	34.817	100	2.673	100	33.824	100
Veranópolis	496	13,6	19.748	30,0	288	8,3	11.811	17,9	3.638	100	65.907	100	3.465	100	65.832	100
São Marcos	156	17,3	11.630	50,1	97	8,8	8.612	35,8	904	100	23.204	100	1.105	100	24.023	100
Total	3.067		159.794		2.208		126.924		25.092		464.676		24.998		455.223	

Fontes: INCRA

mediárias (fertilizantes, defensivos e corretivos agrícolas) e os meios de trabalho (arame, parte das estacas, motobomba pulverizadora, mangueira, arado de tração animal, tesoura de podar, enxada, foice, faca, máquina manual de semear, máquina manual de pulverizar).

A motobomba para pulverizar defensivos agrícolas é considerada o meio de trabalho que mais facilitou a atividade do camponês. Antes de começarem a usá-la, por volta dos anos 50, a tarefa era realizada com uma máquina manual de pulverizar levada às costas:

“Com a máquina que se bota em cima das costas, ...e botava sulfato e eu carregando a água com a lata; e depois quando terminava, ele se ajoelhava e eu botando dentro, enchia de novo; depois ele botava e eu ia pegá a água de novo com a lata de água.”

Depois, começaram a usar uma máquina manual de pulverizar levada numa carroça puxada por mulas ou bois. Finalmente, veio a motobomba:

“No ano trazado era muito pior, agora non, melhorô, temo mais conforto, temo mais comodidade. Porque o negócio de trabaíá não tinha motorizado nada, caroça não tinha. Tinha que carregá nas costas, carregá em cima num buro. Tudo aquela coisa lá era custoso pra trabaíá. Agora é mais fácil, né. Tudo motorizado, mais comodidade.”

A motobomba é o instrumento mais mecanizado existente na unidade produtiva camponesa, e intensamente usado nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Outro instrumento intensamente utilizado é o arado com tração animal, principalmente nos meses de junho, julho, setembro e outubro. O solo em declive dificulta a utilização de microtrator, quase inexistente na Região(23).

As matérias-primas intermediárias usadas por todos são: defensivos para a parreira, chamados generica-

(23) Tanto é escassa a mecanização agrícola na Região que o COLÉGIO, *op. cit.*, leva em conta apenas o arado animal em seus cálculos dos custos de produção da uva.

mente de "sulfato", porque antigamente só havia o sulfato de cobre enquanto hoje existem inúmeros produtos com efeito semelhante; e o calcário, empregado para a correção do solo, após análise feita através dos serviços de extensão rural. Já os fertilizantes e herbicidas são utilizados de modo intermitente, face à precária situação monetária do camponês:

"Compro esse ano, depois fico um ano sem. Uso cinco sacos por ano; se for bom, boto cinco sacos esse ano nesse pedaço, e otro cinco no otro. Qué dizê que um ano sim, um ano non. Se botá todos anos vai gastá mais de mil quilos por ano."

Também se pode observar que os defensivos, corretivos e fertilizantes são empregados apenas na cultura comercial, nas parreiras. Por outro lado, o herbicida desempenhou o papel de poupar força de trabalho, pois, deixando limpo o solo debaixo da parreira por longo tempo, dispensa a lavragem e a capina. Simultaneamente, facilitou a utilização apenas da força de trabalho familiar nas tarefas agrícolas.

Além dos mencionados, há uma série de meios de produção produzidos pelos próprios camponeses, ou seja, meios de produção que não assumem a forma mercadoria. De uma parte, alguns meios de trabalho, como a maioria das estacas necessárias para armar o parreiral, que são colhidas no mato existente em cada propriedade; ou os cestos de vime, fundamentais para a colheita da uva, usados às dezenas cada ano, que são fabricados pela família camponesa nos meses de outubro a janeiro, na forma de um artesanato doméstico. De outra, o adubo orgânico usado como matéria-prima intermediária:

"Que aquilo é o melhor adubo que existe. E é melhor porque tem duas vantagem. Porque é o melhor adubo e o melhor herbicida. No mesmo tempo, aduba a parera e segura a parera limpa. Mas agora, onde que tirei aquela capoeira, meu irmão fez a roça. Enton me

obrigô a comprá adubo. Depois non tem tempo pra botá em todas as parera. Tem que trabalhá o ano inteiro só pra cortá e levá embaixo das parera."

Neste relato, vêem-se as vantagens do adubo orgânico e, ao mesmo tempo, as razões de estar sendo substituído; ainda que intermitentemente, pelo adubo industrializado. Por um lado, a terra está sendo usada intensivamente, onde havia "capoeira" hoje há "roça"; por outro, a força de trabalho da família está sendo utilizada no máximo de sua capacidade, não tendo mais tempo para "corta capoeira".

O conjunto descrito permite concluir que os meios de trabalho existentes nas unidades produtivas camponesas de São Pedro não são mecanizados, não passando de simples extensão do braço humano, enquanto que as matérias-primas intermediárias têm emprego intermitente e no mínimo indispensável. Isso significa que no processo de trabalho camponês existe uma participação percentual maior de trabalho vivo do que de trabalho cristalizado em produtos. Pode-se então concluir que o processo de trabalho camponês apresenta uma "composição de valor baixa", na medida em que a força de trabalho é o elemento com maior peso entre todos os elementos envolvidos na produção camponesa (24).

Por fim, deve-se assinalar que a reposição dos meios de trabalho, a cada ciclo agrícola, faz-se por intermédio de empréstimos financeiros. Os camponeses de São Pedro costumam contrair empréstimos com o Banco do Brasil, desde os anos 50, com a finalidade de comprar insumos, principalmente. Na época em que começam as correções dos solos e as pulverizações das parreiras é que geralmente procuram o banco. Mas há outras finalidades: "As operações de crédito à viticultura podem ser divididas em dois grupos: para as videiras americanas e

(24) Emprego o conceito de "composição de valor da produção camponesa" em analogia com o conceito de "composição orgânica do capital" referente ao modo de produção capitalista. Para este último, cf. MARX, *op. cit.* ed. mexicana, Tomo I, Seção III, cap. VII.

européias. Para as do primeiro grupo, somente se financiam as operações e aquisições seguintes: *a*) custeio de produção; *b*) pagamento de mão-de-obra; *c*) aquisição de fertilizantes e corretivos; *d*) substituição de moirões e arames de parreiras já existentes; *e*) aquisição de maquinaria. Para as do segundo grupo, com a finalidade de melhorar a qualidade dos vinhos e a produção de uva de mesa, é financiada também a implantação de novas parreiras''(25). O financiamento bancário tem juros de 10% ao ano (para um valor de até cinquenta salários mínimos), sendo o prazo de pagamento de doze meses.

A mediação do crédito bancário para que possam ser efetivadas tanto a compra de insumos como a substituição das instalações dos parreirais faz-se necessária em função das más condições financeiras dos camponeses de São Pedro. Provoca-se, por essa via, a penetração de mercadorias industrializadas, com maiores preços relativos, na unidade produtiva camponesa. Ora, as condições desiguais da troca estabelecem condições para que haja transferência de parte do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial, por intermédio dos preços que o camponês deverá pagar por aqueles bens, preços superiores aos que recebe pela venda de seu produto como matéria-prima para a indústria. Assim, na mesma medida em que o capital financeiro assegura a reposição dos meios de trabalho a cada ciclo agrícola, está abrindo o caminho para uma das formas de expropriação do sobretrabalho camponês pelo capital industrial.

A jornada de trabalho

Os elementos do processo de trabalho camponês combinam-se em uma jornada de trabalho cuja duração

(25) CEDIC — Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul. *Estudo da Vitivinicultura Rio-Grandense*. Porto Alegre, S.I.C., 1974, V. II.

varia conforme a época do ano. No quadro 6, pode-se observar que em maio começam as tarefas da parreira, estendendo-se até dezembro; também as tarefas da agricultura de subsistência prolongam-se por esse período. Assim, de maio a dezembro, a jornada de trabalho oscila em torno de nove horas; já na época da colheita da uva, fevereiro e março, chega a atingir doze horas. Nos meses de janeiro, abril e maio, a parreira está em descanso, diminuindo a duração da jornada na unidade produtiva camponesa; em compensação, nesses meses o camponês desenvolve sua jornada no trabalho acessório.

Os habitantes de São Pedro sempre trabalham todos os dias da semana, até sábado pela manhã, reservando a tarde deste dia e o domingo para as atividades de lazer (exceto em situações excepcionais da colheita da uva, quando trabalham mesmo nesses dias).

Evidencia-se em todos os relatos, comprovados pela observação direta, que a jornada de trabalho do camponês é marcada pelo desempenho de um trabalhar árduo e constante:

“A vida na colônia é braba; e se a gente non trabalha non tem nada. Tem que trabalhá pra vivê. Non é manso non trabalhá,,. “A roça é uma vida tristeza. Non é vida boa a roça, non. Quando que é noite, a gente tá cansado que non dá nem pra dormí. Com a enxada, todo dia.”

Desta forma, na jornada de trabalho dos camponeses de São Pedro verifica-se uma utilização extensa da força de trabalho familiar, plasmando-se numa forma de exploração absoluta do trabalho e do sobretrabalho camponês. Essa jornada de trabalho extensa terá sua gênese explicitada no momento em que forem reconstruídos os processos pelos quais o capital, personificado na burguesia industrial, determina uma ampliação do trabalho excedente do camponês e realiza a expropriação do sobretrabalho criado no processo de trabalho camponês.

QUADRO 6
CALENDÁRIO DAS TAREFAS AGRÍCOLAS — SÃO PEDRO — 1974

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Parreira em pousio	Colheita da uva	Colheita da uva	Pousio da parreira	Pousio da parreira	Tratamento da parreira com defensivos
				Manutenção do parreiral: moirões e arame	Limpeza do parreiral: lavragem. capina e/ou aplicação de herbicidas
			Adubação		
Trabalho acessório			Trabalho acessório	Preparação do pasto para o inverno	Semeadura: Trigo, feijão pasto
Fabricação de cestos de vime				Trabalho acessório	Colheita do milho
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Correção do solo: corretivos	Amarração da parreira	Limpeza do parreiral: lavragem e capina	Limpeza do parreiral: lavragem e capina	Limpeza do parreiral: capina e formicidas	Limpeza do parreiral: capina
Adubação	Poda seca da parreira				
Limpeza do parreiral: lavragem, capina e/ou aplicação de herbicidas	Enxerto nas parreiras	Tratamento da parreira com defensivos Adubação da parreira	Tratamento da parreira com defensivos	Tratamento da parreira com defensivos Poda verde da parreira	Tratamento da parreira com defensivos Poda verde da parreira.
		Amontoar pedras			
		Semeadura: feijão, milho, cana, mandioca, cebola, arroz etc	Semeadura: feijão, milho, cana, mandioca, cebola, arroz etc.		
			Colheita do trigo	Fabricação de cestos de vime	Fabricação de cestos de vime

A reprodução simples da produção camponesa

Após terem sido analisados cada um dos elementos do processo de trabalho camponês, pode-se voltar à discussão sobre a situação econômica das unidades produtivas de São Pedro. Para tanto, precisa-se decompôr a última categoria que aparece no quadro 1, "rendimento líquido", em outros dois itens: "orçamento familiar" e "poupança".

Esses itens são apenas indicadores de um problema teórico básico: qual a modalidade de reprodução — se a reprodução simples ou a reprodução ampliada — que se verifica no processo de trabalho camponês. Um autor que trata do problema, Perceval, estabelece dois critérios para caracterizar a produção camponesa: "o emprego de mão-de-obra assalariada (temporária, permanente, freqüência do emprego, número de operários por exploração)" e "a possibilidade de efetuar uma reprodução simples ou ampliada (compra de material, compra ou aluguel de terras para ampliação)". Em relação a este, afirma: "O segundo critério só pode ser apreciado, sobretudo nas explorações camponesas propriamente ditas, se conhecermos a repartição da renda bruta da exploração entre as despesas do agricultor e de sua família (no mínimo, reprodução da força de trabalho) e as despesas relativas ao investimento na própria exploração agrícola" (26). Já foi discutido o primeiro aspecto. A discussão do segundo envolve outra particularidade, segundo propõem Archtti & Stolen. Inicialmente, eles definem a produção camponesa no mesmo sentido da definição anterior: "Definimos de um modo mais ou menos exato o conceito de economia camponesa a partir de dois critérios básicos: predomínio da força de trabalho doméstica e ausência de uma acumulação sistemática de capital". Enfatizando a importância do segundo critério, diferenciam por ele o

(26) PERCEVAL, *op. cit.* p. 170

camponês do tipo de produtor definido como “farmer”: “Um “farmer”, desta maneira, é um produtor que combina trabalho doméstico e trabalho assalariado e que acumula capital, o que permite, em um prazo significativo, ampliar o processo produtivo aumentando a produtividade do trabalho” (27). Desta forma, a verificação da modalidade de reprodução encontrada nas unidades produtivas de São Pedro vai estabelecer mais um passo na conceituação do processo de trabalho camponês.

Para construir o quadro 7, manipulamos o item “rendimento líquido” da unidade produtiva, inserido no quadro 1, e o item “tamanho da força de trabalho familiar”, inserido no quadro 2. Atribuimos a cada unidade de força de trabalho o salário mínimo regional, obtendo uma estimativa do “orçamento familiar”, ou seja, da quantia necessária para assegurar o valor da reprodução da força de trabalho familiar. Ainda que seja conhecido o quanto o salário mínimo legal subestima o mínimo cultural de meios de vida necessários à reprodução do trabalhador, seu emprego foi útil como medida para estimar o valor da força de trabalho. Além do mais, utilizou-se o montante que o Estado aplica para o cálculo dos preços mínimos da uva, produto comercial em São Pedro, o que reitera a eficácia do indicador. Essa quantia era Cr\$ 5.685,35, para todo o ano de 1974, para cada unidade de força de trabalho (28). Finalmente, subtraímos os totais assim obtidos do item “rendimento líquido” para cada unidade produtiva, obtendo-se então a “poupança” de cada uma delas.

(27) ARCHETTI & STOLEN, *op. cit.* cap. II, pp. 141 e 149.

(28) “Para fins de cálculo dos valores da mão-de-obra para as múltiplas tarefas do vinhedo, tomou-se como base o valor do salário mínimo regional, ou seja, Cr\$ 350,14 por mês ou Cr\$ 11,68 por dia, acrescido dos encargos do décimo-terceiro salário, Férias remuneradas, Repouso semanal remunerado, assim como Seguro contra acidentes do trabalho, somando um total mensal de Cr\$ 473,77 ou seja Cr\$ 15,79 por dia, o que resulta no total geral anual de Cr\$ 5.685,35”. In: COLÉGIO, *op. cit.* p. 6. Utilizamos o salário mínimo vigente a partir de maio de 1974 porque é também a partir dessa época que os camponeses começam a receber o pagamento pela safra da uva de fevereiro/março de 1974.

QUADRO 7
RENDIMENTO LÍQUIDO, ORÇAMENTO FAMILIAR E
POUPANÇA POR UNIDADE PRODUTIVA CAMPONESA
SÃO PEDRO — 1974

N.º UPC	Unidades de de força de trabalho	Rendimento líquido	Orçamento familiar (estimado)	Poupança (estimado)
1	3	8.500,00	17.056,05	- 8.556,05
2	5	27.000,00	28.426,75	- 1.426,75
3	5	30.000,00	28.426,75	1.573,25
4	5	17.000,00	28.426,75	-11.426,75
5	4	7.500,00	22.741,40	-15.241,40
6	7	20.000,00	39.797,45	-19.797,45
7	6,5	15.000,00	36.954,78	-21.954,78
8	6	18.000,00	34.112,10	-16.112,10
9	3,5	*	*	*
10	7	25.000,00	39.797,45	-14.797,45
11	4	16.000,00	22.741,40	- 6.741,40
12	4,5	15.000,00	25.584,08	-10.584,08
13	2	7.500,00	11.370,70	- 3.870,70
14	7	20.000,00	39.797,45	-19.797,45
15	3,5	38.000,00	19.898,73	18.101,27
16	4	20.000,00	22.741,40	- 2.741,40
17	3	5.000,00	17.056,05	-12.056,05
18	2	3.000,00	11.370,70	- 8.370,70
19	6,5	15.000,00	36.954,78	-21.954,78
20	5,5	28.000,00	31.269,43	- 3.269,43
21	5	30.000,00	28.426,75	1.573,25
22	3,5	16.000,00	19.898,73	- 3.898,73

* Não há informação.

Fonte: Trabalho de campo.

Observando o quadro 7, deve-se ressaltar inicialmente que as diferenças de rendimento líquido entre as unidades produtivas explicam-se por uma série de fatores, entre os quais a variação das áreas dos parreirais, as diversas qualidades de uvas cultivadas, com preços variados, renda diferencial dos terrenos etc.

Em segundo lugar, ressalta na leitura desse quadro que a diferença entre o “rendimento líquido” e o “orçamento familiar” estimado é negativa em quase todos os casos. As exceções são em número de três, sendo que apenas em uma o saldo positivo é expressivo (Cr\$

18.101,27). Em todas as outras unidades produtivas, temos um saldo negativo médio de Cr\$ 8.635,70.

Todavia, o "orçamento familiar" corresponde a uma ficção: na realidade, a reprodução da força de trabalho familiar é coberta em sua maior parte pela produção direta dos meios de vida, o que dispensa o gasto monetário com a subsistência da família camponesa. Isso vale dizer que as quantias expressas na coluna "orçamento familiar" não são efetivamente gastas pelos camponeses. Assim se explica como, em várias situações, os camponeses de São Pedro têm dinheiro disponível para adquirir instrumentos de trabalho e bens de consumo, para dar o dote das filhas, para ajudar os filhos que migram, para fazer festas etc.. Assim, essas despesas são cobertas pela soma integral do "rendimento líquido", o qual, em razão da agricultura de subsistência, vai-se confundir efetivamente com a "poupança".

Nem por isso o quadro acima é menos expressivo: ele mostra que o camponês absorve, através da produção direta dos meios de vida e da utilização extensa de força de trabalho familiar, os rendimentos negativos da sua produção mercantil. Pois, se a família camponesa não apresenta um rendimento monetário para cobrir sequer o valor de sua força de trabalho, na verdade está havendo uma transferência de sobretrabalho para o conjunto do sistema produtivo e uma contribuição à acumulação capitalista.

Finalmente, pode-se concluir que o camponês realiza a reprodução simples, equivalendo isso a dizer que no processo de trabalho camponês ocorre a simples repetição do processo de produção na mesma escala⁽²⁹⁾. O camponês repõe, a cada ciclo produtivo, seja por via de produção direta, seja por via da troca monetária, os meios de produção e a força de trabalho necessários pa-

(29) Sobre o conceito de reprodução simples, cf. MARX, *op. cit.* ed. mexicana, Tomo I. Seção VII. cap. XXI.

ra a simples repetição da produção. Inversamente, o que a formação capitalista provoca é a ampliação das contradições sociais, na medida em que reproduz o personagem não especificamente capitalista do camponês.⁽³⁰⁾

(30) Neste estudo de caso, estou trabalhando com o conceito de relações sociais de produção que possibilita a configuração sociológica de classes sociais, e com o conceito de processo de trabalho que permite a reconstrução teórica de processos sociais específicos. Em consequência, a análise de estratos sociais fica intencionalmente descartada, tratando-se de uma outra pesquisa a investigação sobre a existência ou não de estratos no interior do campesinato.

CAPÍTULO III

A SUBORDINAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS AO CAPITAL

Produção simples de mercadorias

O camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção — (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) — e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo.

“A circulação simples da mercadoria — vender para comprar — serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades”(1). Assim, a produção camponesa realiza o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender para comprar, culminando o ciclo na obtenção de valores de uso; a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do

(1) MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, Livro I, Parte II, Cap. IV, p. 171.

consumo do camponês. O processo de trabalho camponês vai obedecer a essa lógica econômica.

No núcleo colonial camponês investigado, ocorre a combinação de duas atividades econômicas: produção de meios de vida e produção de mercadorias.

A produção de meios de vida operada diretamente pelo camponês, a “roça”, é representada pelas lavouras de milho e trigo, principalmente, aquele plantado em setembro e colhido em maio, este plantado em junho e colhido em outubro. A dieta alimentar desses camponeses constitui-se, basicamente, da polenta, das massas e do pão. Incluem-se, ainda, o feijão, arroz, batata, mandioca, legumes, hortaliças, amendoim, complementados pelos produtos de origem animal, como leite, queijo, manteiga, carne de galinha e porco, lingüiça etc. Em todas as refeições está presente o vinho feito em casa, componente indispensável da dieta do grupo. Todos esses alimentos são produzidos na própria unidade produtiva camponesa.

Parte dessa produção é comercializada — feijão, soja, leite, manteiga, queijo, cebola, legumes, banha — pois constitui “o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência”, configurando-se em uma “economia do excedente”(2).

Por outro lado, os meios de vida dos camponeses são completados pela compra de mercadorias — carne de gado, café, açúcar, erva-mate, sal e vestuário.

Desta forma, seja diretamente, seja por meio do dinheiro obtido com a comercialização do “produto dos fatores de produção excedentes”, a “roça”, ao ga-

(2) MARTINS, José de Souza. “Modernização Agrária e Industrialização no Brasil” In: *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975, cap. I, p. 12. Para uma análise da importância da agricultura de subsistência na sociedade brasileira, cf. DUARTE, João Carlos & QUEDA, Oriowaldo. “Agricultura e acumulação”. In: *Rev. Debate & Crítica*, São Paulo, n.º 2, jan-jun 1974, pp. 90/7; e SILVA, J. F. Graziano da & QUEDA, Oriowaldo. “Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos”. In: PINSKY, Jaime (org.). *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 127/46.

rantir os meios de vida necessários, assegura a reprodução da força de trabalho familiar:

“Ah, a roça é nosso vivê. Dá mantimento pra nois. O vivê, o dinheiro que nois recebemo vem da roça, né. Qué dizê, otro dinheiro a gente non recebe, que os colonos tem de plantá prá non pegá o dinheiro da uva, né. Porque se eu tenho de comprá milho, fejon, vai todo o dinheiro da uva, né. E assim a gente planta pro mantimento e sobra o dinheiro da uva, né. Qué dizê que sobra poco porque, sabe, a família é pequena, son todos pequeno; prá vivê a gente planta, colhe pro gasto, assim”.

Se a “roça é nosso vivê” é porque “sobra poco” o “dinheiro da uva”. Ou seja, a “roça” é a produção que assegura a reposição do valor da força de trabalho familiar e permite, assim, que o camponês arque com todas as conseqüências da produção de mercadorias.

A produção mercantil dos camponeses de São Pedro consiste na cultura de uva. Pequena parte da produção é vendida “in natura” (“uvas de mesa”) para comerciantes das cidades, principalmente Porto Alegre e São Paulo. Na safra de 1972, estimou-se que 22,2% da quantidade produzida foram vendidos para comércio(3). Para os camponeses, esta venda é vantajosa pois não pagam frete, recebem preços superiores aos preços mínimos oficiais e obtêm pagamento à vista, o que contrasta, como demonstro adiante, com as condições da venda da uva como matéria-prima industrial. Em contrapartida, é preciso selecionar a qualidade do produto e encaixotá-lo, o que representa um gasto de tempo de trabalho:

“Aquele daria bem porque non tem frete, non tem imposto, non tem nada, é tudo limpo, depois é a vista... Tem só uma coisa que, dá pra eles quando se

(3) CEDIC - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul. *Perfil Agrícola da Uva*. Rio Grande do Sul, S.I.C., 1974, pp. 54 e 58.

começa a safra se dá, porque a uva encaixotada vai mais tempo, depois tem que escolhê...”.

Todavia, a demanda por “uva de mesa” é altamente irregular. A vinda dos “paulistas” — potencialmente, São Paulo é o maior centro consumidor — para comprarem “uva de mesa” é determinada pelas oscilações da produção das regiões próximas à cidade de São Paulo (os municípios de Jundiá e São Roque), que colocam a uva com menores preços do que a produção da Região, onerada pelos custos de transporte(4). Desta forma, não é por esta via que se verifica a ligação privilegiada do camponês com o mercado, mas sim pela sua relação com o capital industrial. Todavia, para que se compreenda a totalidade desta relação, faz-se necessário empreender o traçado histórico que a constitui, retrazendo o desenvolvimento da indústria vinícola da Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul.

Traçado histórico da indústria vinícola

Logo após ocuparem os lotes que lhes foram vendidos, os imigrantes italianos, camponeses, realizam o desmatamento, constroem a moradia, iniciam as plantações e desenvolvem o artesanato doméstico. Oito anos após a chegada dos primeiros imigrantes, a produção da Região apresentava o seguinte perfil:

“Milho	— 40.000 sacas;
Farinha de Trigo	— 20.000 sacas;
Centeio	— 10.000 sacas;
Cevada	— 1.000 sacas;
Feijão	— 20.000 sacas;

(4) Cf. MATOS, Dirceu Lino de. *Vinhedos e Viticultores de São Roque e Jundiá (São Paulo)*. São Paulo, F.C.E.A., U.S.P., Boletim n.º 2, Cadeira IX, 1958, n.º 1, cap. IV, pp. 66/122.

Vinho	— 5.000 pipas;
Linho	— 3.000/quilos”(5).

O que se verifica desde a instalação dos camponeses é uma agricultura diversificada, com a comercialização apenas do produto dos fatores excedentes de produção.

“Até o fim do século XIX, realizava-se o comércio a varejo pelo escambo de produtos, isto é, sem intervenção de dinheiro nas transações. O colono dirigia-se a um ‘vendista’ (havia-os em grande número) e trocavam seus produtos agropecuários por outros, geralmente manufaturados. O ‘vendista’ por sua vez revendia os produtos aos atacadistas, que eram geralmente exportadores e importadores, e deles adquiria os artigos que iria ‘vender’ ao colono. O próprio ‘vendista’ não era um comerciante especializado, mas um agricultor que dedicava seu tempo sobrando ao comércio (provavelmente porque sua propriedade estava localizada junto a uma via de acesso ou uma vila)”(6). Todavia, já na última década do século, desenvolve-se a especialização do comércio da zona rural em um único produto, o vinho.

A Região de Colonização Italiana produzia os mesmos tipos de produtos que a Região de Colonização Alemã, apresentando desvantagem tanto na situação em relação aos mercados — (“situadas nos arredores de Porto Alegre — como no caso de São Leopoldo —

(5) “Ofício do Diretor Engenheiro Bacharel Manuel Barata Góis ao Presidente da Província, Colônia Caxias, 23 de fevereiro de 1844”. Apud ADAMI, João Spadari. *Festas da Uva — 1881-1865*. Caxias do Sul, Ed. São Miguel, s/d, p. 11.

(6) SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo, Ed. Nacional/EDUSP, 1968, cap. 3 (“Blumenau”), p. 118. Neste livro, principalmente no cap. citado e no cap. 4 (“Porto Alegre”), o autor estabelece uma tipologia da evolução das regiões de colonização baseadas na produção camponesa: “1. Desmatamento e agricultura de subsistência; 2. Expansão-agrícola e exportação de excedentes; 3. Especialização agrícola tendo em vista a comercialização”. No caso da Região de Colonização Italiana do R.G.S., o estabelecimento da colônia já se fez numa época em que o desenvolvimento do comércio no Estado era bastante elevado, razão pela qual creio que desde o início houve a “exportação de excedentes”, não tendo existido a “economia de subsistência”, “economia natural”, como menciona o autor (p. 98).

ou se mais distantes junto de rios francamente navegáveis — Cai, Sinos, Taquari — as colônias alemãs podiam escoar seus produtos para o grande centro consumidor de maneira fácil e barata. As italianas, de Princesa Isabel, Conde D'Eu ou Campo dos Bugres o faziam com sensível aumento de despesa em tempo e dinheiro”) — como na fertilidade — (“Não menos certo se mostra o aspecto da fertilidade das terras da encosta em contraste com as das que margeiam os grandes rios. É clássica a uberdade dos vales; universal também o fenômeno da erosão nos imensos declives das montanhas. As terras outorgadas aos italianos eram magras e pobres”)(7). Assim, a solução encontrada para superar aquela concorrência foi a especialização na produção do vinho, deslocando o vinho que era fabricado na zona alemã de forma artesanal; como resultado, o vinho da colônia italiana italiana já era exportado para fora da Região Colonial na última década do século(8).

Nessa época, o vinho era produzido pelo camponês na forma de um artesanato doméstico: após colher a uva, a família camponesa fabricava o vinho na cantina, um compartimento de pedra situado embaixo da casa de moradia onde estavam as pipas e os instrumentos necessários à fabricação da bebida. Terminado o ciclo de elaboração, o produto era vendido aos comerciantes. “Até fins do século passado a uva produzida pelos vinhedos sul-riograndenses apenas servia para abastecer o consumo local de vinho. Com os albores do século atual, inicia-se o comércio intermunicipal do vinho e uma pequena parte é levada, de cargueiro, através das densas matas do norte deste Estado e das de Santa

(7) SA, Mem. de. “Aspectos econômicos da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul”. In: *Album comemorativo do 75.º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Rev. do Globo, 1950, pp. 76/104, cf. p. 81.

(8) Sobre a especialização comercial no vinho, cf. ROTHWELL, Stuart C.. *The old Italian colonial zone of Rio Grande do Sul, Brazil*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da U.F.R.G.S., 1959, p. 72. ROCHE informa que a colônia alemã de São Leopoldo foi o principal produtor de vinho da Província até 1881. In: ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969, Tomo II, p. 483.

Catarina, aos mercados de São Paulo”(9). Outra parte ia em carretas até o porto fluvial de São Sebastião do Cai e Montenegro, daí alcançando o mercado de Porto Alegre.

O vinho era vendido pelos comerciantes, os quais passam a exercer uma superioridade social e econômica sobre os camponeses. Pois, “(...) até fins do século passado a enotecnia sul-riograndense apresenta as características de indústria doméstica. O negociante (...) torna-se o árbitro do comércio vinícola e se limita, quase sempre, a adquirir o vinho produzido pelo agricultor, a formar o tipo e corrigi-lo antes de expedi-lo em barris para a clientela”(10). Nesse processo, inicia-se a acumulação de capital comercial viabilizada pelo mecanismo segundo o qual “(...) o colono vende o vinho a prazo e o comerciante, com o resultado da venda deste mesmo produto, paga o agricultor, invertendo um mínimo de capital fixo e de circulação em seu estabelecimento”(11).

A ampliação do capital comercial permitiu, em seguida, a montagem de estabelecimentos de fabricação do vinho ao lado das casas de comércio. A fim de conhecer a atividade dos comerciantes-fabricantes, tomemos um caso entre as várias firmas que publicaram anúncios no Álbum comemorativo do cinquentenário da imigração italiana, em 1925. Trata-se de Oreste Franzoni, um caso significativo porque estava estabelecido na vila próxima a São Pedro, o que permite presumir que várias famílias que entrevistei tiveram oportunidade de negociar com ele:

“A grande casa comercial que ele dirige (...) compreende o comércio mais completo e variado na região colonial italiana e que vai desde as fazendas até os fios,

(9) GOBBATO, Celeste. *Manual do Vitivinicultor Brasileiro*. 4 ed. Porto Alegre, Liv. do Globo, V. 1, 1940, p. 24.

(10) GOBBATO, *op. cit.* pp. 32 e 33.

(11) Idem, *ibidem*, p. 33.

dos artigos de mercearia aos de toalete, das ferragens (...), dos adornos às bijouterias, das drogas aos medicamentos (...). Seu importante estabelecimento — que ele vigia e dirige ao lado da casa comercial — compreende uma secção químico-enófila para a fabricação dos vinhos e licores; uma secção de laticínios para a fabricação dos queijos de qualidade selecionada e diversa, e uma secção para a preparação de madeira, mediante corte e vapor, e cuja venda a firma vem realizando em todas as praças do Estado. Quanto aos vinhos e aos queijos — ambos produtos de fama nacional — o sr. Oreste Franzoni produz em média, anualmente, 15.000 quintos em relação ao primeiro e 12 toneladas com referência aos queijos, dispondo o estabelecimento de aproximadamente trinta homens entre técnicos, operários e empregados. Os produtos industriais do sr. Oreste Franzoni são vendidos com grande êxito nos principais mercados do Brasil, enquanto os produtos agrícolas em geral, especialmente os cereais, que a firma compra e vende em grande escala, são mais colocados em Porto Alegre, através de representantes. No seu complexo, o negócio de Oreste Franzoni ocupa um capital que supera os 500 contos de réis. Explica-se assim como esta firma, conhecida no mundo comercial e industrial desde fins de 1888, seja tida no conceito de uma poderosa organização produtiva (...)” (12).

Esta firma, fundada em 1888, tinha uma atividade comercial intensa, “o comércio mais completo e variado desejável na região colonial italiana”, oferecendo uma diversidade de produtos que não podiam ser produzidos pelas famílias camponesas (“artigos de toalete, medicamentos, fazendas”). Ao lado disso, tinha um estabelecimento industrial onde produzia vinhos e queijos, “ambos produtos de fama nacional”, isto é,

(12) Apud *La Cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sul* (1.º Cinquantenario della Colonizzazione italiana nello stato - 1875/1925). Porto Alegre, Liv. do Globo (1925), Parte II, pp. 114/5.

vendidos para “os principais mercados do Brasil”. Para tanto, empregava trinta trabalhadores, entre “técnicos, operários e empregados”, com um capital de “500 contos de réis”. Também comerciava com “produtos agrícolas em geral, especialmente os cereais, que a firma compra e vende em grande escala” em “Porto Alegre, através de representantes”.

Do anúncio se pode inferir a vinculação deste comerciante com os camponeses. Destes, compra produtos agrícolas (cereais) para revender, adquire o leite para fabricar queijo e o vinho para armazenar ou refinar, misturando-o com outros tipos para melhorar o produto. Talvez também comprasse a uva dos camponeses e fizesse diretamente o vinho.

Quando o comerciante passa a ser também um fabricante, as oportunidades de ir ampliando seu capital são cada vez maiores, pois imprime maior volume e velocidade às suas operações, agilizando a acumulação através da diferença de preços entre o que compra dos camponeses e o que vende a eles, e entre o preço que paga pelo vinho e o que recebe pela venda desse produto para o mercado regional, e, também, cada vez mais, para o mercado do Rio e São Paulo(13).

Examinando-se os anúncios de 1925, verifica-se que a maior parte das empresas comerciais de vinhos foram fundadas entre 1900 e 1925. Essa multiplicidade de comerciantes do vinho e a acirrada concorrência que se estabelece são controladas em parte pela organização, em 1927, do Sindicato Vitivinícola Rio-Grandense, “Pouco tempo depois, do seio desse Sindicato, se criava a Sociedade Vinícola Rio-Grandense Ltda., que foi constituída por todos os cantineiros que nessa época comerciavam em vinho na região colonial do Nordeste

(13) A exploração do camponês pelos comerciantes também se deu em outras zonas de colonização. Sobre a zona alemã do Rio Grande do Sul, cf. ROCHE, *op. cit.* tomo II, cap. VI e VIII, 1. Sobre a zona de colonização alemã em Santa Catarina, cf. SINGER, *op. cit.* cap. 3 e SEYFERTH, Giralda. *A Colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, Movimento, 1974, cap. IV.

Rio Grandense”(14). O que ocorre é a centralização dos capitais comerciais envolvidos na viticultura em uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada(15).

A Sociedade Vinícola, que ficou conhecida na memória dos camponeses e das pessoas da Região pelo nome de “Sindicato do Vinho”, foi constituída por quarenta e nove “exportadores de vinho”, em 5 de junho de 1929, com um capital subscrito de 3.000:000\$000, com os seguintes fins:

“Art.º 1 — A Sociedade Vinícola Rio-Grandense Limitada é creada para defender os interesses dos viticultores, usando, para isso, de todos os recursos legais. A sua ação visa especialmente: 1.º) Fabricar, comprar e vender vinho; 2.º) Standardizar e produção dos vinhos Rio-Grandenses, promovendo uma industrialização racional, com a reforma das instalações existentes e realização de novas e modernas, e instalando um laboratório de analyses”(16).

De imediato, o objetivo do “Sindicato do Vinho” era constituir a indústria capitalista na viticultura, até então dominada pelo artesanato doméstico ou pelas manufaturas dos comerciantes. Daí que se propusesse a “standardizar a produção”, “promovendo uma industrialização racional” que contaria inclusive com um “laboratório de analyses”.

O primeiro passo seria centralizar numa única empresa os meios de produção existentes e dispersos nas cantinas de cada um dos quarenta e nove comerciantes

(14) GOBBATO, *op. cit.* p. 33.

(15) Utilizo o conceito de centralização do capital no seguinte sentido: “O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes”. MARX, *op. cit.* Ed. Brasileira; livro I, parte III, cap. XXIII, p. 727. Uma análise de processo semelhante em que a indústria se origina e é paralela à atividade comercial, na sociedade brasileira, encontra-se em MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 1973, passim.

(16) *Estatutos da Sociedade Vinícola Rio-Grandense Limitada*. Junho de 1929, cópia mimeografada.

do vinho. Nesse sentido, a integralização do capital subscrito poderia ser feita tanto em dinheiro como em equipamentos:

“Art.º 7 — As quotas serão integralizadas em dinheiro, vinho, barris, ferro, arco, aduellas, parafina e o mais que convier, tudo em juízo da diretoria”.

Por outra, a Sociedade Vinícola reunia todas as instalações industriais dos comerciantes e passava a administrá-las:

“Art.º 9 — O associado se obriga a entregar a “Sociedade” as cantinas e pertences, a qual fará funcionar as que entender conveniente”.

Além de constituir a indústria, a Sociedade Vinícola também intervinha no comércio do vinho, agora um quase monopólio, pois os maiores comerciantes é que tinham formado o “Sindicato do Vinho”. Como dizem os estatutos;

“Art.º 2, § 5º — Regularizar o commercio de vihos pela estabilização de preços razoáveis que compensem os produtores da materia prima, sem injustos sacrificios para os consumidores; § 6º — Normalizar os negócios do vinho, distribuindo a produção entre os mercados consumidores sem abarrotá-los”.

Por um lado, o Sindicato se colocava como monopólio frente aos camponeses, como único comprador da sua produção, podendo desta maneira “regularizar o comércio de vinhos pela estabilização de preços razoáveis”. Por outro lado, o “Sindicato” se alocava o monopólio da venda (somente do vinho em barris), razão pela qual pretendia “normalizar os negócios do vinho”.

Finalmente, o Sindicato propunha um acordo com o Estado:

“At.º 2, § 8.º § único — Em retribuição ao apoio que fôr dispensado ou às medidas que forem adoptadas, em favor da “Sociedade”, pelo Governo do Estado, será assegurada a este a mais ampla fiscalização de todos

os actos sociaes, principalmente, no que diz respeito à fixação de preços de compra da matéria prima e de venda aos consumidores”.

Esta associação de interesses, pelas quais se aceitava a ação fiscalizadora do Estado na fixação de preços em contrapartida ao “apoio que fôr dispensado”, revelou-se prontamente no processo de destruição do artesanato doméstico do vinho.

O ainda Sindicato Vitivinícola obtém a aprovação pelo Estado de um Regulamento do Vinho, no início de 1929, como noticia um jornal da Região(17): “Finalmente o Sindicato Vitivinícola Rio-Grandense fundado em Caxias, centro da zona de vinicultura, e que há longos anos trabalha para sistematizar toda a produção e comércio do vinho dentro de certas normas e condições que assegurem o valor e a qualidade genuína, obteve do Governo do Estado a aprovação de um Regulamento longamente estudado sobre aquele assunto”.

O núcleo desse Regulamento referia-se à fiscalização da produção vinícola:

“1.º) Qualquer um que se ocupe de fazer vinho e de comerciar vinho é por isso mesmo sujeito à fiscalização da Fiscalização Sanitária do Estado. Deve registrar a sua cantina, deve declarar cada ano a quantidade de vinho que possui, a qualidade, deve sujeitar ao exame do Laboratório ad hoc cada produto seu e deve estar munido de uma guia que o autoriza a vender”.

Assim, o “registro da cantina” implicava que esta passasse a obedecer a uma série de normas técnicas, como altura mínima, caiação, prédio próprio, condições de higiene etc. Por outro lado, o “exame do laboratório” para o vinho exigia deste um padrão mínimo de qualidade:

“3.º) (...) Se o vinho tem 9 graus ao menos ou se

(17) “Il vino riograndense - um regolamento severo”. *Jornal Stafetta Riograndense*. Villa Garibaldi, RGS, 30/1/1929.

tem mais, é bom para o comércio. Se tem menos não poderá ser vendido”.

Envolvia-se o camponês produtor de vinho em uma série de exigências legais que o colocavam diante da alternativa de montar os equipamentos que a legislação exigia(18) ou então abandonar o artesanato doméstico do vinho:

“No Rio Grande do Sul, a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio que instituiu o Registro especial de cantinas, fiscaliza severamente a parte construtiva e higiênica das cantinas dos vitivinicultores e não permite seu aproveitamento para a produção de vinho comercial quando não estão satisfeitas determinadas exigências essenciais (...). Nestas condições, tem diminuído sensivelmente a produção de vinho por parte dos vitivinicultores que se limitam, deste modo, a vender a uva”(19).

Acresce a concorrência da produção da Sociedade Vinícola feita em maior escala e melhor qualidade, fruto de condições técnicas modernas, colocando o camponês em “uma dura alternativa”:

“Em conclusão, o Sindicato terá efetivado largamente o seu interesse e indiretamente terá efetivado o interesse do país. De fato, por um lado, colocando no mercado um vinho mais perfeito possível, fará reconquistar o vinho rio-grandense seu posto; de outro, colocará os colonos na séria alternativa ou de melhorar, ou de limitar-se a vender uva”(20).

(18) Cf. Decreto n.º 2499, de 16/3/1938 que, entre outras providências, dá as “especificações de construção e de higiene nas cantinas”. Apud CEDIC - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul. *Estudo da Vitivinicultura Rio-Grandense*. Porto Alegre, S.I.C., 1974, V. II. Cf. também o Decreto Federal n.º 19.772, de 10/10/1945, que estabelece: “Art.º 10 - As cantinas coloniais ou rurais deverão ser construídas de alvenaria e terão: I, pé direito mínimo de 3,50 metros; II, paredes com espessura mínima de 0,30 metros, lisas e caiadas ou de cantaria; III, piso revestido de camada lisa, impermeável e resistente, com inclinação suficiente para o escoamento das águas de lavagem; IV, iluminação e ventilação indispensável, de acordo com as exigências enotécnicas”. Apud Arquivo da Secretaria de Economia do Rio Grande do Sul.

(19) GOBBATO, *op. cit.* V. 2, 1942, p. 77.

(20) “Una dura alternativa per i coloni”. *Jornal Stafetta Rio-grandense*. Villa Garibal-

Na memória dos camponeses de São Pedro permanece esse processo de expropriação do artesanato doméstico do vinho que os converteu em agricultores puros. Todos os pais dos atuais chefes de família deixaram de fabricar vinho para venda na década de 1930:

“...Aquele tempo lá o vinho tinha muita saída; enton chegava ali na cantina, tinha umas deiz pipa de vinho ali, enton tirava uma meia garafa cada pipa, e levava lá no laboratório tirá exame do vinho. Se tinha muita acidez no total, aquele que non servia, non levava na cantina, tem que ficá ali, depois se vê; tirava o cone da pipa, botava o cal dentro do vinho, cal, o vinho todó estragado, non dá nem pra bebê”.

O que se reflete na memória do camponês é a exigência de um padrão de qualidade aferido no “laboratório”, que o nível técnico do artesanato doméstico não alcançava, daí “o cal dentro do vinho, cal, o vinho todo estragado”. Se a indústria impõe como norma a todo o setor vinícola os seus padrões de produção, a consequência é a desestruturação do fabrico do vinho pelo camponês e sua conversação em um agricultor puro, produtor de matéria-prima para a indústria:

“Depois pra fazê a cantina, meu pai lá, tinha casa em cima, embaixo tinha cantina, né. Enton, o sindicato non queria mais moradia em cima do vinho. Pura a cantina queria. Tem a pipa e a gente morá em cima, non podia mais fazê vinho. Ele fez isso pra gente pegá a vendê a uva. Enton, começô a vendê uva”.

A unidade produtiva camponesa em São Pedro se constituía dessa junção da agricultura com o artesanato, ambos movidos pelo trabalho familiar. Daí ser “a casa em cima, embaxo tinha cantina”. Quando a legislação proíbe tal combinação — “o sindicato non queria

di, Rio Grande do Sul, 12/3/1930. A expansão da indústria vinícola é de tal ordem que, no fim da década de 30, o Rio Grande do Sul detinha 80% da produção nacional do vinho (cf. SINGER, *op. cit.* p. 182), posição que mantinha também em 1948 (cf. *Rev. Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, Ano III, n.º 9, set 1949, p. 9/11).

mais moradia em cima do vinho” — as condições básicas do artesanato doméstico são solapadas. Nesse período, culmina a fase da constituição da indústria no setor vinícola, iniciada com a centralização do capital comercial e que se completa com a separação entre agricultura e indústria doméstica rural. Os meios de produção do vinho, até então dispersos por grande número de famílias camponesas, atividade complementar necessária da unidade produtiva para transformar a matéria-prima em novo produto, passam agora a concentrar-se nas mãos de uns poucos capitalistas. A expropriação dos produtores independentes, processo que se estendeu por toda a década de 1930, também foi marcado, a exemplo do que sucedeu em todos os momentos e lugares onde se deu a separação do trabalhador de suas condições de produção, pela violência como força econômica da acumulação, através da legislação discriminatória, restrição da compra do vinho, destruição dos estoques, das pressões, pois “ele fez isso pra gente pegá a vendê a uva”(21).

Configuração atual da indústria vinícola

Constituída nos anos 30 deste século, pelo processo histórico que acima tracei, a indústria vinícola gaúcha até fins da década de 60 não apresentou alterações substanciais. Portanto, é possível descrever sua configuração atual, com base nas informações de estudos já realizados.

A indústria vinícola gaúcha se radica, em sua quase totalidade, na Região de Colonização Italiana (correspondente à micro-região Vinicultora de Caxias). No período 1969/73, a participação desta Região no Esta-

(21) Este processo da separação, violenta, da agricultura e da indústria doméstica, é analisado por LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro, Zahar 1970, esp. parte III, cap. XXIX, pp. 342/64.

do, por quantidade de vinho comercializada, foi de 65%, em média (cf. quadro 8).

Verificando, em primeiro lugar, a constituição jurídica dos estabelecimentos vinícolas da Região, temos (média do período 1969/1973): cooperativas, 15,08%; sociedades anônimas, 13,40%; sociedades limitadas, 53,18% e sociedades individuais, 18,25% — (médias elaboradas a partir do quadro 8).

Todavia, existe uma distribuição desigual no setor entre esses vários estabelecimentos fabris. Tomando-se a participação dessas entidades na absorção de matéria-prima — um indicador que nos interessa de perto, pois desejamos desvelar as condições sociais desse fornecimento de matéria-prima (vide quadro 9).

O quadro acima mostra a concentração existente no setor: 15 cooperativas mais 15 sociedades anônimas absorvem 74,3% da uva produzida pelos camponeses, enquanto as outras firmas recebem 14,4% da uva distribuída entre 86 estabelecimentos (sem contar as cantinas rurais que, em número aproximado de 737, recebem 11,3% da uva).

Observando o quadro 10, vemos que, no ano de 1973, as cooperativas e sociedades anônimas produziram e comercializaram, no total do Estado, 78%, em 40 estabelecimentos, enquanto que as sociedades limitadas e individuais produziram e comercializaram 21%, em 139 estabelecimentos.

Esses dados denotam traços do processo histórico de constituição da indústria vinícola na década de 30. Por um lado, temos a grande indústria, representada pelas cooperativas e sociedades anônimas, que concentram maior volume de meios de produção e tendem a se tornar oligopólicos. Por outro, temos as manufaturas, pulverizadas em uma centena de estabelecimentos com baixo volume de meios de produção.

Como complemento, temos as cantinas rurais, isto é, ‘o estabelecimento de produção individual, existen-

QUADRO 8

DEMONSTRATIVO DAS ENTIDADES VINÍCOLAS NO RIO GRANDE DO SUL E MICRO-REGIÃO 4 (VINICULTORA DE CAXIAS DO SUL) POR FORMA JURÍDICA, COM AS RESPECTIVAS QUANTIDADES COMERCIALIZADAS (PERÍODO 1969/1973)

	Cooperativas			Sociedades Anônimas			Limitadas												
	Estado			Estado			Estado												
	Quant. (1.000 l)	%	Nº	Quant. (1.000 l)	%	Nº	Quant. (1.000 l)	%	Nº										
1969	47.514	44,45	26	46.445	46,79	18	34.171	31,96	17	34.062	34,30	15	1969	20.583	19,51	82	16.240	16,36	51
1970	58.366	47,34	24	57.610	49,19	19	37.034	30,04	17	36.920	31,53	15	1970	23.075	18,72	89	20.112	17,17	59
1971	68.092	48,58	24	67.180	50,89	19	39.863	28,44	17	38.762	29,36	15	1971	25.881	18,47	84	23.250	17,61	66
1972	69.918	47,14	24	68.847	48,57	19	44.010	29,68	18	43.784	30,89	16	1972	27.936	18,84	93	25.320	17,86	66
1973	72.583	47,00	24	72.074	48,45	19	48.894	31,66	17	48.894	32,81	17	1973	27.099	17,55	92	24.595	16,53	67
	Indivíduos			Total Geral			Participação percentual da MR-4 no Estado												
	Estado			MR-4			Estado			MR-4			Quant.						
	Quant. (1.000 l)	%	Nº	Quant. (1.000 l)	%	Nº	Quant. (1.000 l)	%	Nº	Quant. (1.000 l)	%	Nº	Quant. (1.000 l)	%	Nº				
	4.364	4,08	50	2.527	2,55	23	1969	106.902	175	99.294	107	92.88	61,14						
	4.816	3,90	60	2.468	2,11	27	1970	123.291	190	117.110	120	94,99	63,16						
	6.314	4,51	66	2.826	2,14	26	1971	140.150	191	132.018	126	44,20	65,97						
	6.443	4,34	52	3.792	2,68	—	1972	148.307	187	141.743	127	95,57	67,91						
	5.848	3,79	44	3.204	2,45	23	1973	154.424	177	148.767	176	96,34	71,19						

QUADRO 9

PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES VINÍCOLAS NA ABSORÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA — 1972

Entidades vinícolas	Uva vinificada(%)	N.º de estabelecimentos
Cooperativas	42,4	15
Entidades particulares:		
Soc. anônimas	31,9	15
Soc. limitadas	11,8	59
Soc. individuais	2,6	27
Total entid. partic.	46,3	101
Cantinas rurais e isoladas	11,3	
Total	100,0	116

Fonte: CEDIC *Estudo da Vitivinicultura Rio-Grandense*. Rio Grande do Sul, S.I.C. 1974, V. II

Obs.: a) Neste quadro, o número de estabelecimentos vinícolas difere do que consta nos quadros 8, 10 e 11, retirados todos da mesma fonte, sem que essa fonte explique a diferença.

b) Segundo outra fonte, existiam 737 cantinas rurais em 1970. Cf. Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — Porto Alegre. *Comercialização do Vinho Gaúcho*. Porto Alegre, 1972, p. 26.

te nas propriedades agrícolas dos vitivinicultores onde estes procedem à vinificação de suas produções''(22). Ora, essas cantinas rurais representam a permanência da indústria doméstica de uns poucos camponeses que escaparam ao processo de expropriação dos anos 30(23).

O caráter oligopólico da indústria vinícola, combinado com uma série de manufaturas, é comprovado pela análise da distribuição do vinho comercializado segundo o tamanho da empresa (cf. quadro 11).

Assim, 9 estabelecimentos, no ano de 1973, comer-

(22) Dec. Federal n.º 19.772, de 10/10/45, Art.º 8.

(23) As cantinas rurais são obrigadas a vender o vinho para as outras empresas: "As cantinas coloniais ou rurais somente poderão vinificar a produção vitícola dos respectivos proprietários ou arrendatários, entregando os seus produtos às cantinas centrais, em bairros". Dec. Fed. n.º 19.772, art.º 9.

QUADRO 10

DEMONSTRATIVO DAS ENTIDADES VINÍCOLAS NO RIO GRANDE DO SUL, POR FORMA JURÍDICA, COM RESPECTIVAS QUANTIDADES PRODUZIDAS — (PERÍODO 1969-1973)

Anos	Forma jurídica		Cooperativas		Sociedades Anônimas		Limitadas		Individuais		Total Geral				
	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%			
	(1.000 l)		(1.000 l)		(1.000 l)		(1.000 l)		(1.000 l)		(1.000 l)				
1969	58.501	51,46	26	32,622	28,70	15	17,334	15,25	77	5,223	4,59	78	113.680	100	196
1970	118.928	49,78	25	74,056	31,00	16	35,930	15,04	87	10,005	4,18	80	238.919	100	208
1971	91.800	51,15	25	57,333	31,93	16	24,004	13,38	92	6,350	3,54	58	179.487	100	191
1972	83.557	48,99	24	53,974	31,65	16	26,678	15,64	95	6,334	3,72	60	170.543	100	195
1973	61.371	42,44	23	52,359	36,21	17	26,575	18,37	96	4,307	2,98	43	144.612	100	179

Fonte: UVIBRA.

Apud: CEDIC, *Estudo da Vitivinicultura Rio-Grandense*. R.G.Sul, S.I.C., 1974, v. II.

QUADRO 11
DISTRIBUIÇÃO DO VINHO COMERCIALIZADO PELO RIO GRANDE DO SUL E MICRORREGIÃO 4,
SEGUNDO O TAMANHO DAS EMPRESAS

Quantidade de litros Comercializados	1969						1970					
	Estado			MR-4			Estado			MR-4		
	Quant. (1.000 l)	%	N.º									
15.000	-	-	-	-	-	-	15.987	12,97	1	15.987	13,65	1
10.000-15.000	27.548	25,77	2	27.548	27,75	2	26.479	21,48	2	26.479	22,61	2
5.000-10.000	14.444	13,51	2	14.444	14,55	2	12.188	9,89	2	12.188	10,41	2
3.000- 5.000	9.980	9,33	3	9.980	10,05	3	13.996	11,35	4	13.996	11,95	4
1.000- 3.000	27.884	26,08	17	26.658	26,85	16	22.506	18,25	13	22.506	19,22	13
500- 1.000	11.233	10,51	16	10.565	10,64	15	15.507	12,58	22	14.989	12,80	21
300- 500	5.925	5,54	16	4.433	4,46	12	6.512	5,36	17	5.476	4,68	14
100- 300	6.647	6,22	38	4.281	4,31	24	6.641	5,39	37	3.747	3,20	20
50- 100	2.113	1,98	30	749	0,75	11	1.981	1,60	28	1.160	0,99	17
0- 50	1.128	1,06	51	636	0,64	24	1.394	1,13	64	582	0,49	26
total	106.302	100,00	175	99.294	100,00	109	123.291	100,00	190	117.110	100,00	120

Quantidade de litros Comercializados	1971						1972						1973					
	Estado			MR-4			Estado			MR-4			Estado			MR-4		
	Quant. (1.000 l)	%	N.º															
15.000	15.324	10,93	1	15.324	11,49	1	16.637	11,22	1	16.637	11,74	1	38.448	24,90	2	38.448	25,84	2
10.000-15.000	29.274	20,89	2	29.274	21,94	2	29.064	19,60	2	29.064	20,50	2	24.328	15,75	2	24.328	16,35	2
5.000-10.000	14.549	10,38	2	14.549	10,91	2	8.205	5,53	1	8.205	5,79	1	10.813	7,00	2	10.813	7,27	2
3.000- 5.000	15.452	11,02	4	15.452	11,58	4	21.085	14,22	5	21.085	14,88	5	14.200	9,20	3	14.200	9,54	3
1.000- 3.000	35.014	24,98	22	35.014	26,24	22	41.181	27,77	22	41.181	29,05	22	38.376	24,85	22	38.376	25,80	22
500- 1.000	13.237	9,45	19	12.585	9,43	18	16.591	11,18	23	15.024	10,60	22	11.988	7,76	16	11.400	7,66	15
300- 500	6.283	4,48	16	5.081	3,81	13	5.100	3,44	13	4.150	2,93	11	5.544	3,59	14	4.392	2,95	11
100- 300	7.414	5,29	39	4.180	3,13	23	7.277	4,91	43	4.826	3,40	29	7.594	4,92	38	4.723	3,18	27
50- 100	2.376	1,70	34	1.415	1,06	20	1.967	1,32	27	987	0,70	14	1.820	1,18	24	1.388	0,93	18
0- 50	1.227	0,88	52	552	0,41	22	1.200	0,81	50	584	0,41	22	1.313	0,85	53	714	0,48	25
	140.150	100,00	191	133.426	100,00	127	148.307	100,00	187	141.743	100,00	127	154.424	100,00	176	148.782	100,00	127

Obs.: As empresas foram classificadas por tamanho segundo a quantidade de litros comercializados.

Fonte: Uvibra. Apud: CEDIC. *Estudo da Vitivinicultura Rio-Grandense*. R.G.S., S.I.C., 1974, v. II.

cializaram 57% do vinho, enquanto 167 (excluídas as cantinas rurais) comercializaram 43% da bebida.

Na década de 70, o setor começa a sofrer algumas transformações. Por um lado, declinam as empresas individuais (em 1970 eram 60 e passam a 47 em 1973); tal declínio “(...) deve-se, entre outros motivos, aos problemas operacionais enfrentados pelas empresas individuais, as quais são muitas vezes, obrigadas a utilizar a fusão como medida necessária à sua sobrevivência ou adotar a forma de cooperativas e, em casos extremos, a encerrar suas atividades” (24). Por outro lado, nesses anos se realiza um movimento visando a realizar fusões entre empresas, de forma a centralizar o capital.

Mas o processo de reorganização do setor vai realizar-se através da penetração de empresas multinacionais (cf. quadro 12).

QUADRO 12

PENETRAÇÃO DE EMPRESAS MULTINACIONAIS
NO SETOR VINÍCOLA — ATÉ 1975

EMPRESA NACIONAL	EMPRESA MULTINACIONAL
Dreher SA. Coop. Vinícola Aurora(*)	Heublein Inc. (EUA) Souza Cruz (British Tobacco) (Inglaterra)
Luiz Michielon Cia. Mônaco(**)	Welch Foods Inc. (EUA) Commodities Int. (EUA) Marubeni (Japão) Martini Rossi (Itália)

(*) Constituem a SULAVAN — Cia. de Produtos e Frutas (Souza Cruz, 88%; Welch, 10%; Aurora, 2%).

(**) Constituem a *Sucos Concentrados Mônaco*, que faliu em 1974 pela retirada da empresa multinacional.

Fonte: CEDIC. *Estudo da Vitivinicultura Rio-Grandense*. R.G.S., S.I.C., 1974, v. II; Rev. *Veja*, 6/3/74 e 21/1/76; Rev. *Banas*, 2/9/74.

(24) CEDIC, *Estudo...*, *op. cit.* v. II.

Parece significativo que essa associação com capitais multinacionais tenha incidido em duas empresas que estão entre as principais do ramo (Dreher e Cooperativa Vinícola Aurora). Tudo isto sugere que na estratégia de captação da mais valia em escala mundial também aparece a exploração do sobre-trabalho de uma produção não-capitalista, a produção camponesa.

A descrição dos mecanismos de extração do sobre-trabalho camponês pelo capitalismo industrial leva a indagar sobre a rentabilidade do capital empenhado nesta exploração. Analisando a rentabilidade do capital (lucro líquido sobre patrimônio líquido) nas empresas de ponta do setor, para as quais o dado é disponível, no período 1967-1975, observa-se que em nenhum caso o resultado é negativo (cf. quadro 13).

Na empresa Dreher a rentabilidade nunca foi menor a 28% no período, chegando a alcançar 52%, em 1974. Já na empresa Vinícola Rio-Grandense, a rentabilidade nunca foi inferior a 7%, alcançando num salto, em 1975, 44%, mas ficando no restante do período entre 10% e 24%. As outras empresas que aparecem no levantamento (Mosele, Michielon, Peterlongo e Salton) do mesmo modo apresentam a menor rentabilidade em 5% e a maior em 35% no período. Certamente, essas empresas são as líderes, pois tendem a ser o pólo oligapólico do setor.

Toda a prática da indústria do vinho leva em conta a uva, pois, enquanto indústria alimentar, depende estreitamente do fornecimento de produtos agrícolas como matéria-prima para a transformação industrial. Observando a composição do custo industrial do vinho, no ano de 1972 (quadro 14), temos que na matéria-prima uva está fortemente concentrada a distribuição dos custos, pois que representa 73,8% para o vinho tipo Isabel e 71,6% para o vinho tipo Hebermont. Enquanto que a força de trabalho representa apenas 2,4% e 2,8% do custo industrial. O restante está dividido em

QUADRO 13

PATRIMÔNIO LÍQUIDO, LUCRO E RENTABILIDADE DAS
PRINCIPAIS INDÚSTRIAS VINÍCOLAS
RGS — 1967-1975 — EM Cr\$ 1.000,00(*)

Ano	Empresa	Patrimônio líquido (PL)	Lucro líquido (LL)	LL/PL %
1967	Dreher S/A. S/A	2.457	909	36
	Cia. Vinícola Rio-Grandense	5.287	719	13
	E. Mosele S/A	1.664	86	5
1968	Cia. Vinícola Rio-Grandense	9.049	987	10
1969	Dreher S.A.	5.107	2.553	49
	Cia. Vinícola Rio-Grandense	9.049	1.270	14
	Luiz Michelin	3.122	485	15
1970	Dreher S.A.	9.546	4.158	43
	Cia. Vinícola Rio-Grandense	12.827	2.235	17
1971	Dreher S.A.	13.559	3.817	28
1972	Dreher S.A.	15.080	4.667	31
	Cia. Vinícola Rio-Grandense	17.770	1.718	10
	Armando Peterlongo	5.149	1.092	21
1973	Dreher S.A.	18.691	5.858	31
	Cia. Vinícola Rio-Grandense	22.645	1.621	7
	Armando Peterlongo	7.844	2.386	30
	Vinos Salton	5.767	667	11
1974	Dreher S.A.	27.569	14.508	52
	Cia. Vinícola Rio-Grandense	29.622	7.228	24
	Armando Peterlongo	12.570	4.445	35
1975	Dreher S.A.	44.039	17.664	40
	Cia. Vinícola Rio-Grandense	41.567	18.574	44
	Armando Peterlongo	16.249	3.846	23

(*) Patrimônio líquido — "O capital social, mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos prejuízos, mais passivo pendente, menos o ativo pendente"

Lucro líquido — "A diferença entre o valor das vendas (faturamento) e o custo dos produtos vendidos, menos as despesas do exercício não apropriadas diretamente ao custo dos produtos vendidos, acrescido porém de todas as outras receitas e da reversão de provisões feitas em exercícios anteriores e não aproveitadas para seus fins específicos. Apresentado antes do imposto de renda"

Fonte: "Quem é Quem na Economia Brasileira" — Rev. Visão — 1967/1975.

vários itens, salientando-se as despesas com correção glucométrica (6,2% e 7,5%) e despesas financeiras (6,8 e 6,7%).

Se levarmos em conta o custo comercial, a uva representa 54,8% e 53,4% do total(25). Também um estudo feito para implantar a fabricação de suco de uva concentrado na Região estimou a participação da matéria-prima em 50% do custo comercial(26).

QUADRO 14

COMPOSIÇÃO DO CUSTO INDUSTRIAL DO VINHO — 1971

	Isabel	%	Hebermont	%
Matéria-prima (uva)	0,24975	73,8	0,20250	71,6
Correção Glucométrica	0,02100	6,2	0,02100	7,5
Mão-de-obra	0,00800	2,4	0,00800	2,8
Força motriz	0,00600	1,8	0,00600	2,1
Caerretos	0,00800	2,3	0,00800	2,8
Depreciação do capital	0,00900	2,7	0,00740	2,6
Despesas Administrativas	0,01350	4,0	0,01110	3,9
Despesas financeiras	0,02314	6,8	0,01882	6,7
Custo industrial	0,33839	100	0,28282	100
Comissão de agente	0,01350		0,1110	
Despesas bancárias	0,02250		0,01850	
Despesas de propaganda	0,00900		0,00740	
ICM	0,06750		0,05550	
Despesas Eventuais	0,00450		0,00370	
Custo Comercial	0,45539		0,37902	

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultores. Apud: Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil — Porto Alegre. *Comercialização do Vinho Gaúcho*. Porto Alegre, 1972, p. 48-A

Dai se depreende que a rentabilidade do capital neste setor da indústria alimentar depende diretamente das condições de troca em que se realiza a compra da matéria-prima, pois ela é o item que mais vai pesar nos custos. Em outras palavras, é do preço da matéria-pri-

(25) Outro levantamento, feito no ano de 1970, acusou a participação da matéria-prima (só que incluindo uva e vinhos comuns a serem beneficiados) em torno de 75% no custo industrial e 43,5% no custo comercial. Cf. Superintendência Regional da Recedita Federal. *A vitivinicultura no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1971, p. 73.

(26) Cf. Rio Grande do Sul, Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário. *Perfis da Agro-Indústria - Suco Concentrado de Uva*. Porto Alegre, 1975, pp. 79/82.

ma que vai depender, em grande medida, a rentabilidade do capital investido na indústria vinícola.

Os vínculos camponês-indústria

Como já vimos, a relação fundamental do camponês com o mercado capitalista se dá através da venda da uva como matéria-prima para a indústria vinícola. Em primeiro lugar, vamos explicitar esta relação com respeito às indústrias organizadas como empresas privadas, deixando as cooperativas de produtores para um momento posterior, a fim de frisar sua particularidade.

Na relação camponês-indústria, apresentam-se dois momentos sucessivos. O primeiro data do início desta relação, nos anos 30, quando surge a figura do camponês puro agricultor. Trata-se da instituição do “freguês”:

“E meu véio pai, aquele poco que ele tinha, sempre encostava lá. Então me dizia: sempre sentado numa cadeira só e não escapar pra cá e pra lá. Depois non tem mais lugar pra tê duas. Então ele qué dizê que ficar numa cadeira sempre firme, ser bem visto e ficar sempre sozinho, junto. Depois com vai pra cá, vai pra lá, como aconteceu aí, agora não tem mais lugar pra colocá a uva. Acontece isso, então fica firme numa firma, a qualquer hora recebe”.

Ser “freguês” de uma cantina significa vender a uva para a mesma firma há muito tempo, dez, quinze, vinte anos, desde a época do “meu véio pai”. É uma prática tradicional de uma relação mercantil, pois estar “sempre sentado numa cadeira só” vai recobrando de uma sociabilidade extra-econômica a crueza da relação de troca. Na memória dos camponeses de São Pedro, está a figura paternalista de alguns cantineiros, que os visitavam em suas casas, quase sempre antes da colheita. Daí que, do ponto de vista do camponês, ser “freguês”

é a garantia de “lugar prá colocá a uva”, assegurando a venda anual do seu produto. Do ponto de vista da burguesia industrial, manipular a instituição do “freguês” é uma forma de preservar o fornecimento da matéria-prima.

Nos anos 70, registrou-se uma alteração no setor vinícola, marcada principalmente pela entrada de novas empresas no mercado, principalmente multinacionais. A intensificação da concorrência resultou numa disputa para assegurar a matéria-prima produzida pelos camponeses. Esse é o momento em que a instituição do “freguês” cede lugar ao “contrato de compra e venda” ou “contrato de produção”. Embora apenas uma empresa o tenha adotado até agora (e é expressivo que seja justamente uma empresa comprada por uma multinacional), pode-se encará-lo como documento que revela uma tendência das relações entre o camponês e a indústria.

Inicialmente, define-se o objetivo do contrato:

“I - Constitue objeto do presente contrato de compra e venda a *produção total de uvas* que forem produzidas nos parreirais de propriedade do segundo contratante, localizados no lote n.º ... da linha ... no município de ...” (grifos meus)(27).

O que o contrato quer assegurar é o monopólio da produção camponesa, pelo prazo de cinco anos renováveis, a partir de 1972, intenção reforçada em outra cláusula:

“VIII - Incumbe ao segundo contratante: a) *entregar toda a produção de uvas*, na forma deste contrato, no estabelecimento industrial da primeira contratante, ou em lugar por essa designado; b) garantir ao primeiro contratante a *efetividade do direito sobre a uva* que for produzida” (grifos meus)

A primeira conclusão é de que a burguesia industrial

(27) Cf. cópia em poder de um camponês da Região de Colonização Italiana, obtida em novembro de 1974.

se apropriada do produto do camponês. Assim faz propondo-se a pagar os preços mínimos oficiais:

“III - Pelas uvas que forem entregues pelo segundo contratante por força do presente contrato, a primeira contratante se compromete a pagar o preço nunca inferior ao da Tabela Oficial do Estado que anualmente for estabelecida”.

Como esses preços oficiais decrescem anualmente em termos reais (como demonstro adiante), chega-se à segunda conclusão: a burguesia industrial efetua, com ajuda do Estado, a exploração do sobre-trabalho camponês. O pagamento do produto ao camponês será feito no prazo de doze meses, sem remunerar os juros:

“IV - O pagamento da importância equivalente à produção que for entregue será realizado parceladamente, pela primeira contratante, dentro do prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da entrega do produto pelo segundo contratante, no estabelecimento da primeira contratante”.

Por um lado, esse procedimento é ilegal. Segundo as portarias que fixam os preços mínimos anuais, “o pagamento ao produtor, na forma da Lei n.º 5151, de 15 de dezembro de 1965, será feito até 30 de junho do corrente ano”(28). Por outro, implica nova exploração do sobretrabalho camponês, haja vista a inflação permanente na economia brasileira.

Por fim, a burguesia industrial se arroga um controle parcial do processo de trabalho da produção camponesa:

“VI - O aumento do plantio de pés de parreiras por parte do segundo contratante, deverá ser previamente autorizado pela primeira contratante”

Contudo, se a autonomia do camponês sobre a inversão produtiva fica limitada, ela não é totalmente eliminada, pois a burguesia industrial se abstém de uma

(28) CEDIC, *Estudo...*, *op. cit.* v. III, p. 73.

intervenção mais direta ao não assumir nenhum custo de produção:

“VIII - Correrão por conta do segundo contratante os riscos da produção, até o momento em que a uva for entregue no estabelecimento da primeira contratante”.

Tanto pela relação puramente monetária que envolve a exploração do sobretrabalho quanto pelo controle apenas formal do processo de trabalho, realiza-se pela burguesia industrial a manipulação formal da produção camponesa. Mas outros elementos ainda vão compor o quadro global desta relação, como veremos adiante.

Colhida a uva, nos meses de fevereiro e março, os camponeses a levam para as cantinas onde recebem em troca apenas um comprovante da entrega. O pagamento começará a ser feito a partir de maio e junho, em um prazo que oscila entre seis e doze meses, sem incidência de juros, como — é útil recordar — estava estipulado no contrato de produção que alguns camponeses assinaram. Assim, no ano de 1974, muitos camponeses receberam metade da quantia nos meses de maio e junho e outro tanto em outubro e dezembro. Alguns recebem, mensalmente, uma parcela, paga também a partir de maio. Um caso é elucidativo: João recebeu, em junho de 1974, 50% do montante total da venda de sua uva para a cantina. Desta parte foi descontado o frete-transporte da uva de sua casa até a cantina, pago por quilômetro — e o açúcar — que utilizou para correção do vinho que fabrica para seu próprio uso. No mês de outubro, recebeu outros 45%, dos quais foi descontado — isto é, pagou o empréstimo bancário — o sulfato, a cal e os demais insumos que utiliza no parreiral. Em janeiro de 1975, onze meses depois da entrega da uva, receberia os 5% restantes. Tudo sem incidência de juros ou correção monetária.

“Ma agora o dinheiro que tá lá non vale mais nada. Aumentaram as outras coisas dobrado. Assim non dá.

Entregá a uva, seria bom enton que eles pagassem lá, enton sim; uva, eles espera pra pagá quando as otras coisa aumenta o dobrado. Enton somo sempre na mesma. No fim do ano limpo. Non se guarda dinheiro nenhum, mal e mal pra se virá’’,

Se o camponês vai receber o valor da venda de seu produto seis e até doze meses depois, “o dinheiro que tá lá non vale mais nada’’. A inflação permanente da economia brasileira faz com que o dinheiro perca seu poder aquisitivo, no período, já que “aumentaram as otras coisa dobrado’’. Verificando-se que os preços mínimos da uva decresceram em termos reais nos últimos anos, mais esta redução inflacionária do rendimento do camponês, fica fácil compreender porque “non se guarda dinheiro nenhum, mal e mal pra se virá’’. Ou seja, mediante o mecanismo de prazos de pagamento, existe uma transferência de parte do valor do produto camponês para a burguesia industrial. a parte não paga deste valor, expressa na ausência de juros, funciona como “capital de terceiros” para a valorização do capital industrial(29).

As relações de troca entre o campesinato e a indústria, para além daquelas reguladas pelos preços mínimos, caracterizam-se por regras estabelecidas unilateralmente pela indústria no seu exclusivo proveito. Primeiro, ocorre a burla na graduação da uva. As fábricas parecem retardar o seu recebimento, seja deixando os caminhões carregados à porta dos estabelecimentos por várias horas e até alguns dias, seja limitando a quantidade de matéria-prima a ser recebida diariamente de cada produtor, o que obriga a que se deixe a fruta amaduracida na parreira. Mas a uva começa a fermentar em algumas horas, dependendo do seu estado e do manuseio durante a colheita, bem como das condições

(29) A importância do capital de origem agrícola na acumulação de capital urbano-industrial na economia brasileira está demonstrada em MARTINS, *Capitalismo...*, op. cit. esp. cap. I, II, V e VI.

em que estiver dentro dos recipientes após ser colhida (em geral, fica ligeiramente esmagada). Assim, em ambas as situações acima descritas, inicia-se parcialmente o processo de fermentação, transformando-se o açúcar contido na uva e no mosto (sumo da uva esmagada) em álcool. Em consequência, baixa o grau de concentração de glicose e a uva passa a conter não mais açúcar e sim álcool. Como fala um camponês:

“Os outros anos era uma parada braba, porque os caras, né, chegavam lá na bicha, tinha 300, 400 caminhão na frente, e ficava a uva em cima do caminhão, né, 7, 8 dia. A uva, né, fermentava, e quando é que tirava o grau, não fazia mais nada mesmo porque a uva tava fermentada, não podia fazê grau. E daí, enton, eles pagavam nada, porque baixo de tabela eles pagam se eles querem pagá’’. ”

Em decorrência, não tendo a uva o grau mínimo de glicose estipulado na tabela dos preços mínimos (em 1974, 16° para as uvas americanas e híbridas e 15° para as viníferas), o seu preço será livre, oscilando em função das condições de troca. Historicamente, essas condições são desfavoráveis para o camponês, “porque baixo da tabela eles (a burguesia industrial) pagam se eles querem pagá’’. ”

A pergunta que surge é se essa uva de graduação inferior prejudica a fabricação do vinho. Estando a uva já em processo de fermentação, isto pode trazer prejuízos à sua condição de matéria-prima, pois a fermentação precisa ser realizada em condições ambientais e higiênicas próprias. Além disso, existe uma relação entre o grau de glicose da uva e o grau alcoólico do vinho: “Para se conseguir produtos com 9 e 10% de álcool em volume é necessário que o mosto contenha, respectivamente, 15° e 16,7° de açúcares’’(30). Se o mosto (sumo da uva esmagada) não apresentar tal graduação

(30) GOBBATO, op. cit. v. 2, 1942, p. 176.

glucométrica, deverá então ser corrigido (o que é geralmente necessário na Região, dadas as características do clima, do solo e da época, quase sempre chuvosa, da colheita). Assim, logo após o esmagamento da uva e antes da fermentação, verifica-se a “correção do mosto”: “Com as sensíveis variações do nosso clima, as vindimas, embora da mesma casta e na mesma localidade, oferecem mostos de composição de ano para ano mui diferente, que obrigam a determinadas correções para produzirem vinhos de certa constância organoléptica” (isto é, próprios para tomar)(31). Tudo isso mostra que as deficiências na qualidade da uva como matéria-prima são passíveis de serem superadas por operações técnicas. Ora, foi mostrado no quadro 14 que, na composição do custo industrial do vinho, enquanto que a matéria-prima representa aproximadamente 73,8%, a “correção glucométrica” do mosto apresenta apenas 6,2% do custo industrial do produto. Assim, não só caberia ao capital industrial arcar com os custos da correção da qualidade da matéria-prima, pois é uma operação do processo de fabricação do vinho; também, torna-se mais vantajoso à indústria comprar uva com graduação inferior, pagando menor preço, e depois fazer a correção necessária no mosto, pois o custo desta operação é relativamente muito menor do que o custo da matéria-prima.

Existem ainda duas outras operações no fabrico do vinho que refinam o produto, superando as eventuais deficiências da matéria-prima: o “tratamento de correção do vinho” — “a fim de restabelecer sua composição harmoniosa” — e o “corte dos vinhos” — “a operação de misturar dois ou mais vinhos diferentes ou o vinho de diversos tonéis, com o fim de conseguir, no primeiro caso, um produto de qualidades intermediárias, que devem sobrepujar às do líquido inferior e, no

(31) Idem, *ibidem*, p. 175.

segundo caso, um vinho de tipo uniforme”(32).

Acresce ainda que a uva de graduação inferior é despejada, ao ser recebida na cantina, no mesmo tanque (lagar), que as uvas de graduação superior, fato que a simples visita a qualquer cantina constata (na maioria dos casos existem três tanques: para as uvas comuns, para as viníferas tintas e para as viníferas brancas). Então, os camponeses denunciam:

“O vinho, ele faz o mesmo vinho. A uva que non dá grau, é porque ela tá fermentada. Mais a força ela tem dentro. E a uva fermenta, esquenta, daí enton não dá mais grau. Mais a força do vinho, ele tem o mesmo; a parte sacarina ela tá lá dentro”.

Os elementos acima apresentados levam à conclusão de que se trata da utilização, por parte da burguesia industrial, de um mecanismo técnico para efetivar mais um elo da exploração do camponês. A indústria “faz o mesmo vinho”, aciona a tecnologia para isso, ao mesmo tempo que se apropria de parte do valor da produção camponesa. Tanto é assim que o rigor da aferição do grau não é constante, variando anualmente, como se pode ver na tabela abaixo (quadro 15):

QUADRO 15

PRODUÇÃO DE UVAS — RGS — POR GRAU GLUCOMÉTRICO
(1970/1973)

Anos	Menos de 15%		Total	
	Ton	%	Ton	%
1970	47.425.015	14,92	318.313.757	100
1971	103.905.185	45,10	228.158.941	100
1973	12.980.367	7,10	182.761.784	100

Fonte: Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. Apud: CEDIC — *Estudo da Viticultura Rio-Grandense*, RGS, S.I.C., 1974, V. 1.

Sabe-se que em 1970 houve a maior crise de realização (crise de venda do produto) do vinho nos últimos

(32) Idem, *ibidem*, pp. 279 e 284.

anos. Por outro lado, não há registro de alterações climáticas significativas na época da colheita de 1971, de modo que a brusca elevação da quantidade de uva com graduação inferior a 15º em 1971 (45,10) só pode ser explicada como um procedimento visando a pagar a matéria-prima a preços aviltados (como evidencia a tabela neste ano houve uma das maiores quedas no preço mínimo real da uva, em todas as variedades, com exceção da Seibel).

Em 1973, normalizaram-se as vendas do setor vinícola: baixou para 7,10% a parte das uvas com grau inferior a 15º. Já em 1974, continuando a tendência de expansão das vendas (acrescida da entrada de novas empresas no ramo e de maior fiscalização estatal sobre a produção vinícola), as cantinas atribuíram a graduação mínima da tabela a toda a quantidade de uva recebida. Finalmente, em 1975, as cantinas voltaram aos procedimentos anteriores, de 1971, conforme revelou o contato direto com camponeses da Região. Em conclusão, pode-se levantar a hipótese de que o mecanismo de gradação glucométrica da uva serve para efetivar a apropriação, pela burocracia industrial, de parte do valor criado pela produção camponesa.

A definição unilateral das condições de troca por parte da burguesia industrial vai ocorrer também quando as cantinas impõem “termos de compromisso” para a compra da uva. Trata-se de um documento pelo qual o camponês aceita receber menos que o preço mínimo oficial, a “assinatura”:

“O preço era mil e setecentos o quilo, mas os cantineiro, ele veio aqui, tivemos que assiná pra ganhá mil e trezentos, pra ganhá quinhentos menos o quilo, senon ele non recebia a uva; nois fomo obrigado a assiná. Non, fazê o quê, fomo obrigado assiná pra podê me recebê, senon ia apodrecê a uva em cima das parera”.

Cultivando uma cultura perene, os camponeses de São Pedro não podem controlar a oferta de seu produto

perecível e sem instalações para estocagem. Daí sua sujeição à demanda representada pelas indústrias vinícolas, vendo-se eles na contingência de aceitar qualquer preço pois “senon ia apodrecê a uva em cima das parera”. Com a “assinatura”, rompe-se a aparência legal dos preços mínimos, para revelar-se uma vez mais as desigualdades nas condições de troca entre o camponato e a indústria.

Os preços do produto camponês

Os preços da uva são fixados pelo Estado desde 1939, inicialmente pelo Instituto Rio-Grandense do Vinho, órgão público criado em 1936 e extinto em 1950, e desde então pela Secretaria da Agricultura. O estabelecimento de preços mínimos pelo Estado sugere a hipótese de que, na origem, tal regulamentação possa ter servido para controlar a oferta de matéria-prima para as indústrias vinícolas. Na época, a fabricação doméstica do vinho ainda não fora totalmente destruída, o que limitava a oferta da uva. Logo, os produtores poderiam barganhar preços frente à crescente procura de matéria-prima pela indústria. Daí o papel da regulamentação dos preços, nivelando-os “por baixo” ao impedir o jogo de concorrência entre os produtores de uva e, assim fazendo, protegendo os custos da indústria vinícola nascente e garantindo condições para a rentabilidade do capital nela investido(33). A legislação dos preços mínimos, aliada à legislação sobre a fabricação do vinho, configuram a intervenção do Estado na fase de constituição da indústria vinícola.

(33) Essa hipótese foi sugerida pela análise de OLIVEIRA sobre os preços “administrados” da economia brasileira pós-30. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. “A Economia Brasileira: crítica à Razão Dualista”. In: *Estudos Cebrap*. São Paulo, outubro de 1972, n.º 2, p. 14. Para uma crítica conceitual deste texto, cf. GALVÃO, Luís Alfredo. “A crítica acrítica da razão dualista”. In: *Rev. Debate e Crítica*. São Paulo, n.º 3, julho 74, pp. 135/152.

Em 1965, foi decretada a atual legislação (Lei nº 5151, de 15/12/65), que dispõe:

“Artº 1 — O preço mínimo da uva negociada entre produtores e industriais será fixado anualmente até 10 de janeiro, pela Secretaria de Estado dos Negócios de Economia” (34).

A tabela que fixa os preços mínimos das diversas variedades de uva (americanas e híbridas, viníferas) é organizada em função de um grau mínimo de concentração de glicose no mosto (sumo de uva esmagada). Desde 1972, o grau mínimo é 16º para as americanas e híbridas e 15º, para as viníferas (14º para o grupo de moscatéis). Se as uvas ultrapassarem esse grau mínimo, o preço subirá proporcionalmente. Em caso contrário, temos:

“5º — Que as uvas dos grupos I e II, com graduações inferiores ao básico para vinificar, respectivamente, 16º BABO e 15º BABO poderão ser adquiridas, *livremente*, sendo entretanto, proibido o seu uso para vinificação destinada ao consumo sob a forma de *vinho*” (35).

O processo de estabelecimento dos preços pelo Estado decorre de sugestões apresentadas pelos produtores da matéria-prima (camponeses representados pelos Sindicatos de Pequenos Proprietários Rurais e Trabalhadores Rurais) e pelos industriais do vinho, além de um estudo de custos de produção feito anualmente pelo Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves (M.E.C.) desde 1967 (cf. quadro 16).

Para o camponês viticultor, a fixação dos preços mínimos da uva é o ponto crucial da comercialização do seu produto. Todavia, percebe que a elaboração da tabela foge a suas mãos, pois:

“O preço da tabela quem faz é o secretário da Agricultura. É só os cantineiros que se reúnem, fazem um

(34) CEDIC. *Estudo...*, op. cit. v. III, p. 75.

(35) Idem, *ibidem*, p. 73.

QUADRO 16

PREÇOS DA UVA FIXADOS PELA SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO RGS, PARA AS SAFRAS DE 1963 A 1975 (PREÇOS NOMINAIS)

Variedades	Valor em cruzeiros por quilograma												
	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
I — Americanas													
1) Hebermont	0,26	0,36	0,050	0,053	0,067	0,085	0,120	0,145	0,150	0,195	0,200	0,410	0,500
II — Americanas híbridas													
2) Isabel, Seibel etc.	0,026	0,040	0,063	0,070	0,093	0,120	0,160	0,185	0,185	0,240	0,240	0,410	0,500
III — Viníferas brancas/tintas													
a) Sirah	—	—	—	—	—	0,133	0,180	0,240	0,280	0,300	0,390	0,430	0,710
b) Peverella, Trebiano e Moscatéis	0,040	0,060	0,090	0,100	0,133	0,180	0,240	0,320	0,370	0,481	0,530	0,660	1,030
c) Barbera, Bonarda, Canaiolo e Lambrusco	0,050	0,080	0,125	0,135	0,175	0,240	0,330	0,420	0,480	0,585	0,630	0,800	1,050
d) Cabernet, Riesling, Merlot, Semillon e Pinot	0,55	0,090	0,140	0,155	0,200	0,280	0,390	0,480	0,520	0,676	0,730	0,930	1,200

Fonte: Secretaria da Indústria e Comércio — RGS. Apud: CEDIC. *Perfil Agrícola da Uva*. RGS, 1974, p. 74; e Portaria 1975 — SIC — RGS.

preço, e depois dão pro governo assiná esse preço. E quando o governo assina esse preço é esse preço mesmo que vale. Seja um preço bom, que agrade ao colono ou que non agrade mas quando que ele faz o preço é aquele”.

Assim, segundo o ponto de vista do camponês, a classe social que possui a autonomia decisória é a burguesia industrial, “os cantineiros que se reúnem, fazem um preço”; o Estado participa da decisão, “quem faz é o Secretário da Agricultura”, mas é caudatário da burguesia industrial, pois apenas “assina” o preço feito por esta. O camponês é objeto do processo, “seja um preço bom, que agrade ao colono ou que non agrade”, ainda que da fixação dos preços vá depender sua “riqueza” ou “pobreza”.

Na verdade, os preços nominais da tabela não têm uma vigência real. Não existe um esquema estatal de sustentação dos preços, como em outros produtos que têm preços mínimos. Além disso, ao contrário da política do governo federal de estabelecer preços mínimos antes do início do plantio a fim de garantir a oferta(36), os preços mínimos da uva, estabelecidos pelo governo estadual, e escudados no fato de a uva ser uma cultura permanente, somente são estabelecidos antes da colheita. Para completar, as variações nos prazos de pagamento pelas indústrias e cooperativas e as diversas formas de burla existentes contribuem para alargar o fosso entre os preços fixados e os preços reais recebidos pelo camponês viticultor.

Tendo presente essa discrepância, vale verificar a

(36) Na prática assim não ocorre: “Tanto a política de preços privada quanto a oficial têm subtraído ao produtor o conhecimento do preço final que o seu produto obterá. É o caso dos preços mínimos, cuja fixação não respeita necessariamente o ciclo agrícola e a necessidade de previsão (do que, quanto, como plantar e de quanto se pode ganhar) típica do capitalismo”. MARTINS, José de Souza. “Modernização Agrária e Industrialização no Brasil”. In: *Capitalismo...*, op. cit. cap. I, p. 6.

evolução histórica dos preços mínimos reais da uva, no período de 1963 a 1975(37)(cf. quadro 17 e 18).

Deve-se notar, em primeiro lugar, que os preços das variedades americanas e híbridas são os que mais caem. Nunca chegam a recuperar os preços de 1963, atravessando um período de baixos preços relativos de 1966 a 1973, que só começam a subir em 1974/75, sem contudo alcançar os do início do período. Este dado torna-se ainda mais significativo quando se constata que essas variedades, as chamadas “uvas comuns”, concentram a maior parte da produção de uvas vinificadas no Rio Grande do Sul (no intervalo 1967/73, por exemplo, essa participação oscilou entre 84,78% em 1969 e 90,76%, em 1970) (38).

Em segundo lugar, verifica-se que as outras variedades, as viníferas, tendem a acompanhar aquela tendência declinante de preços, pois, comparando os anos de 1963 e 1975, temos que os grupos C e D mostram queda de preços, o grupo B apenas mantém (o aumento é irrisório, Cr\$ 0.017) e a exceção é o grupo A, que registra um aumento de Cr\$ 0,073. Além disso, revelam

(37) Encontrei dados referentes a um período anterior que, embora não referidos diretamente à Região, servem como indicadores de que a tendência dos anos 1963-75 já se prenunciava anteriormente: de 1940 a 1950, os índices dos preços deflacionados recebidos pelo produtor, no País como um todo, mantêm-se constantes quando não decrescem:

NUMEROS ÍNDICES DE PREÇOS DEFLACIONADOS AO PRODUTOR

BRASIL	
Anos	Uva
1940	100
1945	95
1946	87
1947	109
1948	102
1949	89
1950	104

Fonte: VASCONCELOS, Luiz L. de

“Quadros da Produção Agrícola Brasileira (1940-1950)” In: *Rev. Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 1950, ano 4, n.º 4, dez. pp. 71/106.

(38) Cf. dados em CEDIC, *Perfil...* op. cit. p. 47.

PREÇOS DA UVA DEFLACIONADOS SEGUNDO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS
DISPONIBILIDADE INTERNA (ÍNDICE 2 - REV. CONJUNTURA ECONÔMICA)
PERÍODO 1963-1975 (A PREÇOS DE 1975)

Variedades	Valor em cruzeiros por quilograma - Safra												
	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
I - Americanas													
1) Hebermont	0,658	0,479	0,424	0,326	0,321	0,328	0,383	0,386	0,332	0,369	0,329	0,524	0,500
II - Americanas híbridas													
2) Isabel, Seibel etc	0,658	0,532	0,534	0,431	0,445	0,463	0,511	0,493	0,409	0,454	0,394	0,524	0,500
III - Viníferas brancas/tintas													
a) Sirah	-	-	-	-	-	-	0,637	0,694	0,766	0,746	0,738	0,707	0,710
b) Peverella, Trebiano	1,013	0,798	0,763	0,615	0,637	0,694	0,766	0,853	0,819	0,910	0,871	0,843	1,030
e) Moscatéis	1,266	1,064	1,060	0,830	0,838	0,925	1,054	1,119	1,062	1,107	1,035	1,022	1,050
c) Barbera, Bonarda, Canatólo e Lambrusco	1,392	1,197	1,187	0,953	0,958	1,079	1,245	1,279	1,151	1,279	1,200	1,188	1,200
d) Cabernet, Riesling, Merlot, Semillon e Pinot													

Fonte Dados Brutos: CEDIC - *Perfil Agrícola da Uva* (1974) - de 1963 a 1974; Portaria da S.I.C. do RGS, p/1975.

QUADRO 18
ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DEFLACIONADOS DA UVA
PERÍODO 1963/1975 (BASE: 1963 - 100)

Ano	Grupo I	Grupo II	Grupo III			
			A	B	C	D
1963	100,00	100,00	-	100,00	100,00	100,00
1964	72,80	80,85	-	78,78	84,04	85,99
1965	64,44	81,16	-	75,32	83,73	85,27
1966	49,54	65,50	-	60,71	65,56	68,46
1967	48,78	67,63	100,00	62,88	66,19	68,82
1968	49,85	70,36	108,95	68,51	73,06	77,51
1969	58,21	77,66	120,25	75,62	83,25	89,44
1970	58,66	74,92	117,11	84,21	88,39	91,88
1971	50,46	62,16	104,24	80,85	83,89	82,69
1972	56,08	69,00	115,86	89,83	87,44	91,88
1973	50,00	59,88	110,99	85,98	81,75	86,21
1974	79,64	79,64	110,20	83,22	80,73	85,34
1975	75,99	75,99	111,46	101,68	82,94	86,21

Fonte: Quadro 17.

uma queda dos preços relativos no mesmo período que as americanas, entre os anos de 1966 a 1973.

A deterioração dos preços mínimos da uva expressa, na esfera da circulação, a subordinação dos camponeses viticultores à indústria do vinho. Partindo dessa evidência, torna-se possível perceber como esta subordinação origina-se na própria esfera da produção.

Verifica-se, no processo de trabalho camponês, uma utilização maior de força de trabalho, de força criadora de valor, do que no setor capitalista industrial, onde predomina a maquinaria. Em consequência, a proporção dos meios de produção (que seriam o equivalente ao capital constante de uma produção industrial) é menor do que a força de trabalho (que seria o equivalente ao capital variável de uma produção industrial) no conjunto dos elementos do processo de trabalho camponês. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a composição do valor da produção camponesa é baixa⁽³⁹⁾. Logo, o valor

(39) Utilizo esse conceito em analogia com o conceito de "composição orgânica do ca-

contido na mercadoria produzida pelo camponês é superior ao preço de produção do mercado, pois este se estabelece em função de uma taxa média de lucro, como expressão da repartição da mais-valia global gerada em todos os ramos produtivos da sociedade(40).

Então, no momento em que a mercadoria produzida pelo camponês realiza-se no mercado, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho do camponês retorna a este sob a forma de dinheiro. Acontece que o valor extraordinário cristalizado no produto do camponês, como consequência da maior utilização de força de trabalho — que poderia teoricamente se plasmar em rendimento e renda territorial do próprio camponês — converte-se em um sobretabalho que será apropriado pelo capital industrial. Nesse processo de apropriação do trabalho excedente do camponês, as relações entre a burguesia industrial e o campesinato vão-se determinar como relações contraditórias e antagônicas.

Por outro lado, na medida em que é o Estado que fixa os preços mínimos do produto desses camponeses, ele se converte em um Estado intervencionista que assume interesses da burguesia industrial, regendo a política econômica para o setor em razão dos interesses e necessidades do capital em efetivar a apropriação do sobretabalho camponês(41).

As crises do vinho

Na Região, é voz corrente que “o vinho está em crise”, que há “crise da uva”. Desde logo, deve-se esta-

capital”, próprio à produção capitalista industrial. Cf. MARX, *op. cit.*, ed. mexicana, Tomo I, Seção III, Cap. VII.

(40) Uma análise semelhante é feita por LOUREIRO, Maria Rita G., analisando preços pagos e recebidos pelos agricultores do estado de São Paulo. In: *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, cap. III, esp. pp. 108/113.

(41) O Estado brasileiro, especialmente no período desenvolvimentista, incorpora os interesses urbano-industriais. cf. MARTINS, “As relações de troca entre o campo e a cidade” In: *Capitalismo...*, *op. cit.*, cap. V.

belecer uma distinção. Por um lado, a crise da uva pode provir de fatores ecológicos: acidez do solo, geadas, granizo.

A “chuva de pedra”, o granizo, é a ameaça mais freqüente, dadas as características climatológicas da Região: em quase todas as unidades produtivas camponesas de São Pedro já houve precipitação de granizo. A precipitação de granizo ocorre por faixas, no período de setembro a dezembro e, além de destruir a produção de uva, prejudica a parreira por mais um ou dois anos. A crise ecológica da uva é uma possibilidade constante, expressão da relativa dependência do homem face à natureza no processo de trabalho agrícola.

Por outro lado, a uva está em crise quando há “crise do vinho”, o que aconteceu, no período recente, em 1957, 1963, 1965, 1970, 1971 e 1975.

A crise de demanda da uva é a que mais afeta os camponeses, pois se reduz a procura do seu produto ou aviltam-se os preços, como descrevi acima. Essa crise da uva é reflexo da crise de realização do vinho (crise de venda do produto).

“Alicerçada na produção de um bem primário, cuja oferta dificilmente permite previsões aproximadas e cuja demanda, por outro lado, mostra-se bastante sensível a flutuações, já que seu consumo (‘in natura’ ou industrializado) não integra os produtos ditos essenciais, a vitivinicultura apresentou problemas bastante graves em determinados anos, quase sempre problemas gerados por safras abundantes não compensadas pela comercialização do produto final”(42).

O vinho, produto da indústria de bens de consumo não-durável, tem dificuldades de realização no mercado precisamente em virtude do tipo de desenvolvimento capitalista recente na sociedade brasileira. Além da penetração de empresas multinacionais no setor secundá-

(42) CEDIC, *Estudo...*, *op. cit.*, v.I.

rio da economia e da participação das empresas estatais no aparelho produtivo, o desenvolvimento recente no País é marcado pelo aumento da concentração da renda(43). A contrapartida desse processo são as crises de realização que afetam o setor de bens de consumo não-durável — entre eles, o vinho.

Para os camponeses, produtores de matéria-prima para a indústria vinícola, a crise de demanda da uva provocada pela crise de realização do vinho desencadeia um processo cíclico. Em função da redução da demanda da uva, os preços desta baixam, resultando numa redução do rendimento do camponês (que, em termos reais, já é acentuado, como mostrei acima). Para compensar essa redução, não há possibilidade de introduzir tecnologia moderna, pois a queda do preço da uva torna menos vantajosa, em termos econômicos, sua utilização. Parece desencadear-se aqui um “mecanismo de auto-controle da modernização tecnológica”(44). Logo, a opção que resta ao camponês é o aumento da área plantada.

Assim, “a análise da evolução da viticultura no período de 1967 a 1972 permite verificar (...) que embora a produção física da zona vitícola tenha se mantido no mesmo nível de 1967, a área colhida aumentou em 8%, o que implica numa queda no rendimento médio”(45).

(43) A caracterização desse processo está, entre inúmeros outros, em OLIVEIRA, *op. cit.* passim; e SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre”*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, passim.

(44) A exposição teórica desse processo está em PAIVA, Ruy Miller. “Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: uma reformulação”. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 5, n.º 1, jun 1975, pp. 117/161.

(45) CEDIC, *Perfil...*, *op. cit.*, p. 34. Obs. Sempre se verifica uma proporcionalidade entre a produção dos meios de vida e a produção mercantil: sabendo que sua posição no mercado é subordinada, o camponês de São Pedro nunca arrisca toda sua terra e esforço na produção mercantil, resguardando uma área para a “roça” (que reproduz cotidianamente a força de trabalho da família camponesa). Assim, o processo de expansão da área plantada da “uva” pode ser acompanhado, ou até mesmo substituído, por uma expansão da agricultura de subsistência e pelo incremento da comercialização do excedente desta. Sobre esta alternativa na economia brasileira, cf. DUARTE & QUEDA, *op. cit.* e SILVA & QUEDA, *op. cit.*.

O que importa ao camponês, contudo, é que ele colhe uma maior quantidade de uva, obtendo um rendimento monetário superior ao que obtinha antes. Compensa a redução do preço da uva com a venda de maior volume do produto. Todavia, um maior volume de uva vai induzir uma maior produção de vinho. Precipita-se daí outra crise de realização do vinho, reiniciando-se o ciclo.

Esse processo cíclico, de certa forma, vai condicionar o comportamento econômico do camponês. Nele estão sintetizadas as conseqüências da íntima vinculação do camponês com o capital industrial, como foi descrito anteriormente.

O setor cooperativo

Já foi vista a relação entre os camponeses e as empresas vinícolas. Como parte dos camponeses de São Pedro são associados a cooperativas de produtores — que vinificam a uva entregue pelos sócios — cabe analisar o processo histórico de constituição das cooperativas, para então caracterizar a situação atual. Desde logo, nossa preocupação é verificar as semelhanças e diferenças existentes nas relações entre camponeses e empresas privadas, por um lado, e entre camponeses e cooperativas, por outro.

Há dois momentos na história do movimento cooperativista vinícola. O primeiro se dá no período de 1911-13, incentivado pelo Governo Estadual. O Governo contrata um técnico italiano, Dr. Stefano Paternó, para organizar cooperativas no Estado, e que chega à Região em uma conjuntura econômica de crise.

“A chegada de Paternó ocorreu num dos períodos de crises periódicas da indústria vinícola: a grande produção de vinho ocasionada pela enorme safra de 1911, unida à falta de mercado, à baixa qualidade do

produto, e a concorrência dos vinhos estrangeiros importados em larga escala, fez com que a iniciativa de formação de cooperativas alcançasse uma acolhida entusiasmada entre os colonos”(46).

As cooperativas vinícolas que se formaram nessa época, em número de 16, tiveram origem na centralização da poupança dos camponeses: “Os colonos não tinham capital, possuíam pequenas propriedades, porém, se cotizaram e conseguiram o capital necessário para a construção dos prédios, (...)”(47).

Por outro lado, a “acolhida entusiasmada entre os colonos” ocorria porque, através das cooperativas, podiam escapar aos preços do vinho — então de fabricação doméstica — fixados de forma oligopólica pelos comerciantes.

Veja-se que, já nessa época, as cooperativas realizam o processo de destruição da indústria doméstica rural e centralizam a produção vinícola, de forma que a quantidade de vinho oferecida no mercado aumenta: “Como consequência da maior produção, os preços do vinho baixaram (...)”(48).

Isso serviu de pretexto para que os comerciantes-fabricantes de vinho reagissem contra as cooperativas:

“...a Associação dos Produtores de Vinho reúne-se em Caxias do Sul. Conseguem o apoio da Associação Comercial e publicam um edital convocando os produtores a diminuir a produção da uva, pois, segundo este mesmo edital só assim o vinho seria de melhor qualidade. Atacam, também, por outro lado: A Diretoria de Higiene do Estado passou a exigir que o vinho tivesse determinadas qualidades em acidez volátil e percenta-

(46) GIRON, Loraine Slomp. *O Cooperativismo Vintcola no Rio Grande do Sul (1873-1971)*. Caxias do Sul, s.c.p., 1975, p. 14 (manuscrito, 67 pp.). Cf. também uma descrição do movimento cooperativista dessa época em MONSERRAT, J. “O Cooperativismo na Zona de Colonização Italiana”. In: *Album...*, *op. cit.*, pp. 249/316; e GOBBATO, Celeste. “Il Colono Italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell’industria riograndense”. In: *La Cooperazione...*, *op. cit.* parte I, esp. pp. 232/4.

(47) GIRON, *op. cit.* p. 14.

(48) Idem, *ibidem*, p. 15.

gem alcoólica. Os vinhos das cooperativas fundadas por Paternó são acusadas de prejudicar o mercado do vinho gaúcho, por causa da má qualidade do produto”(49).

Na realidade, a finalidade última dessa reação dos comerciantes era destruir as cooperativas para manterem o controle da compra do vinho dos camponeses, fixando os preços pagos a estes, e, simultaneamente, para conservarem o oligopólio do comércio de vinhos. Desta maneira, as cooperativas param de funcionar e encerra-se, em 1913, essa primeira fase do movimento vinícola.

A segunda fase do movimento cooperativista vinícola se dá a partir de 1929-30, com diferença de que agora está ligado a um movimento de âmbito nacional.

Nessa época, uma das formas de intervenção do Estado brasileiro na economia passa a ser o incentivo e apoio ao movimento cooperativista: “... O cooperativismo permitiria ao Estado um dirigismo econômico sem o comprometimento com a direita totalitária nem com a esquerda socializante, mas mantendo um razoável equilíbrio com o liberalismo econômico, a par de um autoritarismo estatal exercido em seu nome. (...) Esta a razão principal que parece estar subjacente à ênfase que o governo central passou a emprestar ao cooperativismo nesta década, estabelecendo, primeiramente, o seu contexto jurídico-administrativo para, em seguida, incrementar a constituição dessas sociedades”(50).

Nesse quadro é que vai ocorrer a formação das atuais cooperativas vinícolas, todas fundadas no período de 1929 a 1940. Mais uma vez se realiza a centralização da

(49) Idem, *ibidem*, p. 15.

(50) JUNQUEIRA, José Barroso. *Uma abordagem política do cooperativismo no Brasil*. São Paulo, s.c.p., 1974, pp. 3 e 4, (manuscrito 12pp.). Cf. também uma análise da inter-relação entre o Estado e o movimento cooperativista em PINHO, Carlos Marques. “O Estado Brasileiro e as Cooperativas”. In: PINHO, Diva Benevides (org.). *A Problema Cooperativista no Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, 1973, cap. IV, pp. 107/132.

poupança dos camponeses que, através da compra de quotas-partes, tornam-se associados e fundam as cooperativas: Cooperativa Vinícola Fosqueta, em 1929, Cooperativa Vinícola Aurora, em 1931, Cooperativa Vinícola Garibaldi, em 1939 etc...

Ao se constituírem, as cooperativas provocam o mesmo processo de destruição da fabricação doméstica do vinho que ocorreu ao se formarem as indústrias vinícolas, conforme indiquei acima. Para esclarecer esse aspecto, vale analisar os Estatutos das Cooperativas, "adotados por todas as cooperativas vinícolas do Estado, atualmente em número de 57" e "padronizados pelo (Governo do) Estado, para todas as cooperativas vinícolas"(51).

Desta forma, diz o artigo XI, item b dos Estatutos, que trata das finalidades da Cooperativa: "(...) receber unicamente dos associados a produção de suas videiras e colocá-las nos mercados consumidores depois de beneficiada". Também tem o mesmo sentido o item j: "(...) orientar as explorações de seus associados para atividades agrícolas intensivas, tais como: viticultura sobre a base de plantações homogêneas empreendidas de comum acordo, (...)". E finalmente, o Artº 13: "Cada associado se obrigará a entregar toda a sua colheita à Cooperativa durante o tempo em que fizer parte da mesma, (...)"(52).

O que esses dispositivos dos Estatutos indicam é a tendência de as cooperativas, já em sua função, virem a receber dos camponeses associados somente a uva. Para tanto, diz o Artº 12 dos Estatutos: "No cumprimento de seu programa de ação, a Cooperativa se pro-

(51) "Segundo o meu livro: *Sociedades Cooperativas*", diz o Autor da referência: LUZ Filho, Fábio. *Aspectos Agro-Econômicos do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Saraiva (s.d.) esp. cap. VI ("As Cooperativas Vitivinícolas"), pp. 172/271, cit. pp. 177 e 182.

(52) Apud LUZ Filho, *op. cit.* pp. 178, 179 e 181.

põe: a) montar uma cantina para fabricação de vinho; (...)”(53).

Ora, já em 1937, quando Fábio Luz Filho relata suas visitas às cooperativas vinícolas, das dezessete que ele visitou, somente quatro ainda comercializavam apenas o vinho produzido pelos associados, enquanto que treze já recebiam dos sócios o vinho e também a uva, numa proporção aproximadamente de 50% desta. Tudo leva a concluir que as Cooperativas realizaram, tal como as empresas, o processo de destruir a fabricação doméstica do vinho e de constituir a indústria do vinho na Região. Assim, completou-se o processo de constituição da indústria capitalista na Região, agora sob forma jurídica da cooperativa, mediante o duplo processo de centralização da poupança dos camponeses e de comerciantes(54) e de destruição da indústria vinícola rural.

O panorama atual do setor vinícola no Rio Grande do Sul revela uma substancial participação das cooperativas. Sobre o total de litros de vinho produzido no Estado, no período 1969/1973, a parte produzida pelas cooperativas esteve ao redor de 50% (cf. quadro 10). Em relação à absorção da matéria-prima, as cooperativas absorveram, no ano de 1972, 42% do total da uva recebida pelas entidades vinícolas no Estado (cf. quadro 9).

Tal como as empresas privadas, o setor cooperativo tem um perfil diferenciado. Pelo quadro 19, pode-se observar que, das dezoito cooperativas vinícolas existentes no Estado, em 1972, cinco delas concentram 68% da uva vinificada por cooperativas, sendo que apenas duas participam com 50% do total. Torna-se fácil inferir que o setor cooperativo é tão oligopólico quanto o setor das empresas privadas.

Dada essa expressiva participação do setor cooperati-

(53) Apud idem, *ibidem*, p. 180.

(54) Como no caso da Cooperativa Vinícola Forqueta, em que um dos fundadores era comerciante de vinho, cf. GIRON, *op. cit.* p. 61.

QUADRO 19

UVA VINIFICADA PELAS COOPERATIVAS — RGS — 1972

Micro-região homogênea	Denominação	Uva vinificada t	Valor relativo %
Vincultora Caxias do Sul	Coop. Vinícola Aurora	23.964	26,33
	coop. Vinícola Garibaldi	21.730	23,88
	Coop. Vinícola Forqueta	8.865	9,74
	Coop. Vinícola São João	7.436	8,17
	OUTRAS (11)	27.384	30,10
Subtotal		89.379	98,24
Outras micro-regiões do RGS	OUTRAS (3)	1.605	1,76
Total do RGS		90.984	100,00

Fonte: CEDIC — *Perfil Agrícola da Uva*, R. G. Sul, S.I.C., 1974, p. 91/3.

vo na indústria vinícola, e a coexistência de cooperativas e empresas privadas, cabe indagar por que alguns camponeses são associados a cooperativas e outros, não.

Já vimos como a sorte do camponês está ligada ao destino do seu produto, e aos preços que consegue para vendê-lo. Esse traço parece ser também o responsável pela decisão de associar-se, comprando quotas da cooperativa, a serem pagas parceladamente com parte da produção anual da uva que é entregue.

Os camponeses de São Pedro são levados a associar-se em cooperativas por três motivos fundamentais: garantia da demanda fixa da uva, pagamento dos preços mínimos e recebimento possível de retorno. Como transparece neste relato:

“... Agora a Cooperativa tá bom. Agora a gente teria mais, ganharia mais, tem outras firmas que pagam mais. Ma a gente se retirá de lá, pode sê que depois a gente non coloca mais a uva em outras firmas. Agora, quando tem crise, que tem poca uva, a gente é fácil de colocá, ma se tem uma safra grande non é bem assim

pra gente colocá a uva. A gente tem que pensá pra esse ano e pro ano que vem tamém. Porque a uva é prá sempre”.

Avulta, neste depoimento, o principal entre os motivos mencionados: “Ma a gente se retirá de lá pode sê que depois a gente non coloca mais a uva em outras firmas”. É pela garantia de que poderá entregar todo o seu produto que o camponês se associa às cooperativas, deixando de especular, em anos de pequena safra, para garantir a demanda, em anos de grandes.

Se assim faz, é porque se constitui em um produtor simples de mercadoria, e precisa vendê-la: “A gente tem que pensá pra esse ano e pro ano que vem tamém”. Vendendo o produto do seu trabalho, o camponês está definitivamente subordinado ao modo de produção capitalista. Para este e por este é que produz mercadorias, sem possibilidade de se recusar a isto, pois “a uva é pra sempre”.

Também Giron, analisando a série anual de associados da Cooperativa Vinícola Forqueta, no período 1929-1973, chega a conclusões semelhantes. “Pela comparação entre a produção anual de uva e a entrada e saída de associados, pode-se concluir que há uma ligação direta entre a grande safra e a entrada de novos associados (...). O motivo da saída de associados, nos anos de pequena safra, se deve ao melhor preço que a uva alcança no mercado, (...). Já nos anos de grande safra o preço oferecido é muito baixo e nem sempre é encontrada colocação para a produção, assim os colonos se voltam para as Cooperativas que oferecem não só o preço estipulado em lei, mas ainda a garantia de compra de toda a produção do associado” (55).

O motivo fundamental de os camponeses se associarem em cooperativas deriva assim das condições subordinadas em que se encontram no processo de troca de mercadorias, expressão de sua subordinação ao setor

(55) GIRON, *op. cit.*, p. 66.

capitalista industrial, como indiquei anteriormente. Assim, mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista, como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital.

Configurando-se a cooperativa como componente da reprodução ampliada do capital, nela vão-se constituir também as tensões sociais inerentes à dinâmica do modo de produção capitalista. Essas tensões se manifestam por duas vias. Por um lado, a diretoria estabelece relações de exploração tanto sobre os trabalhadores da cooperativa quanto sobre os associados camponeses. Temos a cristalização das diretorias como grupos dominantes no interior das cooperativas (pelos estatutos, as diretorias são compostas por associados eleitos pela assembleia-geral, podendo ser reeleitos)(56). Assim, a verificação da relação dos nomes dos membros das diretorias de algumas cooperativas, como a Garibaldi, São João, São Vitor, Forqueta, Emboaba etc. indica que, desde a sua fundação na década de 1930, até os dias atuais, vários nomes permanecem ocupando cargos de direção(57).

A separação dos interesses entre diretoria e associados revela-se ainda pelo comportamento apático desses últimos nas Assembleias-Gerais, estatutariamente o órgão máximo da cooperativa, como se depreende de alguns relatos:

“A gente, vô só prá vê, escutá, que falam son eles.

(56) Fenômeno semelhante foi observado por Rios em cooperativas rurais do Nordeste: “É bem corrente no Nordeste brasileiro a figura do ‘dono da cooperativa’, isto é, a pessoa física que é identificada como se fora proprietária da sociedade cooperativa, única a definir a política da mesma, tomar decisões, manter contato com os Bancos e órgãos de assistência técnica, enfim, a clássica figura ‘insubstituível’ de muitas cooperativas rurais nordestina”. RIOS, Givaldo Sá Leitão. “Pré-cooperativismo: etapa queimada”. In: PINHO, Diva Benevides, *op. cit.* cap. XI, p. 316.

(57) Cf. LUZ Filho, *op. cit.* passim; *Álbum...*, *op. cit.* passim; *Centenário da Imigração Italiana - 1875-1975 - Rio Grande do Sul - Brasil*. Porto Alegre, Ed. Edel, (1975), passim.

Que todos ano eles fazem uma assembleia. Mostra a reza de conta da cooperativa, balanço, tudo, né”.

Os associados, cuja decisão seria soberana, comparecem à Assembleia “só prá vê”, pois ela é feita por “eles” e quem “falam son eles”. Daí o comportamento apático diante de assuntos fundamentais como “a reza de conta da cooperativa, balanço”, os quais implicam tomadas de posição que muitas vezes contrariam os próprios interesses dos camponeses associados, como o destino das sobras líquidas, o montante do retorno etc. Também nas assembleias são feitas as eleições para a diretoria, de modo geral assim encaminhadas:

“Sim, quando se faz uma assembleia, porque é tudo, vem tudo no nome dos velhos que tá lá dentro, depois vem os novos; quem qué bota fora o velho para o novo, risca o velho, dá o nome do outro; mas é quase tudo gente que non se conhece, non se sabe como fazê”.

Atitudes como essas permitem a perpetuação das diretorias, “dos velhos que tá lá dentro”, pois os camponeses aparentam ser, no caso das cooperativas, impotentes para reconhecer e fazer valer interesses próprios ou divergentes daqueles das diretorias, pois não aparecem unidos — “quase tudo gente que non se conhece” — e assim “non se sabe como fazê”.

Finalmente, os acontecimentos que envolveram a diretoria de uma cooperativa vinícola — a Cooperativa Vinícola Garibaldi — entre 1971 e 1974 servem de exemplo das situações potencialmente criadas quando se cristalizam grupos dominantes nas cooperativas. Os acontecimentos iniciaram em setembro de 1971, por ocasião da eleição para a diretoria da cooperativa. Alguns associados “lançaram um manifesto falando em reconstrução da Cooperativa e certas verdades escondidas que deviam vir à tona, apresentando também a chapa de renovação. Dez policiais deslocados para Caxias do Sul garantiram a normalidade dos trabalhos, mas,

no fim, houve acordo entre situação e renovação”(58).

Em dezembro, ocorreu a prisão de diretores da Cooperativa, justamente aqueles que faziam parte do grupo de “renovação”. Em janeiro de 1973, “(...) o bispo diocesano de Caxias do Sul denunciou as prisões de pessoas ligadas à diretoria da Cooperativa Vinícola daquele município. No mesmo documento, fala de providências que tomou para apurar os nomes dos responsáveis pelos fatos ocorridos em Garibaldi, onde inclusive algumas das pessoas detidas foram algemadas”(59).

A ordem das prisões não emanou de nenhuma autoridade constituída, o que levou um jornal a concluir que “(...) a disputa pelo poder na Cooperativa permanece como causa de uma série de ações praticadas por elementos desconhecidos”(60)

No ano seguinte, em outubro de 1972, foi criada uma comissão de auditoria do INCRA a pedido dos “colonos que não recebiam pagamento pela uva entregue à Cooperativa”(61). Ainda nesse mês, um padre de um distrito de Garibaldi, que mantinha uma pequena rádio, sem licença legal, “(...) resolveu advertir os duzentos associados da Cooperativa Vinícola Garibaldi sobre as irregularidades (do presidente). Logo em seguida a emissora foi fechada”(62).

Por essa época, “(...) a cooperativa continuou vivendo entre muitos problemas, principalmente pela falta de verbas, o que originou o não pagamento de impostos e safras dos cooperativados. Estes estão sem receber a parcela correspondente aos dois últimos anos ...”(63). Em março de 1973, “(...) a entidade recebeu ordens do INCRA para afastar do quadro de associados seu presidente (...) . E a diretoria da cooperativa aceitou a ordem: ... foi exonerado”. Esse presidente

trabalhava há quarenta e dois anos na Cooperativa e “A Cooperativa Garibaldi estava fora de lei porque (...) seu presidente ocupava este cargo sem ao menos ter sido plantador de uva, condição legal básica para estar entre os associados”(64).

No dia 21 de julho de 1973 foi decretada pelo INCRA a intervenção na cooperativa(65). “A intervenção destituiu cinco diretores”(66) e foi noticiado depois que “(...) confirmando as denúncias de que de 1969 a 1971, os plantadores de uva não recebiam da Cooperativa Vinícola Garibaldi, funcionários do governo resolveram devassar os negócios privados”(do antigo presidente)(67).

Por fim, em março de 1974, o promotor público de Garibaldi “(...) apresentou uma denúncia contra os ex-diretores da Cooperativa Vinícola Garibaldi”, falando “(...) em elevadas somas que foram desviadas”. O noticiário jornalístico relata então os diversos procedimentos utilizados pelos ex-diretores “(...) buscando mais o proveito próprio, de seus familiares, parentes e amigos, do que o bem-estar dos sofridos e ingênuos viticultores que, em sua ignara modéstia (sic) limitavam-se a entregar-lhes o produto de suores e a esperar que os tempos melhorassem”(68), nas palavras do promotor.

A reconstituição desses fatos indica como o grupo dominante de uma cooperativa chega a utilizar procedimentos contábeis ilegais e mesmo recorrer à violência para fazer valer seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos associados.

As três situações narradas envolvendo dirigentes das cooperativas vinícolas permitem concluir da mesma

(64) *Ibidem*, 15/2/1973.

(65) *Ibidem*, 23/7/1973; cf. também *Jornal Diário de Notícias*. Porto Alegre, 24/7/1973.

(66) *Ibidem*, 11/2/1974.

(67) *Ibidem*, 28/2/1974.

(68) *Ibidem*, 22/3/1974.

(58) *Jornal Folha da Manhã*, Porto Alegre, 24/1/1973.

(59) *Ibidem*, 23/1/1973

(60) *Ibidem*, 24/1/1973.

(61) *Ibidem*, 23/7/1973.

(62) *Ibidem*, 28/2/1974.

(63) *Ibidem*, 26/1/1973; cf. também *Ibidem*, 27/1/1973.

forma que concluiu uma extensa investigação sobre cooperativas latino-americanas: “Obcecados pela necessidade de sobreviver no mercado de livre competição, os gerentes das cooperativas tiveram que adotar não só o papel do empresário capitalista como também seu diabólico enfoque utilitarista em relação à sociedade e à economia”(69).

A segunda via pela qual se expressam as tensões sociais na cooperativa deriva das implicações do fato de a cooperativa aparecer como instituição da reprodução ampliada do modo de produção capitalista(70). Na medida em que ela é um estabelecimento de transformação de uma matéria-prima agrícola, a uva, ela corporifica a cidade (a produção industrial) dominando o campo (os associados camponeses), pela apropriação do sobretrabalho camponês, como descrevi anteriormente. Deste modo, no valor do produto que a cooperativa lança no mercado estão incorporados o sobretrabalho camponês e a mais-valia dos operários da cooperativa, ou seja, uma massa de trabalho excedente provinda do trabalho operário e do trabalho camponês.

No momento em que as mercadorias da cooperativa vinícola são realizadas no mercado, o trabalho excedente que elas contém passa a compor o valor global gerado em todos os ramos produtivos. Nesse sentido, as mercadorias da cooperativa passam a fazer parte da produção social de mercadorias e do processo de acumulação do capital.

Na consciência dos camponeses de São Pedro, esse processo é outro. Metamorfoseia-se a exploração estrutural e impessoal em um explorador personalizado, o “roubo dos dirigentes”:

(69) BORDA, Orlando Fals. *El Reformismo por dentro en América Latina*. México, Siglo XXI, 1972. p. 103. Essa pesquisa investigou cooperativas rurais na Colômbia, Equador e Venezuela.

(70) Também essa seria a situação das cooperativas que se assemelham a sociedades anônimas, como verifica MARTINS, José de Souza. *Capitalismo...*, *op. cit.* cap. II, esp. pp. 17/23 e cap. V, esp. pp. 67/8.

“Mal administrada, eu acho, né. Non, prejuízo non tinha. É aquele que tava trabaiano lá dentro que non tava trabaiano bem. Porque aqueles três que sairon fora, aquele non precisa mai trabaia”.

Nesse relato, reconhece-se a expansão dos negócios da cooperativa — “prejuízo non tinha” — mas a não participação dos camponeses nos resultados dessa expansão faz com que eles personalizem a exploração do seu sobretrabalho — “é aquele que tava trabaiano lá dentro que non tava trabaiano bem”. Nessa medida, percebem a diferença social entre eles e o dirigente: “aquele non precisa mai trabaia”, enquanto que eles mesmos não têm outras alternativas senão desenvolver uma jornada de trabalho extensiva, como expressam os relatos que transcrevi no capítulo anterior.

Pelo exposto, percebe-se que não são muito diversas as relações que se tecem entre o camponês e as cooperativas daquelas que o camponês estabelece com as indústrias. Em ambos os momentos, os camponeses estão sofrendo a exploração do seu sobretrabalho e submetendo-se às necessidades e exigências do capital.

A subordinação formal do trabalho camponês ao capital

Na análise de Marx sobre o modo de produção capitalista, há um momento em que ele se detém na discussão sobre as duas fases históricas do desenvolvimento da produção capitalista. Essas fases corresponderiam, por um lado, à subordinação formal do trabalho ao capital e, por outro, à subordinação real do trabalho ao capital. Em consequência, “(...) se a produção de mais-valia absoluta corresponde à submissão formal do trabalho ao capital, a produção de mais-valia relativa corresponde à submissão real do trabalho ao capital”(71).

(71) MARX, Karl. *Un Chapitre Inédit Du Capital*. Paris, Union Générale D'Éditions,

O modo de produção especificamente capitalista corresponde à fase da submissão real do trabalho ao capital, quando se desenvolvem relações sociais de produção entre os proprietários do capital e os detentores da força de trabalho. Aqui, o processo de trabalho já foi transformado pela produção capitalista, de modo a poder suportar a redução do trabalho necessário em proveito do trabalho excedente e assim gerar a mais-valia relativa.

Outra é a situação na fase anterior: “Denomino submissão formal do trabalho ao capital a forma que repousa sobre a mais-valia absoluta, porque ela se distingue apenas formalmente dos modos de produção anteriores, na base dos quais surge espontaneamente (ou é introduzida), seja porque o produtor imediato continua a ser seu próprio empregador, seja porque ele deve fornecer sobretrabalho a outrem. Tudo o que muda, é a coação exercida ou o método empregado para extorquir o sobretrabalho.

O que é essencial na submissão formal é:

1.º) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e aquele que o fornece. A subordinação resulta do conteúdo específico da venda, e não lhe é exterior, como no caso onde o produtor está em uma outra relação que não a monetária (isto é, uma relação de possuidor de mercadoria a possuidor de mercadoria) face ao explorador de seu trabalho, por exemplo, em virtude de uma coação política. É unicamente porque ele detém as condições do trabalho que o vendedor coloca o comprador sob sua dependência econômica: não é mais uma relação política e social fixa que sujeita o trabalho ao capital.

2.º) O fato de que as condições objetivas do trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas do trabalho (meios de subsistência) fazem face ao operário

1971, p. 201. Sobre os conceitos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, cf. Idem. *El Capital*, op. cit. ed. mexicana. T. I, s. IV, cap. X, pp. 251/258.

como capital e são monopolizados pelo comprador da força de trabalho, este ponto implicando, aliás, a primeira relação, porque senão o operário não teria necessidade de vender sua força de trabalho” (72).

O primeiro elemento característico da subordinação formal do trabalho ao capital é o fato de que nessa fase o capital ainda não domina toda a forma social da produção. O capital subordina o processo de trabalho tal como ele se desenvolvia anteriormente e, ao subordiná-lo, imprime ao processo de trabalho já constituído duas marcas. Por um lado, há uma maior continuidade e uma crescente intensidade do trabalho, assim como uma maior economia no emprego das condições do trabalho, pois tudo é organizado para que o produto somente contenha o tempo de trabalho socialmente necessário. Isso significa que já existe produção de valor de troca. Por outro lado, para se aumentar a taxa de exploração, deve-se recorrer ao aumento da jornada de trabalho, a fim de dilatar o tempo de trabalho excedente, gerando uma mais-valia absoluta.

Em segundo lugar, nessa fase o produtor direto mantém a autonomia do seu trabalho, estando sujeito, porém, a fornecer sobretrabalho a outros. Assim, o trabalho agrícola e doméstico, antes feito para a satisfação de necessidades familiares, é transformado em ramo de atividade autônoma da produção capitalista. Por outro lado, na fase de subordinação formal parecem coexistir o trabalhador independente e o trabalhador expropriado, para o qual os meios de subsistência já se constituem como capital, monopolizado pelo comprador da força de trabalho (73).

Em terceiro lugar, a especificidade da subordinação

(72) MARX, Karl. *Un Chapitre Inédit Du Capital*. Op. cit. pp. 202/3. A exposição que segue baseia-se no item G - “As duas fases históricas do desenvolvimento econômico da produção capitalista” - da edição francesa deste texto, cf. *Un Chapitre...*, op. cit. pp. 191/223 e em MARX, Karl. *El Capital*, op. cit. ed. mexicana. T. I, S. V, Cap. XIV, pp. 425/433.

(73) Em uma passagem, Marx reafirma a existência de camponeses na fase da subordi-

formal reside no método empregado para extorquir sobretrabalho do produtor direto. Diferentemente dos modos de produção anteriores, em que a relação de apropriação do sobretrabalho era sobredeterminada por fatores extra-econômicos, na subordinação formal a extorsão do sobretrabalho se faz através de relações econômicas. Trata-se de uma relação monetária entre um possuidor de mercadoria, o que se apropria do sobretrabalho, e outro possuidor de mercadoria, aquele que fornece sobretrabalho.

Por fim, deve-se salientar que a subordinação formal do trabalho ao capital, além de ser uma fase anterior, pode se dar como uma forma particular coexistente e no interior do modo de produção especificamente capitalista.

Definido o conceito de subordinação formal do trabalho ao capital, cabe agora demonstrar como os camponeses de São Pedro vivem em uma situação semelhante àquela que descrevi acima e como, por essa razão, pode-se afirmar que o processo de trabalho camponês está subordinado formalmente ao modo de produção capitalista.

Ou seja, tentarei demonstrar como ocorre a subordinação do trabalho camponês ao capital; desde logo, subordinação que se verifica no exterior do processo de trabalho especificamente capitalista, mas que se realiza dentro da formação capitalista, mediante o conjunto de procedimentos abaixo indicados.

Acompanhemos os passos do conceito acima exposto. Em primeiro lugar, o capital subordina o processo de trabalho tal como ele existe. O processo de trabalho

nação formal do trabalho ao capital: "A classe dos assalariados que surgiu na segunda metade do século XIV constituía então, e ainda no século seguinte, apenas fração diminuta do povo, com sua posição protegida, no campo, pela economia camponesa independente e, na cidade, pela organização corporativa. Na cidade e no campo, patrões e trabalhadores estavam próximos socialmente. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista." In: *O Capital, op. cit.* ed. brasileira, Livro I, Parte VII, cap. XXIV, pg. 855.

camponês continua sendo exercido do mesmo modo; isto é, a propriedade da terra e dos outros meios de produção continua pertencendo ao camponês, a força de trabalho utilizada é a família, o nível de mecanização é baixo, enquanto que os insumos industriais utilizados só tendem a reafirmar a viabilidade da força de trabalho familiar.

Todavia, o modo de produção capitalista imprime uma determinação fundamental ao processo de trabalho camponês, na medida em que converte a terra em equivalente de mercadoria, obrigando o camponês a dispender uma soma de dinheiro para pagá-la e converter-se em proprietário privado da terra. Desta forma, os camponeses de São Pedro estão, desde sua origem, determinados pela produção da mercadoria.

Além disso, verifica-se um controle parcial sobre o processo de trabalho camponês, exercido pelo capital industrial — no caso, pela indústria vinícola. As cláusulas do contrato de produção, que analisei anteriormente, estabelecem um controle sobre a extensão das parreiras e sobre o destino da produção, sem que o capital exproprie os camponeses. Por outro lado, a prática de algumas empresas pagarem aos camponeses uma última parte do dinheiro da uva no início da outra safra é que vai possibilitar a estes remunerarem os trabalhadores temporários que se fizerem necessários. Esta é uma outra forma de controle parcial da produção camponesa pelo capital industrial.

Outro item diz respeito à existência de uma maior continuidade e uma crescente intensidade do trabalho. Os camponeses de São Pedro dedicam seus esforços intensivamente à produção mercantil, à uva, e para tanto desenvolvem uma divisão técnica do trabalho e um processo de cooperação, o que transforma a família camponesa em um trabalhador coletivo. Além disso, há um emprego reacionalizado de matérias-primas intermediárias, tentando-se adequar seu uso às reduzi-

das condições de compra que os camponeses têm.

O aspecto seguinte desse primeiro passo do conceito se refere a que o produto do trabalho já contenha apenas o tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, que o produto encerre um valor de troca. No produto dos camponeses de São Pedro, na uva, matéria-prima vendida à indústria vinícola, está contido um valor de troca e, na medida em que se estabelece um mercado de compra e venda da uva, os mecanismos dessa relação induzem a que cada unidade do produto contenha apenas um tempo de trabalho social médio, incorrendo em perda o camponês que dele exceder.

O último aspecto desse ponto é que à subordinação formal corresponde a geração da mais-valia absoluta. Obviamente, na produção camponesa não há geração de mais-valia, uma vez que não há fundamentalmente relações de assalariamento em seu interior. Contudo, ocorre a mesma situação substantiva, já que a jornada de trabalho da família camponesa é uma jornada extensa, de 9 a 12 h, conforme a época, e trata-se de uma tarefa árdua, em que o trabalho excedente é alcançado pelo aumento do tempo de trabalho. Esse excedente é que irá plasmar um sobretrabalho no produto mercantil do camponês.

Em segundo lugar, o conceito nos dizia que o produtor direto mantém a autonomia do trabalho e, ao mesmo tempo, fornece sobretrabalho a outrem. Efetivamente, a condição de proprietário da terra e dos outros meios de produção assegura ao camponês o domínio sobre o processo de trabalho e assim lhe dá a condição de trabalhador independente. Ainda que subordinado formalmente ao capital. O fornecimento do sobretrabalho é resultante de o camponês ser um produtor mercantil simples e de sua subordinação em confronto com a produção capitalista, já que a composição de valor do produto camponês é baixa e inferior à composição orgânica do capital industrial.

O elemento seguinte refere-se aos meios de produção e aos meios de vida que, na formulação de Marx, nessa fase já se antepunham ao produtor direto. Aqui começam as especificidades do caso estudado, e que dão ao processo de trabalho camponês uma racionalidade particular. Ressaltei anteriormente que o camponês é proprietário da terra e dos outros meios de produção. Aquela foi recebida por herança ou comprada, e paga pela poupança dos camponeses que, atualmente, não têm mais condições de compra, e só fazem subdividir suas propriedades. Mas os outros meios de produção, vale dizer, as instalações dos parreirais e principalmente os insumos industrializados — corretivos, defensivos e fertilizantes — precisam de ser repostos a cada ano agrícola. Ora, essa reposição se realiza por intermédio do crédito bancário: os camponeses anualmente fazem empréstimos, adquirem os insumos e pagam com o rendimento advindo da venda da uva. Deste modo, a reposição das matérias-primas intermediárias se faz externamente à unidade produtiva camponesa, por uma transferência de dinheiro, virtualmente direta, da indústria vinícola para o estabelecimento financeiro, de cuja união resultam a reposição do ciclo produtivo camponês e a garantia do fornecimento de matéria-prima à indústria.

Diversa é a produção dos meios de vida. Como indiquei, a produção, pelos próprios camponeses, de seus meios de vida assegura-lhes a reprodução da força de trabalho familiar. Na medida em que a reposição do valor da força de trabalho é feita internamente na unidade produtiva camponesa, ela é a condição de que possibilita ao camponês suportar, ao menos em seus limites mínimos, a exploração que sofre na produção mercantil. É condição necessária para que possa ser produtor mercantil simples subordinado no modo de produção capitalista.

O terceiro elemento do conceito afirma que a extra-

ção do sobretrabalho se efetiva em uma relação puramente monetária, ou seja, de um possuidor de mercadorias a outro possuidor de mercadorias, configurando-se, pois, a nível da circulação. Detenhamos nos vínculos do camponês com a indústria vinícola. Primeiro, foi indicado (quadro 7) que as famílias camponesas de São Pedro não têm um rendimento monetário suficiente para efetuar, por via da compra de mercadorias, a reposição do valor da força de trabalho. Segundo, verificou-se uma queda nos preços reais da uva no período 1963-1975 (quadros 17 e 18), expressando, a nível da circulação, a subordinação estrutural da agricultura camponesa a nível da produção. Terceiro, os prazos de pagamento da uva mostraram uma prática extorsiva na medida em que não há incidência de juros em uma economia inflacionária.

A tudo isso se devem acrescentar práticas não-econômicas agindo no sentido de viabilizar e consolidar a relação econômica de expropriação do sobretrabalho. A intervenção do Estado na fixação dos preços mínimos da uva tem essa finalidade. As relações personalistas dos cantineiros com os camponeses, expressas na categoria do "freguês", também. Mesmo as relações pessoais configuradas nos "contratos de produção" efetivam, agora num nível racional, a relação exploratória. Por fim, mas tão eficazes quanto as anteriores, as regras unilaterais da troca, como a burla na graduação da uva e o "termo de compromisso" para a sua venda, completam o conjunto de práticas visando a canalizar para o capital industrial o sobretrabalho camponês.

O quarto e último elemento da subordinação formal do trabalho ao capital relaciona-se com a possibilidade de esta fase coexistir com o modo de produção especificamente capitalista. O que tentei demonstrar até aqui foi que o processo de trabalho camponês apresenta uma racionalidade específica. Ainda mais, que é um processo de trabalho não especificamente capitalista pois nele

não se realiza a separação do produtor direto das condições objetivas da produção. Ao mesmo tempo, o processo de trabalho camponês foi gerado historicamente pelo modo de produção capitalista e é reproduzido por este. Concretamente, o capital industrial, exemplificado no caso pela indústria vinícola, apropria-se do sobretrabalho camponês, cristalizado no produto uva, sendo esse sobretrabalho apropriado necessário à reprodução ampliada do capital industrial.

Os elementos acima explicitados, referentes aos camponeses do bairro rural de São Pedro, levam-me a conceituar o processo de trabalho camponês como um caso de subordinação formal ao capital. Nesse sentido, tentei adaptar o conceito, desenvolvido por Marx, de subordinação formal do trabalho ao capital, para mostrar outras manifestações do mesmo processo e assim perceber a subordinação formal do trabalho camponês ao capital em uma situação histórica concreta.

CAPÍTULO IV

O PROJETO CAMPONÊS

As histórias da vida dos homens de São Pedro revelam como eles vivenciaram uma situação social de pouca variação(1). Uma história de vida representativa de todas as demais seria a de Paulino. Ele nasceu na fração São Pedro, em 1930, tendo portanto quarenta e cinco anos ao ser entrevistado. Aos oito anos de idade, entrou para a escola primária, localizada no mesmo bairro rural, até abandoná-la aos doze, sendo este período da única escolarização formal que recebeu. A atividade de trabalho começou aos nove anos ajudando a família nas tarefas da parreira e da roça. Aos quinze, foi ocupar-se das tarefas agrícolas mais pesadas, simbolizadas

(1) As histórias de vida, simplificadas e reduzidas aos aspectos migracionais e ocupacionais, foram elaboradas com base no modelo de PRANDI, parcialmente modificado por mim segundo os objetivos desta pesquisa.

Cf. PRANDI, José Reginaldo. *História de Vida Computacional*. São Paulo, Cebrap, 1972.

Também cf. MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. "O Estudo de Caso na Sociologia". Disciplina do Curso de Ciências Sociais, F.F.L.C.H. da U.S.P., 1973;

MOREIRA, Renato Jardim. "A História de Vida na Pesquisa Sociológica". In: *Rev. Sociologia*. São Paulo, V. 15, n.º 1, março 1953, pp. 25/30.

QUEIROZ, M. I. Pereira de. "História de Vida e Depoimentos Pessoais". In *Rev. Sociologia*, *op. cit.* pg. 8/24.

NOGUEIRA, Oracy. "A História de Vida". In: *Pesquisa Social: Introdução e suas Técnicas*. São Paulo, Nacional, 1968, cap. 14, pp. 137/48;

FERNANDES, Florestan. "A História de Vida na Investigação Sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações". In: - *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo, Pioneira, 1960, cap. 7, pp. 252/69;

LANGNESS, Lewis L. *A História de Vida na Ciência Antropológica*. São Paulo, EPU, 1973.

no “pegar o arado”, época em que passou a ser considerado homem adulto pelo grupo local. Também foi a partir desse momento que começou a assalariar-se como trabalhador diarista, em algumas épocas do ano. Aos vinte e cinco anos de idade, casou-se no civil e religioso com Joana. Dessa união nasceram três filhos, hoje com nove, quinze e vinte e um anos, respectivamente.

Em 1970, morreu seu pai e Paulino ficou com a casa paterna e a parte da terra que lhe coube pela partilha da propriedade entre os irmãos. Atualmente, dedica-se ao cultivo da parreira e da lavoura para subsistência, trabalhando toda sua família na propriedade.

A história de Paulino, simbolizando a biografia de todos os homens de São Pedro, ressalta a pouca variação de sua situação social no espaço e no tempo, delineando os limites de sua vivência da sociedade capitalista. Impõe-se, agora, continuar a reconstruir a experiência social objetiva e subjetiva desses homens, a fim de compreender, na sua totalidade, como o camponês é a personificação de um específico processo de trabalho da sociedade capitalista.

A propriedade privada da terra

Na vivência de sua situação social particular, os camponeses de São Pedro privilegiam a propriedade da terra em que moram. Todos a adquiriram, seja por compra direta, seja pelo pagamento aos irmãos dos direitos sobre a partilha quando da transmissão por herança. Em ambos os casos, a terra é equivalente de mercadoria e transforma-se em propriedade privada:

“Pra mim é uma grande coisa, tô achando, tê um pedaço de tera. Porque a gente tê tera qué dizê que a gente non pode dependê muito dos otros. Porque quando eu tenho a tera eu faço por mim mesmo, né.

Non tendo a tera, a gente tem de andá debaxo de dono, né. Qué dizê, assim eu só dono, né. E assim tô vivendo na tera; se non tivesse a tera non posso sustentá a família. Só empregado é brabo, porque com salário a gente non pode vivê bem. E assim vô me criando, eu, a família junto, no tereno. É uma grande coisa pra mim tê meu tereno. Tivesse mais, melhor ainda”.

A propriedade privada da terra aparece como determinante da autonomia do camponês — “porque quando eu tenho a tera eu faço por mim mesmo” — permitindo-lhe a situação de “dono”. Essa autonomia é construída em oposição à sujeição a um proprietário que a não-propriedade acarretaria, pois “não tendo a tera a gente tem de andá debaxo do dono”. Nessa linha, diferencia-se do trabalhador, avaliando a situação social deste como precária: “Só empregado, empregado é brabo, porque com salário a gente non pode vivê bem”. Ainda mais, diferencia-se do parceiro, outra figura possível na Região, como diz um relato:

“Tendo tereno, ele trabalha sempre no seu tereno, se não tem, tem que trabalhá no tereno dos otro prá ganhá metade”.

Voltando ao depoimento anterior, observa-se que ele considera a propriedade privada da terra como o fator que permite o sustento ao camponês e família — “se não tivesse a tera non posso sustentá a família” — ressaltando uma vez mais a oposição à não-propriedade, já que a propriedade privada da terra é condição para que apareça como produtor de mercadorias, cuja venda deveria, ao menos supostamente, trazer o sustento da família.

Em conseqüência, a propriedade privada da terra surge para o camponês como possibilidade do controle do processo de trabalho, como conjugação dos elementos da produção — objeto, meios e força de trabalho. Não existindo como produtor separado das condições de produção, chega a expressar uma admiração pelo seu

trabalho:

“As vez eu gosto dum serviço assim, gostaria de só sulfatá, não é levá manguera, boracha assim. Gostaria só de í caminhando, sulfatando. É um serviço que eu gosto assim, porque é só olhá assim as parera, olho tudo, o galho que tem uva, que não tem. Tem coisa diferente, onde as formigas come... Quando a uva é poca, enton a gente fica mais triste. O, enton a uva é bonita, enton a gente passa o dia ali dando sulfato, quase non cansa”.

Essa admiração consiste em acompanhar o processo de criação desencadeado por seu próprio esforço — “É um serviço que eu gosto assim, porque é só olhá assim as parera, olho tudo, o galho que tem uva, que não tem. Tem coisa diferente...” — e, por outro lado, consiste na avaliação emotiva do produto do seu trabalho — “quando a uva é poca, enton a gente fica mais triste” — resultando na satisfação com o valor do produto criado e que move sua disposição para trabalhar — “enton a uva é bonita, enton a gente passa o dia ali dando sulfato, quase non cansa”.

Não é difícil derivar de tudo que foi dito a importância da propriedade privada da terra como base da estabilidade da condição social do camponês — “é uma grande coisa pra mim tê meu terreno” — que lhe forja ainda uma aspiração de ascensão social — “tivesse mais, melhor ainda”.

Se é fator de estabilidade social, certamente será fundamental para a reprodução de sua situação social, aparecendo a transmissão da propriedade aos filhos como garantia da reprodução deles como camponeses;

“Tenho tera porque tenho que dá pros filhos meu. Capital, passá o capital assim pros filho. Porque se non tenho nada eles vão dizê depois: ‘não tenho nada’. E depois de grande fais serviço de empregado...”.

Significativamente, volta a aparecer a propriedade da terra como garantia de que permaneça nos filhos a opo-

sição ao trabalhador expropriado dos meios de produção — “tenho tera porque tenho que dá pros filhos meu” — pois, em caso contrário “depois de grande fais serviço de empregado”. Adequada a essa preocupação, elaboram uma modalidade particular de transmissão da propriedade por herança, o minorato, como indiquei anteriormente.

Não se deve esquecer que o camponês é proprietário privado da terra na medida em que o modo de produção capitalista lhe impõe a determinação da terra como equivalente de mercadoria.

Superpõe-se a essa primeira determinação a definição do camponês como produtor simples de mercadorias:

“Hoje em dia quem tem um pedaço de tera passa bem, quem anda trabalhando se assustenta, se alimenta toda a vida; pior de tudo é que non tem valor a uva, desmoralizou a uva, as de baixa graduação ele paga o que ele quiser”.

Se a propriedade da terra chega a ser fonte de fartura, a inserção no mundo da mercadoria acarreta muitas vezes más conseqüências, pois sua posição no mercado é subordinada — “pior de tudo é que não tem valor a uva” — aos interesses da burguesia industrial — “ele paga o que ele quiser”. Conjugando-se a determinação da terra como equivalente de mercadoria com os efeitos do processo de expropriação sucessiva, cujos desdobramentos analisei no capítulo anterior, não é difícil perceber como o capital é o determinante do processo de trabalho camponês, estabelecendo sobre ele uma subordinação formal.

Se para o camponês a propriedade da terra é possibilidade de um controle do processo de trabalho, isto necessariamente há de ser uma forma ideológica marcando sua consciência, ou seja, uma representação de sua existência que é necessariamente aparente na medida em que as condições reais de efetivação da independência do seu processo de trabalho foram subtraídas

pela dominação do modo de produção capitalista.

A autonomia do trabalho

Personagem ambígua da formação social capitalista, o camponês ao mesmo tempo é proprietário dos meios de produção e trabalhador. Reconstruindo sua visão do trabalho, chega-se a pontos semelhantes aos que compõem sua concepção da propriedade da terra.

Para as pessoas de São Pedro, o trabalho aparece como o meio privilegiado de ganhar a vida:

“Trabalhar, trabalhar é pra vivê, pra fazê produto, fazê produto de sobra pra vendê”. (...) “Trabalho, trabalho é um caso pra vivê. A gente, né, se obriga a trabalhá, senon a gente, né, non dá prá vivê. No principal é isso aí, porque tenho que trabalhá prá sustentá a família e pra vivê tamém, porque sem trabalhá non se vive”.

A atividade do trabalho é condição de sobrevivência para o camponês, assim ele “se obriga a trabalhá... porque sem trabalhá non se vive”. Ressalta já aqui sua condição de trabalhador unido aos pressupostos objetivos da produção, pois esse trabalho não é uma mercadoria a ser trocada mas é força produtiva de mercadorias a serem vendidas no mercado: “fazê produto de sobra pra vendê”. Assim, o trabalho do camponês é o meio de ganhar a vida através da troca do produto criado pela sua própria atividade. Para ele, ganhar a vida significa reproduzir a força de trabalho familiar: “tenho que trabalhá para sustentá a família”. Ao mesmo tempo, essa atividade define-se como um processo de cooperação familiar, envolvendo entre seus requisitos uma ética de valorização do trabalho nas práticas de socialização das crianças.

A situação descrita explica a presença, em vários relatos, da “doença”, do “hospital”, como ameaça

constante para a família camponesa. Ainda que objetivamente baseado nas más condições sanitárias em que vivem, o temor da “doença” expressa o receio de uma situação de impossibilidade de trabalhar, que traria conseqüências prejudiciais à sobrevivência da família.

Quais as condições em que se desenrola o trabalho camponês? A jornada de trabalho é extensa, as tarefas, árduas, o esforço, constante e contumaz, sem pausa:

“A vida na colônia, ela é meio apertada. Non é muito folgada non. A gente tem que trabaiaá muito pra vivê pobre”. “A vida do colono é isso, só trabaiaá, trabaiaá e nunca pará, tem oito, deiz hora, é a mesma coisa”.

Tais condições objetivas de trabalho, conjugadas com a definição deste como meio de reprodução da vida familiar, vão configurar no camponês um estilo de vida marcado por uma consciência necessária semelhante à ética do trabalho definida pela burguesia cafeeira no processo de transição do trabalho escravo ao trabalho livre, na segunda metade do século XIX. No discurso ideológico da burguesia cafeeira, “(...) o elemento integrador residiu na visão capitalista do problema do trabalho, retomando os pressupostos da Lei de Terras e dando-lhes um sentido congruente com os requisitos da multiplicação do capital. A terra assume o caráter de renda capitalizada, cujo comércio fica subordinado à sua rentabilidade. Caso em que o surgimento da pequena propriedade é colocado sob dependência do funcionamento dos princípios capitalistas do sistema. Nesse caso, por implicação define-se também a ética do trabalho: morigerado, sóbrio e laborioso. Estamos, na verdade, perante a disseminação da ética capitalista, norteando e integrando todos os personagens do sistema”(2).

Nos camponeses de São Pedro, a ética do trabalho expressa a centralidade da atividade do trabalho em sua

(2) MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973, p. 69.

existência, transfigurando a necessidade do trabalho na realização de um prazer. O relato de um homem jovem sintetiza tais dimensões:

“Trabalhar pra mim, qué dizê que é uma coisa necessária, né, porque a família é pequena. Eu tenho de trabalhá pra fazê progresso pras criança, tamém... e pra mim mesmo, porque se non trabalho, non posso vivê. Que o futuro que eu posso tê é o trabalho pra mim... Depois, trabalhá tamém gosto. Gosto de capinhá, gosto de pegá uma enxada aí de manhã, capinhá até meio dia. Tamém se é pra lavrá gosto tamém, pego meus bois, meu arado, começo aí de manha, trabalho até meio dia. Solto os bois, vem pra casa, almoço, dô comida pros bois e depois vô pra roça e trabalho até noite. Enquanto a gente limpa as pareras, prontá tera pro milho, pro trigo, fejon”.

Por um lado, trabalhar é uma “coisa necessária”, seja para ele — “porque se non trabalho, non posso vivê” — seja para a família — “eu tenho de trabalhá pra fazê progresso pras crianças” — seja para a reprodução de todos no tempo — “que o futuro que eu posso tê é o trabalho pra mim”.

O trabalho é percebido como necessidade. Ao mesmo tempo, há uma valorização das tarefas do processo de trabalho — “gosto de capinhá ... tamém se é pra lavrá gosto tamém ... limpá as pareras ... prontá tera pro milho ...” — realizadas mediante o manuseio de meios de trabalho indicados como sua propriedade — “pego meus boi, meu arado”. O trabalho é percebido como prazer.

“Trabalhá é como um divertimento que agente tem porque precisa, a gente faz com gosto trabalhá, porque sem trabalhar a gente não tem nada”.

A metamorfose do trabalho, de necessidade de ganhar a vida em atividade de gosto e prazer, expressa a reinterpretção feita pelo camponês da ética do trabalho. Como ninguém, pessoal e diretamente, o obriga a

trabalhar, a não ser as determinações estruturais do capitalismo que o subordinam, mas que por isso mesmo funciona “às suas costas”, a subjetivação da consciência necessária passa por suas condições específicas de existência: redefine o trabalho a que está objetivamente constrangido como uma atividade que subjetivamente é fonte de gosto e prazer.

No mesmo sentido, a autonomia do trabalho tem lugar privilegiado no seu discurso:

“Ah, o dono, o dia que eu quero descansá, eu descanso. Os empregado non. O empregado non pode perdê o dia porque quando que no fim do mês ele perde um dia, é descontado. E sendo dono, se qué trabalhá treis dia por semana, ele pode; ma que nunca sobra tempo pra trabalhá treis dia por semana só, tem que trabalhá a semana intera mesmo”.

Elabora a independência de trabalhar quando quiser — “o dono, o dia que eu quero descansá eu descanso” — em oposição ao trabalhador assalariado, subordinado — “o empregado non pode perdê o dia... ele perde um dia é descontado”. Ainda que sendo dono, seu meio de ganhar a vida não deriva da utilização de trabalho alheio mas do uso de sua própria força de trabalho:

“A vida na colônia é braba. E se a gente non trabalha, non tem nada. Tem que trabalhá pra vivê. Non é manso non trabalhá. É verdade que a gente qué um dia fazê festa, não tem ninguém que manda. Ma tem que trabalhá”.

Enfim, sua condição de proprietário das condições de produção proporciona-lhe a possibilidade de arbitrar o tempo e a ocasião do trabalho — “sendo dono, se qué trabalhá treis dia por semana ele pode” — e do não-trabalho — “é verdade que a gente qué um dia fazê festa, mas não tem ninguém que manda”. Em contrapartida, a situação de camponês imerso no mundo da mercadoria e a subordinação do seu processo de trabalho ao capitalismo demarcam os limites de sua au-

tonomia — “ma que nunca sobra tempo trabalhando três dias por semana só, tem que trabalhá a semana inteira mesmo”.

A autonomia do trabalho camponês necessariamente está determinada pelo modo de produção capitalista e pelas exigências que a dominação deste impõem ao produtor simples de mercadorias. Os camponeses de São Pedro “tem que trabalhá” porque são envolvidos pelos laços da produção da uva como matéria-prima para a indústria do vinho.

Noutro plano, ainda, o cotidiano dos camponeses de São Pedro é cingido pelo mundo da mercadoria. As manifestações de sociabilidade no lazer vão ocorrer somente nos momentos em que o ciclo agrícola o permite. Não o ciclo agrícola da lavoura de subsistência, mas precisamente o ciclo agrícola da uva, da produção da mercadoria. Assim se dá no caso dos casamentos, acompanhados de grandes festas oferecidas aos vizinhos e parentes, sempre marcados para os meses de maio ou junho, quando a parreira fica em repouso e não exige cuidados. Ou em janeiro, quando, à espera da colheita da uva, a parreira já não precisa mais de tratamentos. Em ambos os momentos, as tarefas agrícolas são reduzidas, permitindo que a família se ocupe na preparação dos festejos. A mesma situação se repete por ocasião dos serões: reuniões de vizinhos à noite para conversar, contar histórias, discutir sobre a situação da uva e das cantinas, tomando vinho caseiro e comendo amendoim, pinhão, batata-doce, às vezes cantando músicas antigas da imigração italiana. Os serões — “filós” — realizam-se principalmente no inverno, de abril a julho, quando as jornadas são mais curtas e as tarefas agrícolas, principalmente as da parreira, ou não iniciaram ou ainda são poucas.

Sendo o trabalho camponês, assim como o não-trabalho, circunscritos de modo tão efetivo pelas injunções do capitalismo, a ênfase na autonomia do trabalho,

presente em suas representações, emerge como forma ideológica, como uma autonomia formal que só adquire realidade na consciência do camponês, na medida em que ele necessariamente precisa legitimar subjetivamente sua situação de proprietário independente das condições do próprio trabalho, diante da dominação avassaladora do modo de produção capitalista.

A concepção cíclica da existência

Perpassada pela valorização da propriedade privada da terra e da autonomia do trabalho, a consciência ideológica dos camponeses de São Pedro chega, num dado momento, a uma reflexão sintética sobre sua trajetória social. Eles dizem:

“Bem, mal non se diz porque a gente, né, na colônia pra passá fome não passa. A gente trabalha, faz sacrifício e tudo. Agora pelo menos comê pra família, pelo menos sempre se arruma, meio mal, mas enfim dá pra comê. Mas agora, vamos supor, pra tê dinheiro, prá tê capital, essas coisas, um colono é difícil de tê. Tem, né, um pedacinho de terra porque o pai me deu e nois aumentemo um pouquinho o capitá porque se pranta parera e tal. Máis quando, né, que é no fim da conta, quando, né, que se tem cinquenta, sessenta ano, tá igual de hoje. A gente trabalha, trabalha, trabalha prá vivê e pra sobrá dinheiro, não sobra nada. Ah, é brabo, na colônia é brabo”.

A vida aparece neste relato como uma sucessão de trabalho constante, árduo, sem horários fixos, contumaz — “a gente trabalha, faz sacrifício e tudo”. A atividade do trabalho é o meio fundamental de ganhar a vida — “A gente trabalha, trabalha pra vivê” — desenvolvido na terra cuja propriedade se herdou — “tem... um pedacinho de terra porque o pai me deu”. A propriedade privada da terra possibilita a plantação

de subsistência e a fartura proporcionada pela produção direta dos meios de vida — “pelo menos comê pra família, pelo menos sempre se arranja”.

Obtidas as condições básicas de reprodução da vida familiar, nem por isso o camponês chega a alcançar uma melhora dessas condições — “trabalha pra vivê e pra sobrá dinheiro, não sobra nada”. Ou seja, o trabalho obstinado não resulta em aumento de seu rendimento, interpretando-se essa impossibilidade como efetivação de um destino particular — “quando... que é no fim da conta, quando... se tem cinqüenta, sessenta ano, tá igual de hoje”. - o destino é configurado pela não realização de uma acumulação, já que o trabalho contumaz não se cristalizou em trabalho acumulado — “prá tê dinheiro, prá tê capital, essas coisas, um colono, é difícil de tê”.

O camponês representa a vida de forma cíclica, como uma experiência dedicada ao trabalho, movendo seus próprios meios de produção, que não resulta numa acumulação de capital para si, restando-lhe a contínua repetição do mesmo ciclo de vida. As condições objetivas de produção do camponês, como indiquei anteriormente, são marcadas pela produção da mercadoria e pelos rendimentos negativos decorrentes do processo de expropriação sucessiva a que estão sujeitas na formação capitalista. Tais condições imprimem à sua forma de produção o traço da reprodução simples, espelhada na sua consciência por uma concepção cíclica da vida.

Se escapa ao camponês o controle do ciclo da mercadoria e lhe é impossível realizar o ciclo do capital, não é estranho que lhe fuja também a compreensão do valor do vinho, isto é, do produto industrial criado pelo trabalho operário mediante a utilização do seu produto, a uva, como matéria-prima. A compreensão que falta aos colonos é a da disparidade existente entre o valor do seu produto e o da bebida fabricada com ele.

Todavia, num outro momento, chegam a perceber,

por trás das relações sociais entre os objetos uva e vinho, as relações sociais entre eles e as personagens que se nutrem do seu sobretrabalho:

“Os cantinero, eu acho, ele ganha mais ele só pra fazê o vinho que aquele que trabalha os ano intero atrais da parera. Ele vem aqui, ele fais os preço e depois nois ganhamo aquele e ele vai aumentando e tudo pra ele. Nois nos ganhamo mais nada”.

A exploração de que são objeto corporifica-se em um personagem: “os cantinero”, os proprietários das indústrias do vinho. Estes detêm o poder, na definição da relação que os medeia — “ele vem aqui, ele fais os preço... e tudo pra ele” —, marcando a desigualdade da posição na estrutura social entre a burguesia industrial e o camponês — “ganha mais ele só pra fazê o vinho que aquele que trabalha os ano intero atrais da parera”. Nessa medida, o camponês identifica-se como uma classe subalterna:

“Ah, os colonos non mandam nada, né. Colono, eles nen liga pros colono. Os colono só trabalha e quando, né, que tá pronto, vai dá uva pra eles. E pagá, eles paga quanto eles querem, ainda”.

Emerge o pleno significado do ser “colono” na consciência empírica de sua subordinação — “os colonos non mandam nada” — e o da posição subalterna de produtor simples de mercadoria que lhe atribuem os processos de dominação e exploração da sociedade capitalista — “o colono só trabalha e... vai dá uva pra eles”.

No fim das contas, o proprietário privado da terra e trabalhador autônomo reconhece-se como personagem subalterna na sociedade capitalista: transparece o caráter formal da condição de proprietário das condições de seu trabalho.

Ora, quais as respostas possíveis dos colonos de São Pedro diante dessa situação? Quais os caminhos e descaminhos da construção de uma consciência de

classe por esses camponeses? O processo, pleno de ambigüidades, desdobra-se em três momentos: a alternativa das migrações, a construção de uma utopia comunitária e o esboço de uma consciência política. Tais momentos, que detalho a seguir, representam o protesto que historicamente foi possível a esses camponeses expressar contra a dominação da burguesia comercial e industrial. A forma fragmentária que o processo apresenta revela a enorme dificuldade de os camponeses construir sua identidade histórica enquanto membros das classes subalternas da sociedade brasileira.

A alternativa das migrações

Para os colonos italianos da Região, a migração surge cedo como alternativa às condições insatisfatórias de vida, marcadas pela expropriação sucessiva de seu trabalho excedente. Acompanhando as fases do estabelecimento dos imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, pode-se observar o desenvolvimento do processo migratório interno:

“1) Migração da Itália para o nordeste do Rio Grande do Sul — Nova Milano, Caxias, Dona Isabel, Conde D’Eu (1875-1884);

2) migração da Itália para o nordeste do Rio Grande do Sul — Colônias Antônio Prado e Alfredo Chaves (1884-1894);

3) migração da Itália para o nordeste do Rio Grande do Sul e migração interna para a Colônia de Guaporé, criada em 1892 (1892-1900);

4) migrações internas na Região de Colonização Italiana, em geral, (...) (1880-1920);

5) migrações internas para o Alto Uruguai e para outros Estados da federação, especialmente Santa Catarina e Paraná (1910 em diante), (...);

6) enfim, desde 1950, repercute o êxodo rural em

toda a Região, tomando duas direções: para os centros urbanos da Região Colonial Italiana e para os centros mais próximos, fora da Região (Vacaria e Lagoa Vermelha, ao norte; Porto Alegre e Canoas, ao sul — entre outros)”(3).

Nessas seis fases, interessa particularmente para a análise demarcar dois momentos: aquele em que a migração representa uma reprodução do camponês como personagem social e o seguinte, quando a migração representa a proletarização do camponês no meio urbano.

O primeiro momento compreende as cinco fases iniciais estabelecidas por Frozi e Mioranza, abrangendo o período de 1880 a 1940/50: é o processo de migração rural-rural que viria a caracterizar a Região de Colonização Italiana, e o Rio Grande do Sul como um todo, como áreas de expulsão demográfica. Já no final do século passado, um cronista registrava: “A população continuava aumentando de uma maneira extraordinária, dando lugar à emigração (sic) interna para novos centros, que o Governo preparava a fim de localizar novas levas de imigrantes, que estivessem chegando. Dos primeiros dentre estes, foram Alfredo Chaves e Guaporé, hoje dois municípios importantes, com uma população de mais de trinta mil habitantes cada um”(4).

Também a memória de um colono de São Pedro reteve o fenômeno:

“Família ali quando tem sete, oito filho, non dá pra morá porque é poca tera. E a gente non tem tera para trabalhá tudo. Enton se parte. Compra uma colônia na tera noya e trabalha lá”.

Ao lado da alta taxa de natalidade, as condições econômicas adversas, fruto do processo de expropriação sucessiva que nessa época beneficiava o comerciante,

(3) FROSI, V. M. & MIORANZA, C. *Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Movimento, 1975, pp. 53 e 51/2.

(4) LORENZONI, Júlio, *Memórias de um Imigrante Italiano*. Porto Alegre, Sulina, 1975, p. 206 (essa passagem foi registrada no período 1895-1899).

desencadearam as migrações. E o colono italiano partiu para a “terá nova”:

“Falam de terá nova é nas teras que ainda não foi ocupada por agricultura. Então vai lá e corta o mato e planta, é mais fácil, não precisa correção, nada, a terá tem tudo”.

A “terá nova” permitia que o camponês se reproduzisse socialmente, seja como posseiro, seja como proprietário, mantendo sempre a força do trabalho familiar e, por conseguinte, o processo de trabalho camponês. Ela se localizava, para os colonos de São Pedro, nas regiões do Nordeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná(5). A “terá nova” configurou-se inicialmente como uma frente de expansão (6) marcada pelos posseiros:

“A vida era sempre meio apertada, meio violenta, com os caboclos, intrusos que tinham por aí, que invadiam as teras que a gente tinha comprado”.

Neste relato, já está cristalizada a frente pioneira e as tensões provocadas pela superposição das duas frentes, tensões fundadas na disputa pela propriedade da terra. Foi o caso do Oeste de Santa Catarina, na região do vale do Rio do Peixe: “Neste fértil vale, a ocupação foi acompanhada de sérios conflitos, pois se fez em detrimento de numerosa mas dispersa e indefesa população de ‘intrusos’. (...). O acontecimento jurídico que facilitou o incremento da ocupação foi a nova Constituição Republicana que transferiu para os Estados a competência das terras devolutas. Este fato permitiu

(5) “Outras (pessoas) seguiram para a fronteira agrícola, á procura de terras virgens. Porém, a partir de 1914, esta fronteira, que se desloca continuamente para o norte, atravessou os limites do Estado e penetrou no oeste de Santa Catarina e do Paraná. Descendentes de colonos rio-grandenses fundaram Porto Novo, São Miguel, Bom Retiro, Joaçaba e outros centros em Santa Catarina e, depois de 1940, Pato Branco, Toledo, Maringá etc. no Paraná”. SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, op. cit., cap. 4 (“Porto Alegre”), p. 190.

(6) Para os conceitos de frente de expansão e frente pioneira, cf. MARTINS, José de Souza. “Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica”. In: *Capitalismo e Tradicionalismo*, op. cit. cap. III, pp. 43/50.

rápidos entendimentos entre os governos estaduais (em nosso caso, Paraná e Santa Catarina) e empresas de colonização e de construção de ferrovias. De tais situações resultou a aquisição de imensas glebas e violenta marginalização de ‘posseiros’ que não podiam legalizar suas terras à base do usucapião”(7).

Também o mesmo sucedeu na região do Oeste daquele Estado: “No Extremo-Oeste, a ocupação de ‘intrusos’ também precedeu a ofensiva da ocupação estabelecida na esteira da ocupação do Meio-Oeste. O vulto dessa antecipada ocupação por elementos provindos de áreas diversas, de áreas catarinenses e gaúchas, e, entretanto, menor do que o ocorrido no vale do Rio do Peixe. Mas a expulsão ainda ocorre, (...)”(8).

Mas a memória dos habitantes de São Pedro somente registra a frente pioneira, da qual a geração anterior foi protagonista. A frente pioneira, iniciada na primeira década do século, foi marcada pela valorização da terra como propriedade privada, como equivalente de mercadoria comercializada por empresas de colonização. Os jornais da Região trazem, nessa época, diversos anúncios de venda de terras na frente pioneira, como este: “Quem quer aumentar seu próprio capital? Qual o colono, o pai de família ou jovem que prepara seu futuro que não deseja e procura aumentar seu capital?”

A Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ghilardi & Cia., com sede em Caxias, que possui duas mil colônias ao longo das margens do pitoresco Rio do Peixe, grande afluente do Rio Uruguai, vos oferece sem dúvida o meio mais fácil, e também mais rápido e seguro, para realizar no mais breve tempo possível aquele justo sonho e desejo de todo honesto lavrador. Basta para tanto adquirir uma ou mais colônias daqueles ótimos terrenos, que se adaptam otimamente para todos os gêneros

(7) LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina - A Terra, o Homem e a Economia*. 2 ed. Santa Catarina, U.F.S.C., 1968, p. 110.

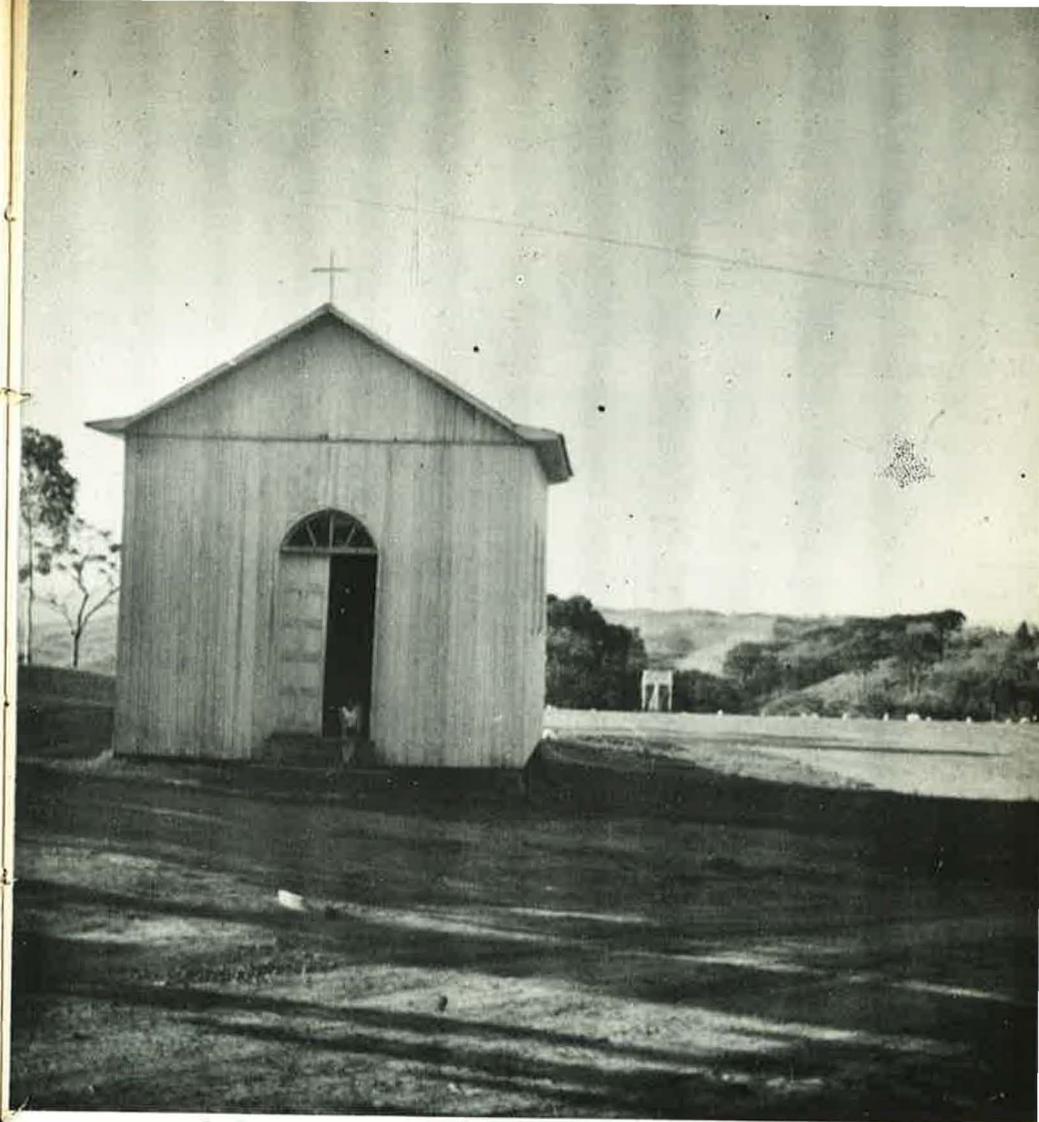
(8) Idem, *ibidem*, p. 110.

de cultivo: alfafa, milho, trigo, feijão, batata etc. Tais terrenos têm, além disso, a grande vantagem de estar ao longo da ferrovia São Paulo—Rio Grande, e sua única proprietária é a mencionada Sociedade Territorial. (...) De fato aquela ferrovia com suas numerosas e cômodas estações torna ainda mais fácil e seguro o comércio dos próprios produtos a preços elevados; da mesma forma é mais fácil a compra das mercadorias que vêm dos grandes mercados, a preços mais convenientes do que aqueles que pagam nas colônias distantes da artéria principal. Em duas palavras: aquilo que o colono vende, o vende a melhores preços, e aquilo que ele deve comprar para seu consumo, ou seja, querosene, açúcar, café, tecidos etc., o compra a preços mais baixos”(9).

O anúncio constitui um documento ideológico da frente pioneira. Desde o início, manipula com a aspiração à propriedade da terra, “justo sonho e desejo de todo honesto lavrador”, viabilizando a reprodução da situação social camponesa. Precisa opor-se à disputa pela propriedade da terra, firmando o caráter “seguro” do negócio bem como a legitimidade do título de propriedade — “sua única proprietária”. Ao mesmo tempo, a garantia de aumentar o “capital” reside na propriedade privada da terra vinculada a uma extrema fertilidade do solo — “se adaptam otimamente para todos os gêneros de cultivo” — e a uma posição favorável em relação aos mercados — “aquilo que o colono vende, o vende a melhores preços, e aquilo que ele compra para seu consumo... o compra a preços mais baixos”. O que é “vendido” pelo anúncio é a reprodução do camponês enquanto proprietário, produtor simples de mercadorias e beneficiário da renda diferencial gerada pelos “ótimos terrenos”.

Contudo, a atual geração dos camponeses de São Pedro passou por uma trajetória de transição: enquanto

(9) *Jornal Il Corriere d'Italia*. Bento Gonçalves, Ano XIII, n.º 2, 8 Gennaio 1925.



“Sociedade da capela”: núcleo da solidariedade vicinal



O trabalho familiar define o processo de trabalho camponês



A importância do trabalho feminino na produção camponesa



A "roça" garante a reprodução da força de trabalho familiar



A uva contém o trabalho excedente do camponês



Não há adolescência: a criança transforma-se em trabalhador adulto



A "roça": sobrevivência da família camponesa



O trabalho manual dos jovens que ficaram



A "bodega": lazer e "negócios da uva"



O camponês artesão: cestos para colheita da uva

muitos irmãos dos que lá vivem foram para a “terra nova”, outros começaram a se dirigir para as cidades. O processo migratório, neste momento, orienta-se maciçamente para os núcleos urbanos: é a virtual proletarianização do camponês na cidade.

A migração rural-urbana na Região de Colonização Italiana acelera-se a partir de 1950, acompanhando a tendência geral do Estado: “No Rio Grande do Sul, o ritmo de crescimento urbano, a partir de 1950, tem sido bastante acelerado, principalmente comparado com o crescimento da população rural. No período 1950-60, enquanto a população urbana cresceu quase 72%, a rural sofreu um acréscimo de 9,5%. Na década de 60, o aumento esteve em torno de 45% para a população urbana e de 3,6% para a rural” (10).

A população de São Pedro se desloca para as cidades próximas (Bento Gonçalves, Caxias do Sul) e para Porto Alegre. Mas, antes de ser um destino da conduta migratória, a cidade já é um componente da existência. A cidade é o lugar aonde os homens de São Pedro vão periodicamente (duas a quatro vezes ao mês), a “serviço”: receber dinheiro nas cantinas e cooperativas, pagar contas, fazer empréstimos com Banco, procurar assistência médica e hospitalar, tratar com os escritórios de extensão rural, dirigir-se ao sindicato etc.. O contato periódico com a cidade, aliado ao consumo das mensagens urbanas da indústria cultural, faz com que os habitantes de São Pedro ajustem seus padrões de vida aos padrões urbanos, pois são objeto do processo de “urbanização generalizada” (11). Assim, a cidade é

(10) Fundação de Economia e Estatística. *Indicadores Sociais RS Migrações Internas* RS. Porto Alegre, Outubro 1976, número especial, p. 20.

(11) “A urbanização generalizada significa: difusão cultural para contingentes populacionais não-cidadinos sempre maiores de padrões de vida mais elevados: e adesão (aspiração) desses contingentes não-cidadinos a esses padrões de vida, mesmo quando não adiram a outros componentes do estilo urbano de vida”. PEREIRA, Luiz. *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. São Paulo, Pioneira, 1970, p. 106.

um meio de alguma forma já conhecido quando o colono se dispõe a migrar.

Quais os motivos que o levam a fazer a opção de migrar para a cidade? Em São Paulo, parece haver dois motivos básicos. O primeiro é a reduzida dimensão das propriedades:

“A família era grande, cada um que casava ficava aqui um ano ou dois e depois ele saía para trabalhar por conta, conta dele e sustentá a família dele. Porque aqui, non era possível ele ficá aqui. Tera bem dizê son poca pra trabalhá em quatro ou cinco famílias. Non dá pra vivê”.

A terra de que dispõem está por volta de 12 ha por família, sendo expressivo o número de “minifúndios” na Região, conforme os dados do Incra transcritos no capítulo I.

O resultado da fragmentação dessas propriedades é que “a terra bem dizê son poca pra trabalhá em quatro ou cinco famílias”. Por outra, condiciona o mecanismo de sucessão hereditária da propriedade, o minorato, que faz com que “cada um que casava ficava aqui um ano ou dois e depois ele saía pra trabalhá por conta”, ficando na propriedade paterna o filho mais moço.

Não só a fragmentação fundiária é responsável pela motivação para migrar. Também o processo de expropriação sucessiva que incide no camponês, através da troca desigual de seu produto, acarreta uma situação extrema de exploração do sobretrabalho que marcará sua opção:

“Nois temo prejuízo. É por isso que a minha família toda sai da colônia. Ninguém fica na colônia, tudo sai. Com dois ano non tendo mais um filho em casa, ninguém. Tudo vai saí. Porque non recompensa. Vende o capital, bota o dinheiro no juro, sem trabalhá ganhá mais do que ter o capital e trabalhá”.

O fato de ter “prejuízo” com a venda da uva provoca um descrédito em relação à continuidade do

empreendimento, chegando inclusive o colono a vislumbrar a venda da propriedade e a supor uma melhor inversão do seu dinheiro. Mas, antes, dá-se o êxodo: “a minha família sai da colônia”, “porque non recompensa” o trabalho despendido na unidade produtiva, trabalho árduo, contumaz e explorado.

Nesse instante, o camponês formula um projeto de vida na cidade: a reprodução de sua condição de proprietário-trabalhador autônomo:

“Se eu for lá na cidade, hotel, bar ou churrascaria, mas empregado non, non vou sair daqui pra ir lá de empregado”.

A recusa ao ser “empregado” é uma constante no discurso do camponês quando se refere à migração, ordenando toda sua representação do processo. Mudarse para a cidade é claramente percebido como perda da condição de camponês, impossibilidade de realizar o projeto de autonomia — em uma palavra, proletarização:

“Teve que ficá porque pra ir pra cidade tem que ter um poco de estudo, pra ir lá e ganhar o salário mínimo e ter família non dá pra viver. Na colônia, fica muito mais fácil, em todo caso plantá milho, trigo, dá pra comer. Na cidade, o salário mínimo, uma pessoa com dois, três filhos, um só que trabalha non dá”.

Proletarização significa inicialmente a expropriação dos meios de produção e de vida. Como os meios de vida são a garantia da reposição da força de trabalho, sua perda é a mais sentida: “em todo caso plantá milho, trigo, dá pra comer”. A mercantilização dos meios de vida, monetarizados sob a forma do salário, aparece como uma virtual pauperização: “pra ir lá ganhar o salário mínimo e ter família non dá pra viver”. Nesse plano, a expropriação que o colono sofre ao migrar aparece como pressuposto da pauperização virtual. Mas ainda num outro plano a cidade é negada: significa a destruição da autonomia do colono:

“Porque se for pra saí da colônia e í pra cidade trabalhá, é melhor que fica na colônia. Í pra cidade trabalhá de empregado, a gente tem que tá lá na hora certa de manhã, de meio dia e de noite. Em veiz aqui non. Se eu quero começá trabalhá oito hora, começo; quero descansá o dia, descanso. Ninguém manda em mim”.

Indiquei anteriormente como a independência do trabalho é um componente nuclear da vivência camponesa. O trabalho assalariado é a negação dessa autonomia: “trabalhá de empregado a gente tem que tá lá na hora certa”; enquanto que na colônia existe a aparente possibilidade da independência: “Ninguém manda em mim”. Então, a migração é negada no nível ideológico mas não pode ser evitada como alternativa existencial. Isso leva a comparações mais positivas do trabalho urbano em relação ao trabalho rural: aquele é um serviço mais leve, com horários fixos, dispensa em caso de doença, férias etc., em contraposição ao trabalho rural, com tarefas árduas, jornadas extensas, sem interrupções etc.

A migração como alternativa converge mais para os filhos dos camponeses de São Pedro. Estes, adultos que sempre viveram em suas propriedades, dirigem agora suas esperanças de mudança para os filhos:

“Depois lá na colônia se vê só roça, non se vê nada; depois de trabalhá, é sempre aquele, pra comprar automóvel non dá, tem muito rapaz que non tem dinheiro nem pra ir no baile; dinheiro ele ganha, mas tá lá na cantina, non paga; os velhos se obriga a ficá na roça, os novos que estuda ele vai; aqui em São Pedro vai saí quase tudo”.

Envolvidos na concepção cíclica da existência em que o trabalho contumaz não levou a nenhuma alteração substancial nas suas vidas — “os velhos se obriga a ficá na roça” — identificam nos filhos aqueles que potencialmente poderiam romper o ciclo, ainda que alterando a situação social. O núcleo fundante da existên-

cia cíclica é a exploração do sobretrabalho pela burguesia industrial: “dinheiro ele ganha, mas tá lá na cantina, non paga”.

Então, a migração é a alternativa: “os novos que estuda ele vai: aqui em São Pedro vai saí quase tudo”. Ao mesmo tempo, como possível meio de evitar a pauperização virtual do trabalhador assalariado sem qualificação, concentram no “estudo” as esperanças de uma melhor remuneração da força de trabalho de seus filhos:

“Eu prefiro que ele estude, eu tô trabalhando eu, ma prefiro que ele estude. Aos quarenta e três anos, como eu, que trabalha bastante como eu trabalhei, e ainda tô na mesma, enton prefiro que ele estude pra ver se melhora de vida”.

O “estudo” se opõe à “escola”, curso primário feito no próprio bairro rural. O “estudo” é o ginásio, o curso de datilografia, os cursos técnicos de contabilidade, de vinicultura etc., feitos na vila e cidades próximas.

Assim, a qualificação dessa força de trabalho será expressiva: alfabetizada, portadora da ética de valorização do trabalho, com nível médio de instrução. Fundamentalmente, o estudo é uma estratégia de ressocialização visando a engajar o filho do camponês como força de trabalho assalariada no meio urbano-industrial.

A formação capitalista, que já extraía o sobretrabalho do camponês, apropria-se da força de trabalho mais vigorosa das unidades camponesas, servindo São Pedro, como tantos outros núcleos camponeses, de viveiro de força de trabalho para o capital.

A construção da utopia comunitária

A segunda resposta às condições objetivas de existência formulada pelos colonos de São Pedro é a cons-

trução da utopia comunitária. Segundo Martins, “(...) a comunidade constitui (...) o elemento central da realidade do camponês, pois ela exprime o modo possível de conceber a sua existência” (12).

A comunidade aparece como dimensão da consciência camponesa, cuja gênese ocorre pela específica reconstrução da realidade social feita por esse personagem histórico singular: “(...) desse modo, as relações sociais preconizadas no projeto de sociedade alternativa são relações diretas de pessoa a pessoa, sem nenhuma mediação interveniente. O que o projeto preconiza é a preservação da comunidade camponesa no seu sentido pré-capitalista. Ou seja, o movimento social se norteia pela comunidade utópica. No entanto, a expressividade do movimento social reside na dupla dimensão dessa utopia, duplicidade que advém da ausência de domínio sobre o desenrolar da história: intersubjetivamente a comunidade utópica constitui uma forma de resistência, passiva ou não, às rupturas estruturais da sociedade, objetivamente, porém, a utopia comunitária se insere dinamicamente nas relações sociais como resistência aos efeitos estruturais dessas rupturas” (13).

Essa conceituação permite identificar as manifestações objetivas da utopia comunitária no núcleo de São Pedro, o que levará a perceber como elas, em conjunto, inserem-se nas relações sociais como resistência aos efeitos das rupturas estruturais da sociedade capitalista que incidem sobre o camponês.

Os vínculos reais que sustentam tal reconstrução específica da realidade pelos camponeses situam-se, imediatamente, nas relações de vizinhança que encontramos em São Pedro. Estas se tecem a partir da posição social homogênea que os habitantes têm: todos são proprietários privados de terra e todos utilizam força de trabalho familiar. Muitas vezes, e não casual-

(12) MARTINS, José de Souza. *A Imigração... op. cit.* p. 29.

(13) Idem, *ibidem*, p. 27/8.

mente, se lembrarmos a estabilidade geográfica de suas biografias, também têm relações de parentesco entre si. Ambas as relações convergem para a definição de um sentimento de localidade: as pessoas auto-identificam-se como pertencentes à “fração” São Pedro e, ao assim fazerem, estabelecem distinções com os não-membros da “fração”.

A solidariedade entre as pessoas gerada nesse processo vai-se cristalizar em algumas instituições fundamentais no cotidiano dos colonos de São Pedro. Já indiquei as formas de ajuda mútua na parreira e na roça: seja o mutirão, seja a troca de dias de serviço, ambos expressam uma utilização do braço alheio que não passa pelos requisitos capitalistas de conversão da força de trabalho em mercadoria. Ao contrário, essas relações, no próprio cerne do processo de trabalho, regulam-se pela prestação e retribuição de um trabalho que aparece exclusivamente como capacidade concreta de transformação da natureza, e é prestado e retribuído na medida dessa utilidade para a unidade produtiva camponesa.

Outra instituição da sociabilidade dos camponeses é o lazer em comum. Nas noites de inverno, principalmente, quando o ciclo da parreira requer menos cuidados e as jornadas são mais curtas, várias famílias se reúnem em uma casa, fazendo o serão:

“Se é no inverno, gosto de seron... Seron é quando a gente vai numa casa no inverno, como batata, pinhão, amendoim e vinho. Filó, a gente trata de filó aqui”.

O “filó” é uma reunião de vizinhos, onde contam histórias, falam dos negócios da uva e do vinho, às vezes cantam músicas tradicionais dos imigrantes italianos, sempre falando em dialeto vênето. Como é inverno, comem amendoim, pinhão, batata-doce, tomam vinho caseiro. O “filó” estende-se das vinte às vinte e três horas, aproximadamente. Alguma alteração nos “filós” começa a ocorrer evido à televisão, cuja presença já se faz notar em várias casas, com seu insidioso pro-

cesso de emudecimento das pessoas, substituindo progressivamente a palavra pela contemplação.

Também nos fins de semana, reúnem-se para o lazer. Geralmente, à exceção da época da colheita da uva, as pessoas trabalham até sábado ao meio-dia e depois saem de casa:

“Ah, sábado e domingo a gente vai lá, vai na sociedade, ali se encontra com todo os amigo, ali vão paupiando, conversando, o jogando, o jogo de passatempo, né, e passar o dia”.

O bairro rural de São Pedro é um espaço onde as casas estão dispersas mas em que há um centro de referência social, a “sociedade”. Para lá se dirigem os homens, no sábado e domingo à tarde: jogam cartas, bocha, “48” (uma variante de jogo de bochas), bebem, contam estórias, conversam, trocam informações sobre os negócios da uva e do vinho, sempre conversando em dialéto. As mulheres somente comparecem à sociedade no domingo à tarde, conversam e às vezes cantam.

Aos domingos de manhã, as famílias vão à missa na igreja da vila próxima. O catolicismo é a religião dominante na Região, com enorme influência sobre os camponeses. Mas ir à missa é também a oportunidade de encontrar-se com amigos e parentes distantes, conversar, e, traço constante de todas as reuniões, ocasião de trocar informações sobre os negócios da uva e do vinho.

Entre as formas de sociabilidade, há ainda a “festa do padroeiro”, realizada no próprio bairro rural, no mês de outubro, e totalmente organizada em comum pelos habitantes do bairro rural. A festa do padroeiro tem um significado propiciatório, sendo realizada no mês de outubro quando inicia a brotação da parreira e quando são mais freqüentes as precipitações de granizo, a maior ameaça natural para a cultura da parreira.

Além dessas instituições comunitárias, os colonos de São Pedro constituíram a “sociedade da capela”, que

veio a tornar-se o núcleo de referência social do bairro e sua instituição comunitária mais vigorosa.

A “sociedade” teve como primeiro centro a capela, construída pelos próprios habitantes, e o cemitério. Depois fizeram a escola primária e a sede da sociedade, dispostas as três construções num plano triangular formando o centro do bairro rural.

A sede — “a bodega” — é uma casa de madeira, com um bar, um salão com mesas compridas, uma churrasqueira do lado de fora, logo em seguida uma cancha de bocha coberta e outra ao ar livre. A “sociedade” é administrada por três “fabricheiros”, eleitos pelos sócios em voto secreto para um mandato de dois anos.

A sociedade da capela é uma instituição de solidariedade dos colonos, como o indicam as várias práticas comunitárias que através dela se expressam. O primeiro traço é a norma de evitar conflitos que pauta as relações pessoais entre os seus membros:

“É, nois formamo uma sociedade como se fosse uma familia só”.

A união entre as pessoas, marcada por laços afetivos e diretos, define as relações de sociabilidade vigentes entre os membros do bairro, ao mesmo tempo que estabelece a distinção entre o “sócio”, participante da sociabilidade da “fração”, e o “não-sócio”, excluído dessas relações:

“Porque se non semo sócio de alguma coisa, a gente non ajuda. Quando é sócio tem o direito de ajudá, acontece alguma coisa, se é sócio vai ajudá”.

Registram-se, inclusive, expulsões de famílias da sociedade porque desenvolveram práticas não-comunitárias, como o caso de uma família que construiu um pequeno campo de futebol para seu uso exclusivo e por isso foi excluída e proibida de freqüentar a sede, sofrendo a inimizade de todos os outros sócios.

Por outro lado, ser membro da sociedade é vivido co-

mo participação em um destino comum, expresso pelos velhos como algo que continua até no cemitério:

“A sociedade precisa, a sociedade que tem na capela, tem cemitério, porque non vô morre? Eu non só sócio e non tem obrigaçon de enterá, non sabe onde vai botá”.

Nesse relato, a idéia aparece de modo negativo: se “eu non só sócio”, onde irei ser enterrado? Pois não sendo mebro da sociedade, “non tem obrigaçon de enterá”. Daí que o fato de pertencer à sociedade permite escapar à incerteza após a morte, senão “non se sabe onde vai botá”.

A sociabilidade ainda se expressa nas atividades lúdicas: a sociedade é o local do lazer em comum dos habitantes de São Pedro, nos fins de semana, na festa do padroeiro etc.. E mais, é o lugar de troca de informações sobre o estado das parreiras, o desenrolar dos preços da uva, a situação das cantinas, enfim, onde o mundo dos negócios é comentado.

Em suma, expressa-se na sociedade a ajuda mútua dos camponeses enquanto prática comunitária de relacionamento entre vizinhos, que se desvia das determinações mercantis da formação capitalista, ao mesmo tempo em que oculta a incidência dessas determinações na vida do camponês:

“Na sociedade, vamo lá passá um domingo junto; enton aí vamo discutir, algum tem algum problema; ‘olha eu tô doente’; enton um da cabeça da fraçon aí da capela: ‘Enton, olha, amanhã vamo ajudá esse aí que precisa’. Sociedade é isso, comunidade, pra ir lá se conversá sobre o que tem que fazê, o que vai fazê pra um vizinho o otro, se precisa”.

A oportunidade de troca de informações e discussão grupal sobre os acontecimentos do núcleo é na sociedade — “vamo lá passá um domingo junto, enton aí vamo discutir”. Na reunião são indicadas as dificuldades coletivamente — “algum tem algum problema”.

A resposta é dada por manifestação do grupo, na voz do “fabiheiro” — “amanhã vamo ajudá esse aí que precisa”.

Nesse processo, define-se a sociedade da capela como associação de solidariedade entre vizinhos, como instituição comunitária — “sociedade é isso, comunidade”.

A “sociedade da capela” passou por uma formalização jurídica, em 1965, convertendo-se em uma “sociedade educacional e cultural” cujos fins são: “Artigo 1º — A Sociedade Educacional e Cultural... fundada em... de 1965, com sua sede social na Linha..., neste município de..., estado do Rio Grande do Sul, é uma *sociedade civil*; constituída de sócios de ambos os sexos, em número ilimitado, sem distinção de nacionalidade, de credo político ou religioso, tendo por finalidade, amparar e estimular a difusão da educação e da cultura, bem como o *amparo da coletividade*, organizando ou promovendo reuniões artísticas, culturais e sociais...”(14).

Para os colonos, a passagem de uma instituição comunitária a uma instituição contratual não alterou substancialmente o significado da “sociedade” enquanto manifestação de um cotidiano solidário.

Em contrapartida, o objetivo de constituição da “sociedade educacional e cultural” consiste em reivindicar verbas e obras públicas de órgãos governamentais. Por exemplo, em outubro de 1974, às vésperas das eleições legislativas daquele ano, foi inaugurado um campo de futebol, construído pela Prefeitura do Município, no centro do bairro rural, em um terreno cedido graciosamente por um dos colonos.

Há indícios, por conseguinte, de que a “sociedade” começa a transformar-se numa associação de cidadãos reivindicantes perante o Estado, o que vale dizer que

(14) Estatuto de Sociedade Educacional e Cultural..., 1965 (grifos meus).

ela tende a ser redefinida em termos de requisitos políticos societários, na medida em que passa a ser um instrumento de mediação entre os colonos e o Estado. Atualmente, a situação é marcada pela ambigüidade, refletida no próprio Estatuto acima reproduzido. Pois, se a “sociedade educacional e cultural” se define como “sociedade civil”, não pode deixar de atentar ao “amparo da coletividade”. Em outras palavras, no processo de trânsito para formas contratuais e societárias, a “sociedade civil” não pode desprezar as relações comunitárias que ordenam seu significado para as pessoas de São Pedro e que a legitimam enquanto instituição social.

No conjunto, a construção de uma utopia comunitária pelos camponeses de São Pedro marca outra face de sua consciência. Por um lado, a valorização da propriedade da terra e da autonomia do trabalho significam a reelaboração particular que fazem da ética capitalista do trabalho e, portanto, constituem a subjetivação da consciência necessária do sistema. Doutro lado, a construção de uma comunidade no nível da vivência nega a consciência necessária do capitalismo. Pois “(...) a utopia era negadora dado que, enquanto concepção de um tipo de sociabilidade, suprimia a individualização”. Ainda assim, essa utopia comunitária pode ser definida como uma “resistência defensiva, passiva”, cujo sentido consiste em “absorver-se implicações da pauperização” relativa provocada no camponês pela dominação do modo de produção capitalista(15).

O esboço da consciência política

A terceira resposta que os camponeses de São Pedro encontram diante de suas condições de vida já é formulada em termos de padrões políticos societários.

(15) MARTINS, José de Souza. *A Imigração...*, op. cit. p. 200.

O esboço de uma consciência política entre os camponeses do bairro rural oscila entre uma expectativa da ação paternalista por parte do Estado e a emergência de uma consciência sindical.

A expectativa da ação do Estado centra-se nas medidas de política econômica que possam vir a ser favoráveis ao camponês. Essa atitude tem origem na consciência empírica de personagem subalterno na estrutura social:

“Prá melhorá, os colono nascero meio atrasado, é brabo, pra melhorá isso é difíci, só o governo memo, senon...”. “Acho que non melhora nunca porque só, né, se o governo ajudá mais, né, vamos supor, né, se non non dá. A gente tem que trabalhá pra vivê”.

Aceitando-se como “colono”, como personagem “meio atrasado”, o camponês declina da possibilidade de uma prática inovadora, pois “prá melhorá isso é difíci”. Repete-se a formulação da concepção cíclica da vida, na qual o trabalho vivo não se cristaliza em trabalho acumulado para o colono, percebendo ele “que non melhora nunca” ainda que se reproduza o fato de que “a gente tem que trabalhá pra vivê”. Em consequência, a mudança só pode vir “se o governo ajudá mais”, pois, como os camponeses têm que ser representados, o Estado se eleva sobre eles como um poder ilimitado(16). No plano da política econômica, o poder do Estado é esperado pelos camponeses em vários aspectos. O primeiro diz respeito à intervenção nas relações de troca entre o camponês e a burguesia industrial do vinho:

“O Governo pra ajudá acho que deveria, né, dá um duro, né, lá nos cantineiros. Obrigá a pagá a uva, né, vamos supor em prazo curto e fazê um preço de tabela, um preço bom e as despesas, abaxá mais as despesas, por que como tá, é fogo, non dá. Eu acho que se o go-

(16) MARX, Karl. “O 18 Brumário”. In: *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, esp. pp. 116 e 120.

verno quisesse, né, daria, né, pra dá sulfato, essas coisas, mais barato do que tá. Eu acho que eles deixam muito livre, muito a vontade, pros cara. Isso aí eu acho que tá errado”.

Espera-se que o Estado aja eficazmente na fixação dos preços mínimos da uva, “um preço bom” que traga recompensa ao viticultor; que obrigue a indústria vinícola a respeitar esses preços fixados e a fazer os pagamentos nos prazos legais, “em prazo curto”, chegando mesmo o Estado a financiar as indústrias para que paguem a uva aos colonos. Por outra, solicitam que o Estado intervenha de modo a reduzir a desigualdade das trocas entre os camponeses e os setores urbano-industriais, principalmente em relação às matérias-primas intermediárias; “abaxá mais as despesas, porque como tá, é fogo, non dá”. Enfim, é toda uma exigência do camponês de que o Estado intervenha ativamente na economia do setor, pois “eles deixam muito livre, muito a vontade, pros cara”. Nessa mesma linha, exigem e aplaudem as medidas de fiscalização da produção vinícola, desencadeadas a partir de 1974 pelo Governo Estadual(17), que tinham como objetivo combater a adulteração do vinho com água, álcool, anilinas etc., e com isso regularizar o recebimento da uva pelas cantinas:

“Este Governo aqui endireitô muito. Obrigô a cantina, foi lá, non dexava mais fazê vinho com água. Se encontrava vinho com água, ele soltava fora na estrada com caminhon carregado. Se tinha água, enton ele obrigô a fazê vinho com uva, non com água. Depois tinha lugar na cantina, antes non tinha lugar, tava tudo

(17) “...O Governo Gaúcho, apoiado pelo Ministério da Agricultura, despejou no mercado brasileiro uma safra temporã de fiscais de vinho. Em poucas semanas um líquido de tonalidade roxa, com pretensões a vinho, mas sensivelmente retocado por corantes, açúcar e água, escorria implacavelmente para os esgotos. (...) A rápida e rigorosa investida da fiscalização conteve a ‘milagrosa’ multiplicação dos vinhos, adquiridos a granel no Rio Grande do Sul e transformados por comerciantes desonestos numa espécie de segunda safra”. Revista *Veja*, 6/3/1974, p. 90.

cheia, vendia uma pipa, enchia de novo com água e vendia de novo”.

Também no nível de assistência médico-hospitalar, aguarda-se a ação estatal. E, finalmente, reconhecem a ajuda do Estado no custeio das despesas produtivas, mediante os empréstimos efetuados pelo Banco do Brasil:

“Pra mim o Governo é uma grande coisa, pra nós. Porque se non fosse o Banco do Brasil, com o dinheiro da cantina a gente non compra, compra poca coisa. Se tem que comprá, por exemplo, uma máquina pra sulfatá, a gente depende do Banco do Brasil porque dinheiro no bolso é difícil. E o Banco do Brasil é do Governo. Qué dizê pra mim que o Governo é uma grande coisa. Ajuda os colonos”.

Reafirma esse relato a função do capital financeiro, via Estado, de garantir a reposição dos meios de produção na unidade produtiva camponesa, já que o rendimento provindo da venda do produto comercial não assegura diretamente essa reposição, pois “com o dinheiro da cantina a gente non compra”. No conjunto, evidencia-se a dependência do camponês ao poder do Estado, pois, desvinculando-o de seu papel de instrumento do exercício do poder político da classe dominante, representa-o como um órgão benfeitor: “Pra mim o Governo é uma grande coisa. Ajuda os colonos”.

Ao lado dessa expectativa da ação intervencionista do Estado em seu favor, os camponeses de São Pedro passam a expressar o reconhecimento do sindicato como uma instituição que representa seus interesses de modo coletivo, configurando uma alternativa ao isolamento que as condições de sua produção lhes impõem:

“O colono nunca, só por intermédio do sindicato que vai lá pedi pro Governo, pros colono.”

O sindicato é definido como o intermediário entre o camponês e o Estado, intermediário enquanto repre-

sentante do grupo, enquanto agente coletivo de representação e reivindicação:

“Tivesse uma gente de podê falá, e agora, por exemplo, fosse um sindicato dos colonos lá e que batesse em cima, debatê as coisa dos colono.”

Nesse sentido, a função do sindicato é lutar pelos interesses específicos dos camponeses de forma a melhorar sua situação social, sempre tendo como interlocutor o Estado; ou seja, o sindicato serve:

“Prá protegê o agricultor, pra defesa do agricultor. Trabalha com o Governo, tem que pedi, alguma coisa tá injusta, ele tem que pedi, ir lá pedir no Governo; e assim mudá, ir lá pra melhorá a vida do agricultor”.

Note-se aqui a diferença em relação à postura anterior: continua o Estado como o agente capaz de promover a melhora da situação de vida; contudo, a ação estatal, agora, será desencadeada como resultado da pressão e reivindicação feita pela instituição sindical enquanto o representante do grupo de camponeses. Há uma mudança qualitativa nesta postura, pois os camponeses passam a se auto-representar, começam a definir uma identidade coletiva e a exigir uma ação coletiva da sua entidade de representação.

A ação do sindicato é exigida ao menos em três planos. Inicialmente, aguardam do sindicato a assistência médica e hospitalar, o que é condizente com a definição oficial das funções sindicais. Porém, em outros dois, exigem do sindicato a defesa de seus interesses específicos. Por um lado, o sindicato deve agir junto ao Estado para reivindicar o preço da uva:

“Ah, ele devia, quando que os preços da uva, ir lá no secretário, no Governo, ir lá falá, explicá. Que nós trabalhamos doze meses por ano, mas nós trabalhamos vinte e quatro meses em comparação à cidade, porque a cidade trabalha oito horas e nós trabalhamos doze, treze horas; de sol a sol; non tem oito hora, non tem dez, non tem doze, quando precisa vai até de noite, traba-

lhemo. Enton o sindicato devia ir lá falá com o Governo. Devia explicá pro Governo: ele precisa de tanto porque trabalha quatorze, quinze hora por dia, até de noite trabalha, pra pegá a metade do preço.”

O colono parte da exposição da jornada de trabalho extensa e do caráter árduo e constante da sua atividade para definir sua situação social. Esta deverá ser assumida e exposta pelo sindicato como a situação geral dos camponeses, isto é, como uma condição de vida coletiva. “Enton o sindicato devia ir lá falá com o Governo”, para atuar em relação à fixação dos preços da uva, eixo da relação entre o camponês e a indústria, como já assinalei. Define-se o outro plano de exigência dos colonos de São Pedro: o sindicato deve ser o agente de denúncia das ações que a indústria do vinho desenvolve em desfavor do colono. Assim é no caso da burla na graduação da uva:

“Bom, por exemplo, como a uva aquela abaixo da tabela, ele esmaga e bota toda no mesmo tonel, aquela que tem grau acima da tabela, aquela de baixa; isso eu queria ver, que obrigasse aquela debaixo da tabela botá dum lado, depois destilar essa uva. Mas bota tudo junto; e o Governo talvez nem sabe disso, seria o Sindicato que teria de botá a mão nele.”

Expliquei anteriormente como se dá essa burla. Aqui interessa o modo pelo qual o colono define a função do sindicato, como o opositor coletivo à indústria do vinho, até mesmo, e principalmente, em substituição ao Estado, pois “o Governo talvez nem sabe disso”. Também em outros assuntos da mesma ordem o sindicato é assim definido: agente de denúncia dos preços abusivos de pagamento, de pagamento abaixo da tabela oficial etc.

Essas situações marcam alguns elementos do sindicalismo na Região, cuja trajetória completa ainda está para ser estudada. Ainda assim, as situações descritas indicam uma posição política fundamental nos campo-

neses de São Pedro : começam a identificar-se como participantes de uma situação social coletiva na qual seus interesses particulares, diante da sociedade capitalista, passam a ser definidos como interesses específicos de todos os membros do mesmo processo de trabalho camponês.

Nessa perspectiva, passam a constituir o sindicato como órgão legítimo de representação de seus interesses específicos. O desenvolvimento desse processo poderá indicar a presença de novas formas de participação política dos camponeses na sociedade capitalista.

CONCLUSÃO

Reconstruí, na exposição precedente, o conjunto dos processos sociais que configuram a existência do camponês na sociedade capitalista. Posso, agora, sintetizar o conceito de processo de trabalho camponês, definir o camponês como personificação deste processo e caracterizar os camponeses como participantes das classes subalternas da sociedade capitalista.

O processo de trabalho camponês constituiu-se historicamente — no Brasil meridional e, em particular, na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul — pelo processo de colonização desencadeado em meio às tensões decorrentes da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, esse processo de trabalho camponês é um processo de trabalho não especificamente capitalista, pois nele não se realizam todas as condições fundamentais da relação social de produção capitalista. Nesse sentido, o camponês do Brasil meridional define-se como um personagem não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista.

A especificidade deste processo de trabalho provém, inicialmente, da presença da força de trabalho familiar configurada como um trabalhador coletivo. Por isso, é o ciclo de existência da família que provoca a possibilidade do trabalho acessório do camponês, bem como a eventual utilização de força de trabalho assalariada na unidade produtiva camponesa. Por outra parte, a famí-

lia tem sua capacidade de trabalho complementada pelas práticas de ajuda mútua entre os vizinhos do bairro rural.

Em seguida, assinaí que os camponeses são proprietários da terra e dos outros meios de produção. Determinando-se a terra, no modo de produção capitalista, como equivalente de mercadoria, isto obriga o camponês a pagar o preço do solo para converter-se em proprietário privado da terra; por esse motivo, dá-se a geração de uma renda da terra, seja a renda absoluta, seja a renda diferencial, na produção camponesa. Todavia, a renda da terra incorpora-se ao sobretrabalho camponês como parcela deste, tendendo a ser apropriada pelo capital industrial. Por outro lado, os outros meios de produção são pouco mecanizados, verificando-se no processo produtivo uma maior participação da atividade viva do trabalho do que do trabalho cristalizado em matérias-primas e instrumentos. Em consequência, o produto vai apresentar uma composição de valor baixa, o que — aliado a uma jornada de trabalho extensa — resultará na criação pelo camponês de um sobretrabalho, que tende a ser apropriado pela burguesia industrial. O efeito da expropriação do sobretrabalho será a realização, no processo de trabalho camponês, da simples repetição do processo produtivo na mesma escala.

Se o camponês detém a propriedade dos meios de produção e trabalho com estes, tal combinação faz com que ele se torne a personificação da produção simples de mercadorias. Assim, no processo de trabalho camponês, realiza-se o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, isto é, o processo de vender para comprar, culminando o ciclo na obtenção de valores de uso. Além disso, vão conjugar-se na unidade produtiva camponesa a produção de meios de vida e a produção de mercadorias.

Todavia, na medida em que a composição de valor do produto camponês é baixa, o valor cristalizado na mer-

cadoria camponesa é superior ao preço de produção no mercado, pois este se estabelece em função de uma taxa média de lucro, expressão da repartição da mais-valia total gerada no conjunto dos ramos produtivos da sociedade. Então, no momento da troca, apenas uma parcela do valor gerado pelo trabalho camponês retorna aos colonos em forma de dinheiro. Aquele valor extraordinário converteu-se em um sobretrabalho camponês apropriado pela burguesia industrial.

As situações expostas permitem caracterizar o processo de trabalho camponês como uma modalidade de subordinação formal do trabalho ao capital. Isto porque, de uma parte, o capital subordina o processo de trabalho reproduzindo sua singularidade: o camponês permanece proprietário das suas condições de produção; mantém-se a utilização da força de trabalho familiar e a maior participação da atividade viva do trabalho relativamente aos meios de produção; continua a produção direta dos meios de vida. Por fim, a extração do sobretrabalho camponês pelo capital é mediada por uma relação monetária, de um possuidor de mercadoria a outro possuidor de mercadoria. Ao mesmo tempo, o capital impõe suas determinações ao processo de trabalho camponês: converte a terra em equivalente de mercadoria; efetua controles parciais do processo produtivo; estabelece a produção de valor de troca e a extensão da jornada de trabalho; possibilita, pelo critério bancário, a reposição de meios de trabalho.

Configura-se, na ambigüidade descrita, a reprodução contraditória de um processo de trabalho não especificamente capitalista pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, evidencia-se a possibilidade de reconstruir e conceituar a subordinação formal do trabalho camponês ao capital.

Finalmente, reconstruí as várias dimensões do projeto camponês, apreendendo a totalidade de suas experiências objetivas e subjetivas, na tentativa de chegar ao-

camponês enquanto personificação concreta de um específico processo de trabalho na formação social capitalista. Por um lado, surge na consciência camponesa a valorização da propriedade da terra e da autonomia do trabalho. A propriedade privada da terra aparece como possibilidade de controle do processo de trabalho, como conjugação dos elementos da produção, que se torna fonte da independência do trabalho. Ao mesmo tempo, o trabalho aparece como o meio fundamental de ganhar a vida, observando-se, contudo, que o camponês metamorfoseia a necessidade objetiva do trabalho em atividade que subjetivamente motiva admiração e prazer, reiterando a autonomia do seu trabalho. Ambas as representações compõem-se como formas ideológicas, uma vez que o camponês necessita de justificar subjetivamente a situação de proprietário autônomo das condições do próprio trabalho, no momento em que se efetiva sua subordinação ao modo de produção capitalista.

Em perspectiva semelhante, o camponês vai representar a vida de forma cíclica, como uma existência árdua dedicada ao trabalho independente, que não resulta numa acumulação de riqueza para si próprio. Reconhece, então, o personagem que se nutre de seu trabalho excedente: a burguesia industrial. Na relação contraditória que os une, a burguesia industrial detém o poder, dominando e explorando o camponês. Por seu lado, o camponês define-se como "colono", expressando a consciência empírica de personagem subalterno da sociedade capitalista.

Identificando-se como personagens subalternos, os camponeses expressam de forma fragmentária sua revolta contra a dominação da burguesia comercial e industrial. Por um lado, desenvolvem uma conduta migratória que, se no passado podia orientar-se para a reprodução da condição de camponeses, atualmente significa uma virtual proletarização nos núcleos urbanos, compelindo-os a efetuar práticas de ressocialização para

os filhos. Ao mesmo tempo, constroem uma utopia comunitária, fundada nas relações diretas entre os habitantes do bairro rural. Uma sociabilidade solidária perpassa seu trabalho, o lazer, as instituições locais, resistindo assim à disseminação da lógica da mercadoria nas relações pessoais entre eles. Por fim, a postura política dos camponeses oscila entre a entrega da representação de seus interesses ao Estado e uma emergente definição de órgãos próprios de representação política, ou seja, uma nascente consciência sindical que indica novas formas de sua participação política.

Os processos sociais que investiguei e reconstruí, na exposição da existência do camponês na sociedade capitalista, levam à conclusão de que os camponeses começam a construir sua identidade histórica como participantes das classes subalternas da sociedade brasileira, unidas pela vivência comum da dominação e exploração pelo capital.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Fontes bibliográficas sobre a Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul

- ADAMI, João Spadari. *Festa da Uva - 1881-1965*. Caxias do Sul, São Miguel (s.d.).
História de Caxias do Sul - 1864-1970. 2 ed. Caxias do Sul, Paulinas, 1971.
Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Revista do Globo, 1950.
- ASSOCIAÇÃO dos dirigentes de Vendas do Brasil — Porto Alegre. *Comercialização do Vinho Gaúcho*. Porto Alegre, 1972.
- AZEVEDO, Thales de. "Aculturação de Italianos no Rio Grande do Sul". In: *Gaúchos: a fisionomia social do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Bahia, Progresso, 1958, cap. II, pp. 69/115.
Italianos e Gaúchos. Porto Alegre, A Nação/IEL, 1975. "O 'colono' da zona de imigração italiana do sul do Brasil". In: *Anais do II Seminário Sul-Riograndense de Sociologia*. Porto Alegre, U.F.R.G.S., 1960, pp. 222/235.
- BERNARDES, Nilo. "A colonização européia no sul do Brasil". In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 10, n.º 109, jul-ago 1952, pp. 442/448.
- BERNARDI, Mansueto. "A bibliografia italiana referente ao Rio Grande do Sul". In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre, F.F. da U.F.R.G.S., V série, 1962, pp. 159/76.
- BUNSE, Heinrich A. W. *O Vitivicultor e a vitivinicultura na Antiga Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, s.c.p., 1974, manuscrito, 108 pp.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Martins/EDUSP, 1975, esp. pp. 101/131.
Centenário da Imigração Italiana — 1875-1975 — Rio Grande do Sul — Brasil. Porto Alegre, Edel (1975).
- COLÉGIO de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves. *Estudo relativo à fixação do preço de custo da uva para vinificação no Estado do Rio Grande do Sul — Safra de 1975*. Bento Gonçalves, M.E.C., 1975.
- COMPANHIA de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC). *Perfil Agrícola da Uva*. Rio Grande do Sul, S.I.C., 1974.
Estudo da Vitivinicultura Rio-Grandense. Porto Alegre, S.I.C., 1974, 3 vol..
- COSTA, Rovilio. *Antropologia visual da imigração Italiana*. Porto Alegre, E.S.T. São Lourenço de Brindes/Univ. Caxias do Sul, 1976.
- COSTA, Rovilio et alii (orgs.). *Imigração italiana no Rio Grande do Sul — vida, costumes e tradições*. Porto Alegre, E.S.T.S.L.B./Sulina, 1974.
- DELHAES-GUENTHER, Dietrich Von. "Cento anni di emigrazione italiana in Brasile

- e la colonizzazione del Rio Grande do Sul". In: *Annali della Fondazione Luigi Einaudi*. Torino, V. VIII, 1974, pp. 317/34.
- FORTINI, Archymedes. *O 75.º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre, Sulina, 1952.
- FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou... ou a epopéia de um imigrante*. São Paulo, Franco, 1942.
- FROSI, Vitalina M. & MIORANZA, Ciro. *Imigração Italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Movimento, 1975.
- GARDELIN, Mário. *A Região Colonial Italiana*. Caxias do Sul, s.c.p., (s.d.) (mimeografado).
Teses sobre assimilação. Caxias do Sul, s.c.p., 1961, (mimeografado).
O Travessão Cremona. Caxias do Sul, 1961 (mimeografado), s.c.p.
- GASPERI, Ulisses de. "A crise vitivinícola brasileira poderá ser equacionada?". In: *Rev. Chronos*. Caxias do Sul, U.C.S. 1967, ano I, n.º 1, pp. 37/43.
- GIRON, Loraine Slomp. *O Cooperativismo Vitícola no Rio Grande do Sul — 1873-1973*. Caxias do Sul, s.c.p., 1975, (manuscrito), 67 pp.
- GOBBATO, Celeste. "Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense". In: *La Cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud (1º Cinquantenario della colonizzazione italiana nello Stato — 1875-1925)*. Porto Alegre, Livraria do Globo (1925), parte I, pp. 195/242.
Manual do Vitivinicultor Brasileiro. 4 ed. Porto Alegre, Livraria Globo, v. 1, 1940; v. 2, 1942.
"O cultivo da vide e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul". In: *Album...* op. cit. pp. 402/24.
La Cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud (1º Cinquantenario della colonizzazione italiana nello Stato — 1875-1925). Porto Alegre, Livraria do Globo (1925).
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre, Sulina, 1975.
- LUZ Filho, Fábio. *Aspectos agro-econômicos do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Saraiva, (s.d.).
- MANFROI, Olivio. *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul; implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre, Grafosul/IEL, 1975.
- MONSERRAT, J.. "O Cooperativismo na zona de colonização italiana". In: *Album...*, op. cit. pp. 294/316.
- PACHECO, Maria F. de S. Docca. "Colonização no Rio Grande do Sul". In: *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; ano I, n.º 1, jul-ago. 1955, pp. 6/16.
- PÉBAYLE, Raymond. "Os vicultores do Rio Grande do Sul". In: *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano 18, n. 16, jan-dez 1973, pp. 51/57.
- PELLANDA, Ernesto. "Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul". In: *Album...*, op. cit. pp. 33/64
- REVISTA Conjuntura Econômica. "Agricultura — Produção e Consumo de Vinhos". Rio de Janeiro, ano III, n.º 9, set 1949, pp. 9/11.
- RIO Grande do Sul — Programa de investimentos integrados para o setor agropecuário. *Perfis da agro-indústria — Suco concentrado de uva*. Porto Alegre, 1975.
- RODRIGUES, Jimmy. *Subsídios para a história da uva e do vinho*. Caxias do Sul, São Miguel, 1972.
- ROTHWELL, Stuart, C. *The old italian colonial zone of Rio Grande do Sul, Brazil*. Porto Alegre, F.F. da U.F.R.G.S. 1959.

- SÁ. Mem de. "Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul". In: *Album...*, op. cit. pp. 76/104.
- SIMÕES, Ruth M. A.. "Produção de uva no Rio Grande do Sul". In: *Rev. Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XIV, n.º 4, out-dez 1952, pp. 98/111.
- SUPERINTENDÊNCIA Regional da Receita Federal. *A Vitivinicultura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1971.
- TRUDA, Leonardo. "A Colonização italiana no Rio Grande do Sul". In: *Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano 5 n.º 19/20, 1925, pp. 205/218.
- VALVERDE, Orlando. "Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul". In: *Rev. Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano X, n.º 4, out-dez 1948, pp. 3/54.
- WAIBEL, Leo. "Princípios da colonização européia no Sul do Brasil". In: *Rev. Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano XI, n.º 2, abr-jun 1949, pp. 159-222.

BIBLIOGRAFIA TEÓRICA

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. (orgs.). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1973.
- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. *La Question Paysanne et le Capitalisme*. Paris, Anthropos, 1974.
- ARAÚJO, Braz J.. *Classes Sociais no Campo*. São Paulo, mimeografado, 1975.
- ARCHETTI, Eduardo P. & STOLEN, Kristi Anne. *Explotación familiar y acumulación de capital en el campo argentino*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.
- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo, Pioneira, 1968.
Pequenos estudos de ciência política. 2 ed. São Paulo, Pioneira, 1973.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. 2 ed. Buenos Aires, Amorrortu, 1972.
- BORDA, Orlando Fals. *El Reformismo por dentro en America Latina*. México, Siglo XXI, 1972.
- CALDEIRA, Clóvis. Mutirão — *Formas de ajuda mútua no meio rural*. São Paulo, Nacional, 1956.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 2 ed. São Paulo, Duas Cidades, 1971.
- CARDOSO, Fernando H.. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARNEIRO, José Fernando. "O Império e a colonização no sul do Brasil". In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre, F.F. da U.F.R.G.S. IV série, 1960, pp. 61/96.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 Ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo, Forense, v. I, 1969; v. II, 1971.
- CHAYANOV, Alexander V.. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.
- COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- CONTAG — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Questões Agrárias - Estatuto da Terra e decretos regulamentadores*. Brasília, Contag, 1973.
- COSTA, Emilia Viotti da. "O Escravo na grande lavoura". In: — Holanda, Sérgio

Buarque de (ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 3 ed. rev. São Paulo, Difel, 1976, tomo II, v. 3, livro II, cap. 1, pp. 135/88.

DUARTE, João C. & QUEDA, Oriowaldo. "Agricultura e Acumulação". In: *Rev. Debate & Crítica*. São Paulo, n.º 2, jan-jun 1974, pp. 90/7.

DURHAN, Eunice R. *A Caminho da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973. *Assimilação e modalidades*. São Paulo, I.E.B. da U.S.P. 1966.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/EDUSP, 1965, 2 v.

A Sociologia numa era de revolução social. São Paulo, Nacional, 1963

Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo, Pioneira, 1960.

FORACCHI, Marialice M.. "A Valorização do trabalho na ascensão social dos imigrantes". In: *Rev. do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, v. XIV, 1963, pp.311/19.

"A Noção de 'participação-exclusão' no estudo das populações marginais". In *Rev. Debate & Crítica*. São Paulo, n.º 2, jan-jun 1974, pp. 161/8.

FRANCO, Sérgio da Costa. "A Política de colonização do Rio Grande do Sul". In: *Rev. Brasiliense*. São Paulo, n.º 25, set-out 1959, pp. 74/89.

FREITAS, Nécio. "Minifúndio na estrutura agrária do Rio Grande do Sul". In: *Rev. Província de São Pedro*. Porto Alegre, n.º 19, 1954, pp. 133/41.

FUKUI, Lia Fretias G.. *Parêntesco e família entre sítiantes tradicionais*. São Paulo, s.c. p., 1972 (F.F.L.C.H. U.S.P. — tese mimeografada).

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *Indicadores Sociais RS — Migrações internas*. RS. Porto Alegre, FEE, 1976.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 8 ed. 1968.

GALVÃO, Luis Alfredo. "A Crítica acritica da razão dualista". In: *Rev. Debate & Crítica*. São Paulo, n.º 3, jul. 1974, pp. 135/52.

GNACCARINI, José César A.. *Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. São Paulo, s.c.p., 1966. (F.F.C.L./U.S.P., tese, mimeografada).

"Organização do trabalho e da família em grupos marginais rurais do Estado de São Paulo". In: *Rev. de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, F.G.V., v. 11, n.º 1, jan-mar 1971, pp. 75/94.

GOODE, W. J. & HATT, P. K.. *Métodos em pesquisa social*. 4 ed. São Paulo, Nacional, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. 2 ed. Madrid, Siglo XXI, 1974.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, I.E.B. da U.S.P. 1972.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

IANNI, Octávio. "Aspectos políticos e sociais da imigração italiana". Conferência pronunciada em Caxias do Sul, RGS, em 2/7/1975.

Sociologia e sociedade no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

JUNQUEIRA, José Barroso. *Uma abordagem política do cooperativismo no Brasil*. s.c.p. São Paulo, 1974, (manuscrito 12 pp.).

KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina — A Terra — O Homem e a Economia*. 2 ed. Santa Catarina, U.F.S.C. 1968.

LANGNESS, Lewis L.. *A História de vida na ciência antropológica*. São Paulo, EPU 1973.

LEFEBVRE, Henri. *Du rural à l'urbain*. Paris. Anthropos, 1970.

LENINE, V.. *Le développement du capitalisme en Russie*. Paris, Editions Sociales, 1969. *Obras escogidas*. Moscú, Progresso, 1969.

LOPES, W. M. & ROSA, G. V.. *Direito agrário: leis, decretos e regulamentos*. Rio de Janeiro, Brasília (s.d.).

LOUREIRO, Maria Rita G.. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

LUKÁCS, Georg. *Histoire et conscience de classe*. Paris, Minuit, 1960.

LUXEMBURG, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MARCONDES, J. V. Freitas. "Mutirão or mutual-aid". In: *Rural Sociology*. V. 13, n.º 4, 1948, pp. 374/84.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

As coisas no lugar (da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo): São Paulo, s.c.p., 1977 (F.F.L.C.H./U.S.P. mimeografado).

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975.

Conde Matarazzo, o empresário e a empresa. 2 ed., São Paulo, Hucitec, 1973.

MARX, Karl. *El Capital — Crítica de la Economía, Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1972, Tomo I e III; tb. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, livro I e III.

Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

Las luchas de clases en Francia (1848 a 1850). Madrid, Ciencia Nueva (s.d.).

O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

Un chapitre inédit du Capital. Paris, Union Générale d'Éditions, 1971.

MATOS, Dirceu Lino de *Vinhedos e viticultores de São Roque e Jundiá (São Paulo)*. São Paulo, F.C.E.A. da U.S.P. 1958.

MOREIRA, Renato Jardim. "A História de Vida na Pesquisa Sociológica". In: *Rev. Sociologia*. São Paulo, v. 15, n.º 1, mar 1953, pp. 25/30.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa Social; introdução a suas técnicas*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1968.

OBERACKER Jr., Carlos H.. "A Colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (ed.), op. cit. cap. III, pp. 220/44.

OLIVEIRA, Francisco de "A Economia brasileira; crítica à razão dualista". In: *Estudo Cebrap*. São Paulo, n.º 2, outubro 1972, pp. 3/82.

PAIVA, Ruy Miller. "Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jun. 1975, pp. 117/61.

PAOLI, Marja Célia P.M.. *Desenvolvimento e Marginalidade*. São Paulo, Pioneira, 1974.

PERCEVAL, Louis. *Avec les paysans pour une agriculture non capitaliste*. Paris, Éditions Sociales, 1969.

PEREIRA, Luiz. *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. São Paulo, Pioneira, 1970.

Estudos sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo, Pioneira, 1971.

PINHO, Diva Benevides (org.). *A Problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. São Paulo, Fundação Friedrich Nauman, 1973.

PRADO, Jr., Caio. *A Revolução Brasileira*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1972.

"Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil". In: *Rev. Brasiliense*. São Paulo, n. 28, mar-abr 1960, pp. 165/238.

"Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil". In: *Rev. Brasiliense*. São Paulo, n. 43, set-out 1962, pp. 11/52.

História econômica do Brasil. 19 ed. atualizada, São Paulo, Brasiliense, 1976.

- PRANDI, José Reginaldo. *História de vida computacional*. São Paulo, Cebrap, 1972.
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo, Duas Cidades, 1973.
- “História de Vida e depoimentos pessoais”. In: *Rev. Sociologia*. São Paulo, v. 15, n. 1, mar. 1953, pp. 8/24.
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. *O Camponato brasileiro*. São Paulo, Vozes, 1973.
- “Uma categoria rural esquecida”. In: *Rev. Brasiliense*. São Paulo, n.º 45, jan-fev 1963, pp. 85/97.
- RIOS, Gilvando S. L.. “Pré-cooperativismo: etapa queimada”. In: PINHO, Diva Benevides (org.), *op. cit.* cap. XI, pp. 315/47.
- ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969, tomo I e II.
- RUDIGER, Sebalt. “RGS: por que o colono vota na direita?”. In: *Rev. Brasiliense*. São Paulo, n.º 45, jan-fev 1963, pp. 80/4.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. “A vivência camponesa da insuficiência econômico-social”. In: *Rev. Debate & Crítica*. São Paulo, n.º 6, jul 1975, pp. 171/6.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. 2 ed. São paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- SELLTIZ et alii. *Metodologia de pesquisa nas relações sociais*. 2 ed. rev. São Paulo, Herder/EDUSP, 1972.
- SEYFERTH, Giralda. *A Colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim*. Porto Alegre, Movimento, 1974.
- SIGAUD, Lygua Maria. “Trabalho e tempo histórico entre proletários rurais”. In: *Rev. de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, v. 13, n.º 3, jul-set 1973, pp. 105/12.
- SILVA, J. F. Graziano da & QUEDA, Oriowaldo. “Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos”. In: PINSKI, Jaime (org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Hucitec, 1977, pp. 127/46.
- SINGER, Paul. *A Crise do ‘milagre’*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1968.
- SZMRECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Nacional, 1972.
- VASCONCELOS, Luiz L. de “Quadros da produção agrícola brasileira (1940-1950)”. In: *Rev. Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, dez 1950, pp. 71/106.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e camponato*. São Paulo, Difel, 1976.
- “O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro”. In: *Rev. América Latina*. Rio de Janeiro, ano 12, n.º 1, 1969, pp. 96/103.
- YOUNG, Pauline V. “The use of case data in social research”. In: *Scientific social surveys and research*. 3 ed. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1961, cap., X, pp. 229/249.

Este livro foi impresso pela



SÍMBOLO S.A. INDÚSTRIAS GRÁFICAS
Rua General Flores, 518 522 525
Telefone 221 5833
São Paulo

Com filmes fornecidos pela editora

CIÊNCIAS SOCIAIS

Coleção dirigida por
José de Souza Martins

títulos publicados

TEORIA SOCIOLOGICA
Birnbaum & Chazel
co-edição com a
Editora da Universidade de São Paulo

OS HERDEIROS DA TERRA
Margarida Maria Moura

**SOBRE O MODO CAPITALISTA
DE PENSAR**
José de Souza Martins

**O ESTADO E A BUROCRATIZAÇÃO
DO SINDICATO NO BRASIL**
Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins

COLONOS DO VINHO
José Vicente Tavares dos Santos

A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE
Carmen Cinira Macedo

títulos no prelo

A MULHER OPERÁRIA
Jessita Nogueira Moutinho

HIERARQUIA E SIMBIOSE
Alcida Rita Ramos